



Instituto Federal de Brasília
Campus Riacho Fundo I
Licenciatura em Geografia

CHARLES MARINHO DOS SANTOS

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO, RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E INSERÇÃO
PRODUTIVA DA COLÔNIA AGRÍCOLA KANEGAE, RIACHO FUNDO I, DF**

Brasília
2023

CHARLES MARINHO DOS SANTOS

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO, RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E INSERÇÃO
PRODUTIVA DA COLÔNIA AGRÍCOLA KANEGAE, RIACHO FUNDO I, DF**

Monografia apresentada como pré-requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Brasília (IFB), *Campus Riacho Fundo*.

Orientador: Professor Doutor Sérgio Magno Carvalho de Souza

Brasília
2023

Santos, Charles Marinho dos.

Produção do espaço, relação campo-cidade e inserção produtiva da Colônia Agrícola Kanegae, Riacho Fundo I, DF / Charles Marinho dos Santos
; orientação Sérgio Magno Carvalho de Souza. — Riacho Fundo, DF: 2023.
109 f. : 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) — Instituto Federal de Brasília, Campus Riacho Fundo, Riacho Fundo, DF, 2023.

Orientador(a): Sérgio Magno Carvalho de Souza.

1. Campo-cidade. 2. Agricultura Urbana e Periurbana. 3. Expansão urbana. 4. Colônia Agrícola Kanegae. I. Souza, Sérgio Magno Carvalho de, orient. II. Instituto Federal de Brasília. III. Título.

CHARLES MARINHO DOS SANTOS

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO, RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E INSERÇÃO
PRODUTIVA DA COLÔNIA AGRÍCOLA KANEGAE, RIACHO FUNDO I, DF**

Monografia apresentada como pré-requisito para a conclusão do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Brasília (IFB), *Campus Riacho Fundo*

Aprovado em [dia] de [mês] de [ano]

BANCA EXAMINADORA

Sérgio Magno Carvalho de Souza
Instituto Federal de Brasília – IFB / *Campus Riacho Fundo*
Presidente / Orientador

Ana Clara Gonçalves Dourado
Instituto Federal de Brasília – IFB / *Campus Riacho Fundo*
Membro interno

Tássio Barreto Cunha
Instituto Federal de Brasília – IFB / *Campus Riacho Fundo*
Membro interno

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso a meus pais, Aurenir e Raimundo, e ao meu irmão e amigo Samuel, que acreditaram e me deram bastante apoio nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos notáveis professores que durante todo o curso de geografia foram incansáveis na proposta de instigar, ensinar e mostrar o caminho do conhecimento como forma de libertação pessoal e social, sem eles eu não chegaria até aqui.

Em especial, agradeço a meu orientador, Sérgio Magno. Me mostrou o caminho e me deu liberdade para trilhar na pesquisa científica desde o início do curso, quando começamos na iniciação científica. Obrigado por acreditar em mim, pois tive momentos que pensei em desistir.

Não poderia deixar de agradecer também, aos professores membros da banca avaliadora, pela disponibilidade em avaliar e contribuir com este trabalho. É sempre bom receber um feedback construtivo, que nos instiga a melhorar sempre.

Agradeço também a Geografia e ao Instituto Federal de Brasília (IFB), que me proporcionaram ampliar meus horizontes de conhecimentos, em especial a toda estrutura e apoio do IFB, seja financeiro, estrutural, educacional e social, eles sempre pensam em entregar o melhor para seus discentes.

Por fim, mas não menos importante, a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram para que eu chegasse até aqui na conclusão desta graduação, colegas de turma, amigos e familiares: muito obrigado!

“Esse é o grande mistério das cidades: elas crescem e se modificam, guardando, porém, sua alma profunda apesar das transformações do seu conteúdo demográfico, econômico e da diversificação de suas pedras”.

— Milton Santos.

RESUMO

O crescimento da maioria das cidades no Brasil ocorreu e ainda ocorre de forma desordenada e espontânea, e esse processo não está relacionado a apenas áreas mais periféricas e muito pobres, mas também em endereços privilegiados. Isso é possível ser observado inclusive em cidades planejadas como Brasília, onde a ocupação desorganizada de áreas antes destinadas a um determinado uso (agrícola ou de proteção ambiental) acabam sendo direcionadas à ocupação irregular precária ou ainda a ocupações provenientes da especulação imobiliária em que pessoas com maior poder aquisitivo estão envolvidas. Nesse sentido, este trabalho teve como objetivo compreender o processo de expansão urbana na Região Administrativa (RA) do Riacho Fundo I e de que forma esse processo vem ganhando força no espaço da Colônia Agrícola Kanegae (CAK), que está inserido dentro dos limites territoriais da mesma RA. Em paralelo, desenvolveu-se também, um levantamento histórico da colônia e como ela está inserida no contexto socioeconômico da região, ao mesmo tempo em que descreve e analisa o contexto da relação campo-cidade presente neste espaço geográfico. Dessa forma, as pesquisas acompanham a forte tendência da presença do avanço da malha urbana sobre a CAK, tanto de condomínios quanto de ocupações precárias, além disso, os dados levantados na pesquisa sugerem que as fragilidades levantadas no processo de fiscalização e algumas diretrizes implantadas nos últimos Planos Diretores de Ordenamento Territorial possam ter contribuído para a expansão urbana.

Palavras-chave: Campo-cidade; Agricultura Urbana e Periurbana; Expansão urbana; Colônia Agrícola Kanegae.

ABSTRACT

The growth of most cities in Brazil occurred and still occurs in a disorderly and spontaneous way, and this process is not only related to more peripheral and poor areas, but also in privileged addresses. This can be observed even in planned cities like Brasília, where the disorganized occupation of areas previously destined for a certain use (agricultural or environmental protection) end up being directed to precarious irregular occupation or even to occupations resulting from real estate speculation in which people with greater purchasing power are involved. In this sense, this work aimed to understand the process of urban expansion in the Administrative Region (AR) of Riacho Fundo I and how this process has been gaining strength in the space of the Colônia Agrícola Kanegae (CAK), which is inserted within the territorial limits of the same AR. In parallel, a historical survey of the colony and how it is inserted in the socioeconomic context of the region was also developed, at the same time describing and analyzing the context of the countryside-city relationship present in this geographic space. In this way, the research follows the strong tendency of the presence of the advance of the urban mesh over the CAK, both of condominiums and precarious occupations; moreover, the data collected in the research suggest that the weaknesses raised in the inspection process and some guidelines implemented in the latest Territorial Planning Master Plans may have contributed to urban expansion.

Keywords: Countryside-city; Urban agriculture; Periurban agriculture; Urban sprawl; Agricultural Colony Kanegae.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 01 – Via Qn7, foto panorâmica.....	41
Figura 02 – Via Cln, foto panorâmica.....	42
Figura 03 – Foto de praça arborizada e equipada com academia pública, Riacho Fundo I.....	42
Figura 04 - Foto panorâmica do Jardim japonês Kasato Maru, Riacho Fundo I..	43
Figura 05 - Foto da portaria do Condomínio Califórnia, dentro da área da CAK.	44
Figura 06 - Foto panorâmica da paisagem de um dos acessos da CAK.....	45
Figura 07 - Foto de lixeira para lixo, instalada na CAK.....	45
Figura 08 - Foto da área externa da Escola Classe Kanegae na CAK.....	48
Figura 09 - Composição de fotos com alguns produtos cultivados e meio de transporte da produção utilizado em algumas chácaras.....	54
Figura 10 - Macrozoneamento do PDOT/92.....	62
Figura 11 - Zona Urbana de Dinamização.....	64
Figura 12 - Zonas Rurais de Uso Controlado.....	64
Figura 13 - Zona de Contenção Urbana.....	70
Figura 14 - Comparativo de imagens históricas de satélite mostrando a expansão urbana na RA Riacho Fundo I e na CAK.....	75

Mapas

Mapa 01 – Localização do Riacho Fundo I no Distrito Federal.....	36
Mapa 02 – Hierarquia urbana do Riacho Fundo I.....	40
Mapa 03 – Área de estudo e pontos de interesse.....	44
Mapa 04 - Delimitação da CAK e identificação das chácaras e condomínios.....	50
Mapa 05 - Evolução Urbana no Riacho Fundo I no período de 1958 a 2018.....	66
Mapa 06 - Zoneamento do PDOT 2009.....	71
Mapa 07 - Expansão Urbana no Riacho Fundo I e a presença de Condomínios	72
Mapa 08 - Espaços com necessidades de revisão na CAK para o próximo PDOT.....	73

Gráficos

Gráfico 01 – Escolaridade da população com 25 anos ou mais, Riacho Fundo I, 2021.....	37
Gráfico 02 – Rendimento domiciliar por faixas de salário-mínimo, Riacho Fundo I, Distrito Federal, 2021.....	38
Gráfico 03 – Característica dos domicílios, Riacho Fundo I, Distrito Federal, 2021.....	39

Quadros

Quadro 01 – Dados básicos dos produtores e da área produzida.....	52
Quadro 02 – Conflitos do macrozoneamento do PDOT/1997 e as propostas sugeridas de soluções no PDOT/2009.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
ARRs	Áreas Rurais Remanescentes
AU	Agricultura Urbana
AUP	Agricultura Urbana e Periurbana
CAK	Colônia Agrícola Kanegae
CEASA	Centrais de Abastecimento
CLN	Comércio Local Norte
CLS	Comércio Local Sul
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
DF	Distrito Federal
ECK	Escola Parque Kanegae
ELO	Emenda à Lei Orgânica
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPNB	Estrada Parque Núcleo Bandeirante
FAO	Organização para Alimentação e Agricultura
GDF	Governo do Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFB	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LODF	Lei Orgânica do Distrito Federal
LUAS	Lei de uso e Ocupação dos Solos
MDAFCF	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
NGB	Normas de Edificação, Uso e Gabarito
ONU	Organização das Nações Unidas
PAD-DF	Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PDL	Plano Diretor Local
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PEOT	Plano Estruturador de Organização Territorial

PERGEB	Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília
PENAUP	Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana
POT	Plano de Ordenamento Territorial
POUSO	Plano de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal
PPCUB	Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília
QN	Quadra Norte
RA	Região Administrativa
SEDUH-DF	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal
UPA	Unidade de Ponto Atendimento
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico
ZEU	Zona de Expansão Urbana
ZIA	Zona de Interesse Ambiental
ZRU	Zona Rural
ZUR	Zona Urbana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Justificativa.....	15
1.2	Problematização.....	17
1.3	Objetivo geral.....	18
1.4	Objetivos específicos.....	18
1.5	Metodologia	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1	Expansão Urbana e a relação Campo-Cidade	23
2.2	Inclusão produtiva nas cidades da Agricultura Urbana e Periurbana	27
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
3.1	Fases da expansão urbana no Distrito Federal	33
3.2	Histórico de criação do Riacho Fundo I e seus aspectos socioeconômicos	35
3.3	Os trabalhos de campo na RA Riacho Fundo I e na CAK.....	39
3.3.1	<i>Campo exploratório: as primeiras percepções sobre a RA Riacho Fundo I e a CAK.....</i>	39
3.3.2	<i>Campo com entrevistas: levantamento histórico de criação da CAK, atual inserção econômica produtiva da comunidade e os problemas levantados no contexto da expansão urbana.....</i>	46
3.3.2.1	<i>Histórico de criação da CAK e sua espacialidade</i>	46
3.3.2.2	<i>Perfil dos produtores e características gerais da área produtiva.....</i>	51
3.3.2.3	<i>Acesso a serviços públicos, apoio técnico e insumos</i>	52
3.3.2.4	<i>Destino da produção</i>	53
3.3.2.5	<i>Dificuldades enfrentadas pelos produtores devido ao processo da expansão urbana.....</i>	56
3.4	Planejamento territorial no Distrito Federal e sua influência no espaço da CAK	58
3.4.1	<i>A relação dos PDOTs e a expansão urbana no Riacho Fundo I e na CAK.....</i>	59
3.4.2	<i>A estranha coincidência na relação da expansão urbana e o planejamento territorial feito pelos PDOTs.....</i>	72
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
	REFERÊNCIAS.....	79

APÊNDICE A — INVESTIGANDO A INSERÇÃO PRODUTIVA COM PRODUTORES DA CAK: ROTEIRO DE ENTREVISTA	83
APÊNDICE B — ENTREVISTA TRANSCRITA COM O PRODUTOR RURAL A ...	87
APÊNDICE C — ENTREVISTA TRANSCRITA COM O PRODUTOR RURAL B	95
APÊNDICE D — ENTREVISTA TRANSCRITA COM O PRODUTOR RURAL C	98
APÊNDICE E — ENTREVISTA TRANSCRITA COM A PRODUTORA RURAL D	102

1 INTRODUÇÃO

A formação do espaço geográfico do Distrito Federal é diversa, sendo possível identificar áreas urbanas e rurais. Muitas destas áreas, que foram destinadas a agricultura, inicialmente foram criadas como um mecanismo para barrar o crescimento urbano. Apesar disso, o Distrito Federal vem de forma constante passando por um adensamento urbano, e estas áreas antes destinadas a agricultura sofrem uma forte especulação imobiliária, com constantes parcelamentos e vendas de terrenos irregulares para a construção de condomínios e outras residências, mas com o tempo acabam sendo regularizados por leis de zoneamento e de uso e ocupação do solo. Por tanto, é preciso entender quais os mecanismos que facilitam essas alterações em vários espaços rurais do Distrito Federal e como isso impacta de forma direta a vida das comunidades dessas regiões.

Ainda, é preciso salientar, que a centralidade política e administrativa de Brasília é fator de atração demográfica nacional e regional o que resulta na progressiva expansão da mancha urbana na capital do Brasil. Desde a inauguração, em 1960, aos dias atuais, a cidade tem se consolidado como um grande centro polarizador de desenvolvimento no interior do país (CODEPLAN, 2012).

1.1 Justificativa

Nessa perspectiva, este trabalho vem colaborar com a discussão em torno da relação campo-cidade e a expansão urbana proposta por Lefebvre, além de trazer aspectos identificáveis na cultura do rural presente na espacialidade urbana, contando com a discussão em torno da diferenciação do que é urbano e rural e as características e vantagens da agricultura urbana e periurbana. Para tanto, teremos como delimitação territorial de estudo a Colônia Agrícola Kanegae (CAK), localizada no Riacho Fundo I, este espaço é de grande importância para a pesquisa acadêmica, pois a paisagem encontrada lá, leva a acreditar que se está longe de Brasília, mesmo que esta esteja circundada de grandes áreas urbanas, que estão interligadas por importantes redes de rodovias e avenidas.

Nesse sentido, entender a dinâmica territorial da comunidade, constituída pela CAK, bem como, seu contexto de formação e inserção produtiva, vem colaborar para o resgate histórico e social da população que lá vive, além disso, esta pesquisa vem

contribuir na ampliação dos estudos da temática da relação campo-cidade e como vem ocorrendo esse processo de ocupação e expansão urbana na área analisada, levantando os impactos sociais, urbanos e ambientais que interferem diretamente no funcionamento e no futuro da produção agrícola que existe na área pesquisada.

Nesse contexto, esta pesquisa, tornou-se viável principalmente pela localidade do espaço, por se situar ao lado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB), *campus* Riacho Fundo, instituição de onde já partiram algumas iniciativas de interesse de estudos geoespaciais na comunidade, pois este é o *campus* onde funciona o curso de Licenciatura em Geografia do IFB. Dentre essas iniciativas, pode-se mencionar dois projetos de pesquisa de iniciação científica, um focado na temática da agricultura familiar e outra com o objetivo de fazer um resgate histórico da CAK. Além disso, com o objetivo de despertar o interesse nos alunos pela pesquisa na comunidade e no entorno dela, alguns professores de geografia do IFB já realizaram algumas aulas de campo na CAK, uma delas intitulada de “Caminhada Geoecológica”. Em outro momento, houve também forte interesse no desenvolvimento da viabilidade de um projeto de extensão no IFB, chamado de Feira do Produtor, com o intuito de estabelecer um ponto de venda e escoamento de produtores da comunidade, esta iniciativa funcionava um dia por semana, possibilitando o retorno à população da comunidade, uma vez que essas ações acabam fortalecendo e contribuem para a permanência dos produtores da CAK, mas depois da pandemia de Covid-19, algumas alterações no projeto da feira foram necessárias para dar continuidade e viabilidade em seu funcionamento, como ampliar a participação de outros empreendedores fora da CAK.

Por fim, este trabalho colabora e amplia o material já construído por outras pesquisas realizadas na comunidade, servindo de base para novas iniciativas de investigações científicas que tentarão preencher as lacunas que ainda continuarem abertas, pois a área da CAK é um campo de estudo amplo, que além da questão urbana e da agricultura, existe uma grande demanda para as pesquisas ambientais e ecológicas. Mesmo assim, foi encontrado um artigo publicado e derivado de pesquisa de iniciação científica realizada na CAK, que também partiu do IFB, intitulado “**O desenvolvimento da agricultura familiar na Colônia Agrícola Kanegae, Riacho Fundo I/DF: caracterização dos territórios produtivos e dos atores sociais envolvidos.**” (FERREIRA; SILVA e SANTOS, 2021), mas quando perguntado a seus desenvolvedores, foram unânimes em afirmar que as dificuldades estavam em

encontrar outros materiais com pesquisas nessa área, sobretudo na constituição de mapas geográficos que contemplem a área em estudo da comunidade, mas que, a partir de agora, passamos a desenvolver os primeiros trabalhos de pesquisa capazes de oferecer informações mais completas sobre essa região agrícola localizada na Região Administrativa (RA) do Riacho Fundo I.

1.2 Problematização

Nessa perspectiva, a comunidade Agrícola Kanegae (CAK) está situada na Região Administrativa (RA) XVII, do Riacho Fundo I. Segundo Silva (2019) a ocupação da CAK foi autorizada, desde o ano de 1956, pelo então presidente da República Juscelino Kubitschek. A convite desse governo, em 1957, algumas famílias descendentes de japoneses, vindas de Goiânia - Goiás, mudaram para o local com o intuito de produzir hortifrutigranjeiros voltados ao abastecimento da população da capital do país, então em edificação. Ainda, segundo Silva (2019) diz que segundo um dos primeiros moradores, no local foram implantadas 18 chácaras onde trabalhavam nisseis¹ e sanseis, que ganharam o direito ao uso produtivo das terras. Portanto, no local, passaram a morar e produzir - em base familiar - hortaliças, frutíferas e leguminosas que abasteciam os moradores de Brasília. No curso dos anos e mais recentemente, no final do século XX, ocorreram mudanças no uso do território em Brasília. As áreas que eram predominantemente agrícolas têm assumido características urbanas como consequência da expansão urbana, alterando a relação campo-cidade, tudo isso, em grande parte sendo oficializado pela alteração das legislações de uso e ocupação do solo, além dos Planos Diretores de Ordenamentos Territoriais (PDOTs).

Dentro dessa preocupação e através de levantamentos prévios, pode-se constatar que vem ocorrendo algo nessa direção na RA do Riacho Fundo I, mais

¹ Nisseis e Sanseis: nomenclatura usada em referência as gerações de descendentes de japoneses no Brasil, onde os Nisseis fazem parte do grupo que compõem a segunda geração de descendentes de japoneses no Brasil, são filhos de Isseis (1ª geração de imigrantes). Em consequente, os Sanseis se referem ao grupo da terceira geração de descendentes de japoneses no Brasil, são filhos de Nisseis (2ª geração nascida no Brasil) e netos de Isseis (1ª geração de imigrantes). Disponível em: <<https://www.significados.com.br/nissei-e-sansei/>>. Acesso em 11 de maio de 2023.

especificamente no espaço da CAK, algo que vem alterando drasticamente a paisagem, acentuando problemas ambientais e desafiando a continuidade da permanência das comunidades inicialmente alocadas para a produção agrícola na capital do Brasil. Feitas as considerações iniciais, partiremos para os objetivos do trabalho, bem como a metodologia aplica e a base teórica necessária para fundamentar a discussão.

1.3 Objetivo geral

Compreender o histórico da produção e da inserção econômica da Colônia Agrícola Kanegae no contexto da relação campo-cidade e da expansão urbana da RA Riacho Fundo I/DF.

1.4 Objetivos específicos

- Realizar levantamento de informações que permitam reconstruir o histórico do processo de implantação e inserção da Colônia Agrícola Kanegae no DF;
- Analisar o processo da expansão urbana no Riacho Fundo I e suas implicações sobre o espaço da Colônia Agrícola Kanegae;
- Analisar através da função produtiva as relações existentes entre a Comunidade Agrícola Kanegae e os espaços urbanos já consolidados nas suas proximidades.

1.5 Metodologia

Sobre método, Prodanov e Freitas (2013, p. 26) afirmam que este é o caminho, a forma, o modo de pensamento e deverão ser seguidos no processo de investigação científica dos fatos da natureza e da sociedade. É nesse contexto, que dentre os vários métodos de pesquisa científica desenvolvidos pelas diferentes correntes filosóficas, optamos pelo Materialismo Histórico-Dialético, pois este, precisa que os fatos sejam apresentados levando em consideração o contexto social, político, econômico e histórico da área estudada.

Lakatos e Marconi (2007) afirmam que sobre as bases da Dialética, o mundo não pode ser entendido como um conjunto de “coisas”, mas como um conjunto de processos, em que as coisas estão em constante mudança, prestes a se transformar. Nesse sentido, as coisas e as transformações ocorridas pelos acontecimentos históricos estão ligadas entre si, dependentes uns dos outros e refletindo o momento atual da sociedade, sem deixar de englobar o passado.

Ainda segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 35), na Dialética as mudanças ocorrem devido as contradições. Além disso, o desenvolvimento desse método deve ser direcionado às coletas de dados quantitativos e qualitativos, pois são complementares e refletem as mudanças e transformações da sociedade (qualitativa), pautadas em acontecimentos que geram dados numéricos (quantitativo).

Com isso, a Dialética se apresenta como o método mais completo e pertinente para direcionar a pesquisa deste trabalho monográfico na área de Geografia. Portanto, Gil (2008, p. 14) expõe que:

“[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.”

Juntamente da Dialética, a técnica de levantamento Histórico é indispensável para a melhor compressão das transformações ocorridas no decorrer do tempo no espaço delimitado da pesquisa. Nesse sentido, Lakatos e Marconi (2007, p. 107) dizem que no método Histórico, é necessário investigar os acontecimentos e as instituições do passado, pois com isso, é possível identificar as influências atuais na sociedade.

Com as bases teórico-metodológicas definidas e apresentadas, pôde-se considerar a relevância no uso das diferentes escalas geográficas na construção histórico-social do espaço da CAK. Nesse sentido, a metodologia aplicada visa compreender o contexto geral de ocupação geográfica da localidade, apontando a relação existente entre os diferentes agentes envolvidos nos processos político-sociais. Para tanto, teve-se a necessidade de empregar uma escala maior que a CAK, iniciando a pesquisa com o Distrito Federal, e em seguida a RA Riacho Fundo I, trazendo aspectos geográficos gerais e o mapeamento da construção histórica do

espaço da RA. Por último, os esforços de análise seguiram para uma escala menor, que compreende o espaço da CAK.

Paralelo ao método Materialista Histórico-Dialético, foram utilizadas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo na região da CAK e do Riacho Fundo I, com aplicação de entrevistas e busca de documentos históricos na Administração Regional e Centro comunitário da comunidade.

Nesse sentido, a metodologia foi dividida em alguns passos como forma de detalhar os esforços da pesquisa, conforme apresentado abaixo:

1. Primeira etapa: revisão bibliográfica

Esta etapa da pesquisa pretendeu construir as bases teóricas do tema pesquisado, trazendo como resultado a exposição e o aprofundamento da discussão em torno dos temas relacionados a expansão urbana, relação campo-cidade e inclusão produtiva nas cidades da agricultura urbana.

2. Segunda etapa: levantamento documental

A segunda etapa da pesquisa visou atender a complementariedade do levantamento histórico proposto no primeiro objetivo específico, além de complementar o segundo objetivo específico da pesquisa, consistindo no estudo do planejamento urbano do Distrito Federal com foco na RA Riacho Fundo I. Nesse sentido, foram analisados os Planos Diretores de Ordenamento Territorial (PDOT) dos anos 1992, 1997 e 2009, além das alterações feitas em 2012, 2019 e mais recentemente em 2021. Além dos Planos Diretores, foram aplicadas coletas de dados em bases secundárias, a fim de complementar e trazer informações socioeconômicas sobre a RA Riacho Fundo I, disponibilizadas pelo Governo do Distrito Federal (GDF). De forma específica, foram pesquisados como complemento os seguintes documentos organizados pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal:

- Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD);
- Anuários Estatísticos do Distrito Federal.

3. Terceira etapa: pesquisa de campo exploratória na RA Riacho Fundo I e na CAK.

A terceira etapa visava atender de forma parcial os três objetivos específicos da pesquisa, sendo possível ter uma primeira impressão espacial da localidade e apontar pontos importantes e direcionamentos futuros, como possíveis pontos de vendas dos produtos da colônia agrícola, a existência de condomínios consolidados e em construção, além das ocupações irregulares espontâneas dentro da CAK, principais vias de acesso e percepções quanto a infraestrutura local. Além disso, nesse momento tinha-se como pretensão, identificar as lideranças comunitárias da área e agendar as próximas visitas que resultariam na etapa seguinte (entrevistas). Com isso, essa etapa é destinada a observação direta e de sondagens iniciais, que foram necessárias para a coleta de materiais fotográfico e anotações do campo feitos na RA Riacho Fundo I e na CAK.

4. Quarta etapa: Realização de trabalhos de campo na CAK

Essa etapa buscou atender totalmente o primeiro e o terceiro objetivo específico, além de complementar o segundo. Nesse caminho, foram realizados trabalhos de campo com a realização de entrevistas semidirigidas e observação direta, essas entrevistas foram direcionadas às lideranças e antigos moradores do local, com o objetivo de levantar as seguintes informações:

- Histórico da ocupação da CAK;
- Forma de acesso à terra;
- Principais atividades praticadas;
- Modo de escoamento da produção;
- acesso a crédito agrícola e outras fontes de subsidiamento;
- Relações de trabalho nas propriedades;
- Oferta de serviços públicos no geral;
- A percepção dos efeitos da pressão urbana que o mercado imobiliário vem provocando na CAK.

5. Quinta etapa: Análise dos dados e apresentação dos resultados da pesquisa.

Esta etapa visava apresentar os resultados das análises feitas com base nos dados levantados nas pesquisas documentais e de campo. Além disso, pretendia contribuir nos estudos do espaço da CAK e servir de referência para pesquisas futuras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A maioria das grandes e médias cidades brasileiras passaram por ondas de crescimento acelerado no decorrer do tempo, fato este, associado a falta de planejamento urbano, geraram construções de forma desordenada e espontânea, e esse processo não está relacionado a apenas áreas mais periféricas e muito pobres, mas também em endereços privilegiados. Isso é possível ser observado inclusive em cidades planejadas como Brasília, que desde sua fundação tenta lidar com esse fenômeno, mas na atualidade é possível observarmos um certo agravamento dessa situação, onde a ocupação desorganizada de áreas antes destinadas a um determinado uso (agrícola ou de proteção ambiental) são invadidas, surgindo construções precárias ou, ainda, condomínios de alto padrão que são influenciados pela especulação imobiliária. Nesse contexto, Souza (2020) diz que essa dinâmica de configuração espacial urbana está relacionada ao modo de produção capitalista, que sempre vem acompanhado pela fragmentação do espaço, periferização, dispersão urbana e/ou periurbanização, entre outras variantes.

Como tentativa de elucidar parte dessa dinâmica espacial, é preciso expor as bases das discussões teóricas sobre o fenômeno da expansão urbana, além de apresentar as diferenças entre urbano e rural para entendermos a relação campo-cidade e como esse binômio se configura no espaço geográfico.

2.1 Expansão Urbana e a relação Campo-Cidade

Quando se fala em expansão urbana, muito tem a contribuir as reflexões trazidas por Henri Lefebvre em seu livro “A Revolução Urbana” de 1999, que traz a ideia da concepção de uma sociedade que passa a viver inteiramente integrada e adaptada ao fenômeno da urbanização, que vigora em diferentes escalas geográficas e obedece a uma lógica complexa e em constante evolução.

Nesse sentido, Lefebvre (1999) classifica a sociedade urbana como sendo aquela que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real. Isso deixa claro, segundo o autor, que ainda não chegamos a uma sociedade totalmente urbanizada, mas que chegamos a um ponto de grande complexidade social, com

novas feições urbanas, ressignificação de espaços, estruturas integradas e o fenômeno das concentrações no espaço (população, emprego, capital, serviços etc.). Portanto, para Lefebvre a revolução urbana é entendida como:

“(...) o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano.” (p. 19)

Ainda, segundo Lefebvre (1999), esse processo nasce da industrialização, que domina e absorve a produção agrícola e se converte num setor da produção industrial, estando subordinada aos seus imperativos, ou seja, que está submetida às suas exigências, uma vez que o campo passa a ser uma extensão da cidade industrial e, por isso, do mesmo processo de urbanização, mas com finalidades e feições diferentes. Além disso, o campo tem em sua nova dinâmica a mecanização que transformou as aldeias, agora apresentando unidades mais vastas, sobretudo da monocultura, essa nova feição inteiramente criada para atender a vida urbana.

É nessa visão, que Lencioni (2008) afirma que o urbano se apropriou do rural conforme as cidades cresciam, e para a autora podemos classificar o urbano como “um fenômeno, uma realidade inacabada que se relaciona a um processo histórico”. Nesse mesmo raciocínio, Silveira *et al.*, (2014) enfatizam que a urbanização é um conceito que naturalmente envolve tanto o aumento da população no espaço das cidades, como também a expansão da mancha urbana ao longo do tempo, que tende a ocupar espaços rurais próximos.

Nesse sentido, segundo Endlich (2013), ao analisar as bases teóricas de Lefebvre, percebe-se que o rural é posto como algo ultrapassado, hoje superado pelo urbano, visto que as limitações presentes do meio rural, sobretudo tecnológicas, proporcionavam desequilíbrios nas relações produtivas. A autora ainda enfatiza, que existem duas análises a serem levantadas nessa relação, a primeira está pautada na visão cultural desses dois ambientes, definindo o urbano-rural como um sistema de valores e conteúdos sociais do campo-cidade, ou seja, existe uma clara diferenciação entre o tangível e o intangível, uma vez que o campo-cidade está relacionado a produção e a cada função exercida pelas duas áreas estudadas, enquanto o termo

urbano-rural está direcionado a cultura, mas que em tese são os mesmos espaços geográficos, vistos por óticas diferentes.

Nesse contexto, existem várias óticas de análises para se definir o que é urbano e rural, é o que também apresenta Endlich (2013) ao enumerar alguns critérios de diferenciação. Dentre os quais, podemos elencar os limites delimitados pelos órgãos governamentais, a demografia do local e ocupação econômica da população conforme as funções espaciais, mas a autora pondera que este critério já está praticamente desatualizado, uma vez que a tecnificação do campo gerou aumento da produção, acúmulo de riqueza e diversificação produtiva. Além disso, muitos locais no rural acabaram também introduzindo o setor terciário, que resultou na elevação da renda desses locais, gerando um novo rural. Portanto, a autora elege a ideia de centralidade como sendo a mais adequada nesse cenário de delimitação, pois a mesma não impõe limites fixos entre o urbano e o rural. Em outras palavras, isso quer dizer que o urbano pode ser percebido através da sua extensão, que se amplia para além das cidades, mantendo uma relação direta com o rural e tornando mais evidente o processo de expansão urbana.

Outras questões importantes, sobre essa discussão em torno da relação campo-cidade, são levantadas por Marafon (2014), que vê o campo diante de um novo contexto, pois além de novas formas de produção, percebe-se que o campo incorporou questões mais complexas e dinâmicas na produção do seu espaço. Essa novidade no campo desmistifica a antiga ideia de sua função, que antes estava ligada à produção de alimentos para abastecer as cidades.

Nesse entendimento, na atualidade o campo passou a desempenhar muito mais funções, várias delas sem nenhuma relação com a produção agrícola, ou seja, desligadas da produção primária da economia, destacando-se como exemplo as indústrias que se instalam no campo e a oferta de serviços como o turismo ecológico, de aventura, além dos hotéis fazenda e as atividades do turismo rural. Isso, ainda segundo Marafon, está relacionado com a produtividade no campo, que está alcançando números mais elevados de produção com a introdução de novas tecnologias, permitindo que um número maior de pessoas estivesse livre e disponível para trabalhar em outras atividades ainda no campo. Essas novas atividades, acabaram tornando o espaço do campo mais complexo, com novas ruralidades.

Ainda segundo Marafon (2014), essas novas ruralidades ultrapassam a simples concepção censitária, pois estão associadas às questões econômicas, sociais,

institucionais, culturais e ecológicas. Nesse entendimento, Carneiro (2012) diz que esse processo vai além da simples penetração dos mundos urbano-industrial no rural, existe uma troca em que os dois espaços (urbano e rural) realizam de forma dinâmica e permanente, como valores, bens simbólicos e materiais. Desse modo, as ruralidades estão presentes também nos espaços urbanos, o que também ocorre com as urbanidades presentes nos espaços rurais.

Nesse sentido, Rua (2013) tenta aprofundar mais a análise sobre as características urbanas presentes no espaço rural, onde este tipo de elemento é chamado pelo autor de “urbanidades no rural”. Essa visão está alicerçada na ideia de que o rural não desaparece totalmente, pois ele é transformado por características urbanas tanto físicas quanto culturais, podendo ser percebidas de forma mais concentrada ou mais pontual nas áreas mais afastadas dos centros urbanos, marcando o aparecimento de um espaço híbrido entre o urbano e o rural. Ainda, cabe salientar que esse tipo de espaço é potencializado por investimentos governamentais, como estradas, pontes, ferrovias, aeroportos e etc., que facilitam a circulação de pessoas, mercadorias, capital de investimentos e informações.

Além disso, como dito anteriormente, Marafon (2014) acredita que as ruralidades estão presentes também nos espaços urbanos, o que também ocorre com as urbanidades presentes nos espaços rurais. Em outras palavras, as questões culturais presentes no rural também podem ser encontradas no urbano, ocorrendo também o oposto. Mas quanto a questão prática, aquela que envolve a agricultura na cidade com objetivo de produção de alimentos, ainda depende de inúmeros fatores para que aconteça, dentre eles o incentivo governamental, a vontade política e a vontade popular, além da existência de espaços propícios a essa operação, que podem gerar renda, diminuir a pobreza e a fome, além de embelezar espaços antes abandonados ou sem uso eficiente. Nesse sentido, precisamos também entender as bases fundamentais que norteiam as concepções da agricultura urbana e periurbana.

2.2 Inclusão produtiva nas cidades da Agricultura Urbana e Periurbana

Todas as cidades do mundo possuem espaços ociosos, sejam terrenos vazios, praças e parques subutilizados, canteiros centrais, e mais abrangente ainda, podemos mencionar os galpões abandonados e o topo de prédios, que em muitos casos só possuem acesso para os trabalhadores da manutenção de antenas e instalação de ar-condicionado. Portanto, repensar a utilização desses espaços nas cidades, sobretudo para a implantação da Agricultura Urbana (AU), parece ser uma solução bastante coerente para otimizar a geração de renda e oferta de alimentos mais próximos dos centros consumidores, bem como outros benefícios socioambientais identificáveis. Isso reduziria os custos de transportes e armazenamentos, pois o tempo de abastecimento da cadeia produtiva seria menor, teríamos entrega de produtos frescos e com um maior tempo de exposição na venda, evitando assim, maiores perdas. Além desses benefícios, o consumidor teria um preço mais justo na hora da compra, colaborando para itens como frutas, verduras e hortaliças estejam presentes na lista de compras dos consumidores, sobretudo das famílias com menor renda.

Nesse sentido, Azevedo *et al.*, (2020), salienta que no passado a agricultura sempre esteve presente nas cidades, mas com o crescimento populacional que resultou no surgimento de grandes centros urbanos, associado a incorporação do modelo econômico capitalista, a agricultura foi sendo afastada da cidade. É nesse mesmo pensamento, que Jacobs (1971) diz que a origem da agricultura é na cidade, mas com o tempo a agricultura passou a ser produzida em áreas rurais somente quando a cidade perdia área propícias ao cultivo de alimentos.

Quanto a agricultura nas cidades, Mougeot (2000 *apud* Azevedo *et al.*, 2020, p. 2) apresenta o conceito de Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) como sendo aquela que tem uma forte conexão com as cidades e faz parte do sistema econômico urbano e ecológico. Em outras palavras, esse modo de produção agrícola funciona dentro das cidades e em seus arredores, aproveitando espaços não utilizados na construção de moradias, indústrias, comércios, transportes e outros equipamentos sociais (praças, parques, escolas, campos esportivos etc.). Sobre áreas periurbanas é importante salientar que:

As áreas periurbanas são áreas de transição entre o campo e a cidade, portanto, nelas são encontradas tanto atividades rurais quanto urbanas. Contudo, o uso do solo, normalmente, é administrado por instrumentos de gestão urbana, daí a necessidade de se procurar entender este espaço, já que este é uma área de transição rural-urbano. (DOURADO, 2015, p. 36)

Além disso, segundo Azevedo *et al.*, (2020), a Organização das nações Unidas - ONU classifica a AUP como sendo uma atividade multifuncional e diversificada, pois gera oportunidade de produção agrícola e pecuária em áreas intra e periurbanas para o consumo próprio e/ou comercialização. Nesse sentido, o mesmo autor, ainda menciona que a AUP é uma atividade importante, pois é capaz de fornecer alimentos frescos, gera emprego e renda, cria cinturões verdes e dá força no enfrentamento das mudanças climáticas nas cidades. Apesar disso, o autor enfatiza que a AUP pode ser entendida como espaços de resiliência, que resistem a pressões da especulação imobiliária, pois o valor do terreno urbano é maior e é interesse do setor se apoderar de espaços livres na cidade, vistas como estoque reserva de terrenos para futuras construções de condomínios, ou ainda pela ocupação irregular de famílias carentes que necessitam de espaço para a construção de casas com estruturas precárias, em áreas com pouca infraestrutura (sem água, energia, esgoto e vias asfaltadas). Nesse contexto, podemos destacar que a ampliação das áreas urbanas significa perda de terras agricultáveis e conseqüentemente, diminuição de ganhos na produção de alimentos, além de problemas urbanos e socioambientais.

Em resumo, ainda, segundo Mougeot (2000 *apud* Azevedo *et al.*, 2020), podemos elencar dez características que estão entre os benefícios e vantagens da AUP, conforme abaixo:

1. Supera as restrições e aproveita as oportunidades, pois tem um tamanho menor;
2. É mais dispersa e mais adaptável às pressões externas;
3. É mais valorizada e de maior rendimento;
4. Gera emprego e renda;
5. Fornece alimentos frescos;
6. Melhora a saúde da população;
7. Diminui a fome em países pobres;

8. Contribui para melhorar o bem-estar social, a economia local e o meio ambiente;
9. Na questão ambiental, recicla resíduos urbanos, cria cinturões verdes e ajuda no combate das mudanças climáticas;
10. Ajuda a garantir terras agricultáveis, e evita o avanço da expansão urbana.

Portanto, quando falamos de agricultura urbana, não podemos deixar de enfatizar o aspecto físico da ruralidade inserida no espaço urbano, assim como já mencionado por Marafon (2014) e a ideia de espaço híbrido proposto por Rua (2013). Em outras palavras, estamos diante de mais um aspecto da fragmentação espacial, mas é importante mencionar que o uso de novas tecnologias relacionadas à agricultura urbana, sobretudo que vise a alta produtividade em espaços cada vez menores, inclusive em ambientes fechados e com controle de luz e água, podem virar tendência nas próximas décadas e gerar investimentos empresariais na área. Não estamos, porém, afirmando que a agricultura urbana, para poder crescer, tenha que empregar alta tecnologia, pelo contrário, estamos expondo que além de técnicas mais tradicionais já utilizadas, existem empresas que já vem atuando nesse setor e certamente, podem contribuir para popularizar essa prática, gerando mais empregos.

Nesse sentido, a AUP também ganha outras nomenclaturas, quando apresenta um cultivo intenso de hortaliças, frutíferas, contando inclusive com piscicultura e avicultura em área urbana, sendo conhecido como Fazendas Urbanas. Já a Agricultura *Indoor* (feita em espaços fechados), requer maior investimento e uso de tecnologia mais avançada, pois precisa contar com o uso controlado de luz, água e temperatura adequada, mas apresentando produtividade maior e maiores lucros, portanto, o modelo *Indoor* vem competindo diretamente com a produção familiar na Agricultura Urbana, uma vez que ambas funcionam dentro da cidade. (LIMA *et al.*, 2019)

Segundo a ONU, a AUP, por ser uma atividade multifuncional e diversificada, inclui a produção e processamento de produtos agrícolas e pecuários em áreas urbanas, apresentando, dessa forma, amplos aspectos capazes de responder aos problemas urbanos, dentre eles, a fome, a autoestima da população, a pobreza e melhorando a saúde, principalmente por propiciar a prática de exercícios do corpo e da mente, sem falar na melhoria da segurança alimentar e nutricional da população.

Portanto, a AUP ajuda a otimizar o planejamento urbano, melhora o ambiente das cidades e auxilia na governança participativa. Nesse sentido, a ONU tem programas de iniciativa para a produção de horticultura e diversificação da produção, oferecendo inclusive apoio técnico através de parcerias nacionais que garantem troca de experiências, além de ajudar governos e municípios a ampliar políticas públicas e serviços de apoio para AUP, como o melhoramento dos sistemas de produção e comercialização e aprimoramento da cadeia produtiva. (FAO, 2022).

Com o que foi exposto sobre a AUP, podemos enxergar inúmeras vantagens e benefícios, mas é preciso que os governos incluam essa modalidade produtiva como política pública de prioridade no enfrentamento do combate da pobreza e da fome. Atualmente, segundo a ONU, o Brasil voltou ao mapa da fome em 2022, muito provavelmente decorrente dos efeitos da pandemia de coronavírus e pela falta de ações governamentais efetivas que ajudasse a população a garantir com eficiência o acesso a alimentação com qualidade e quantidade suficiente. Apesar disso, muitos exemplos de iniciativas populares, como cozinhas comunitárias em favelas e pequenas hortas comunitárias ajudaram a diminuir os efeitos negativos da pandemia e da diminuição de renda das comunidades mais carentes do país.

Dentro desse contexto da agricultura e de tudo o que já foi apresentado, podemos destacar que:

Atualmente, tanto a AU, quanto a periurbana e a rural são importantes para a sociedade e as economias. É consenso, entre os estudiosos, que os espaços urbanos e rurais estão cada dia mais inter-relacionados. A AU é um elemento integrador do rural com o urbano por excelência, mesmo que ela exista mediante integração específica ao modo urbano de vida. Por isso, defendemos que a AU é uma atividade integradora que fomenta complementaridades rural-urbanas. (DOURADO, 2015, p. 39)

Com isso, podemos enxergar a importância da agricultura em suas diferentes nuances e espacialidades, não como algo distante e separado das cidades, mas como parte integrante dela, mesmo que com o passar do tempo tenha existido uma certa tendência de levar a agricultura para áreas mais afastadas da cidade. Este ponto, pode até ser justificado no caso da produção em grande escala, como é o caso do agronegócio e sua monocultura, mas não encontra lógica na produção de pequena escala, do pequeno produtor familiar e da agricultura de subsistência.

No Brasil, como política pública, felizmente, temos o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP), da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva, que em 2023 faz parte do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDAFCF). Este programa, tem como proposta de trabalho, os seguintes objetivos:

1. Estimular a produção agroecológica de alimentos nas cidades;
2. Incentivar hábitos saudáveis de alimentação;
3. Implantar a produção com fins pedagógicos em instituições de ensino, principalmente em regiões de vulnerabilidade social;
4. Capacitação técnica e de gestão para implantações de agricultura urbana e periurbana.

Segundo o MDAFCF (2022), o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, que foi instituído pela Portaria n. 467, de 7 de fevereiro de 2018, visa aproveitar áreas ociosas urbanas e periurbanas para promover a produção sustentável. Dentre as iniciativas do programa, podemos destacar as seguintes:

1. Implantação de hortas;
2. Implantação de viveiros de mudas;
3. Criação de pequenos animais;
4. Capacitação e disseminação do conhecimento e da informação, visando a segurança alimentar;
5. Assistência técnica e fortalecimento de capacidades técnicas e gerenciais; e
6. Implantação de hortas pedagógicas em unidades escolares públicas e entidades socioassistenciais, além de instituições de saúde, instituições religiosas, estabelecimentos penais, dentre outras.

Com isso, chegamos a uma importante questão, o programa de agricultura urbana como política governamental no Brasil é recente e teve início só em 2018. Todo esse atraso, não quer dizer que não existia a agricultura nas cidades brasileiras, mas que o Estado só passou a incentivar e a criar mecanismos de fortalecimento em escala nacional da AUP mais recentemente, colaborando inclusive para o

planejamento urbano. Outro ponto relevante, é que todo esse atraso ficou escancarado como uma grande deficiência governamental, durante o auge das restrições da pandemia de Coronavírus em 2020, quando muitas pessoas perderam seus empregos e segundo a ONU o Brasil retornou ao mapa da fome. Mesmo assim, o Brasil avança nessa área, pelo menos na legislação, e tem no futuro próximo muitos frutos sociais a colher, sobretudo o fim da fome.

Nessa perspectiva, por se tratar de um programa a nível nacional e pelo tamanho territorial do Brasil, muito ainda precisa ser feito, pois o PNAUP está ainda em fase inicial, muitas cidades precisam ter planejamentos direcionados na área, mas temos alguns exemplos exitosos no Brasil, como a cidade de Belo Horizonte, que segundo Almada e Souza (2017) as áreas periurbanas produzem grande parte de alimentos que abastecem a cidade, isso desde o ano 2000.

Outro exemplo, também em Minas Gerais, é a cidade de Sete Lagoas, onde a prefeitura já apoiava o desenvolvimento da agricultura urbana desde o ano de 1980, em 2007 cria um programa que oficializa a AUP com o apoio da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), agregando conhecimento técnico para aumentar a produção. (CALBINO *et. al.*, 2018). Mas, é importante percebermos nesses dois exemplos, que ambas as cidades já mantinham iniciativas na área, antes da criação do PNAUP em 2018. Portanto, é preciso avançar na criação de um sistema de cadastramento e mapeamento dessas áreas no Brasil, trazendo o volume produzido, os investimentos feitos, número de empregos gerados e a destinação direta da produção.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para iniciarmos a descrição e análise do processo de criação e desenvolvimento da Colônia Agrícola Kanegae (CAK) e seu atual contexto em relação a expansão urbana, é preciso antes, abordarmos como se deu esse processo em um espaço maior, que é o Distrito Federal, em seguida na RA Riacho Fundo I, e por último no espaço da CAK, fazendo um levantamento histórico de ocupação da região, acrescido de dados socioeconômicos da RA, incluindo informações coletadas nas pesquisas de campo. Por fim, traremos uma análise sobre os Planos Diretores de Ordenamento Territorial (PDOT) do Distrito Federal, com objetivo de melhor entendermos a dinâmica do espaço geográfico da CAK em sua relação com a expansão urbana.

3.1 Fases da expansão urbana no Distrito Federal

O território que hoje compreende a delimitação do Distrito Federal surgiu com o propósito de levar desenvolvimento para o interior do Brasil com a construção de Brasília, nova Capital Federal. Esse processo, segundo Souza (2017) passou por três fases de desenvolvimento: a primeira denominada por implementação das bases territoriais (1956-1969), referente a construção da capital e o impacto que trouxe à área mais próxima; em seguida, a fase da consolidação e início da expansão urbana metropolitana (1970-1985), onde teve um aumento da expansão urbana para além do Distrito Federal, alcançando os municípios vizinhos; e por último, a fase da expansão urbana metropolitana (de 1985 à atualidade), onde a expansão urbana ficou mais dispersa.

Na primeira fase, o autor lembra que a construção de Brasília tem início em um momento de grande desenvolvimento no país e a decisão de levar a capital para o interior mudaria de vez com o padrão litorâneo das duas primeiras capitais brasileiras (Salvador e Rio de Janeiro). Nesse sentido Penna (1991, *apud* Souza, 2010) traz a ideia de que Brasília serviria como propulsora do crescimento econômico e demográfico que faltava para o interior do Brasil, uma vez que a população se concentrava nas regiões litorâneas do país.

Na segunda fase trabalhada por Souza (2017), chamada de consolidação e expansão metropolitana (1970-1986), período em que o Brasil estava marcado pela conjuntura ditatorial militar, crise e insatisfação popular causada pela forma autoritária de governo, foi também um período de grandes investimentos estatais e forte endividamento, agravando ainda mais o período de crise e inflação. Nesse mesmo período, a região Centro-Oeste brasileira começa a receber novos investimentos na expansão agrícola, atraindo muitos trabalhadores do Sul do país. Nesse período, foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975), que lançou dois programas: o Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília (PERGEB) e o Programa de Desenvolvimento de Cerrados (Polocentro). Com isso, o PERGEB pretendia diminuir o movimento migratório ao DF, com políticas de desenvolvimento nos municípios vizinhos. Já o Polocentro tinha como objetivo levar modernização dos espaços destinados à agricultura de vários municípios vizinhos, mas também acabou trazendo modernização à região leste do Distrito Federal.

Além das políticas de desenvolvimento dos municípios vizinhos, o DF também passou por algumas mudanças no planejamento urbano, provocando inclusive algumas descaracterizações dos planos originais devido ao aumento da demanda por novas moradias. Dois anos depois, em 1977, é criado o Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD-DF) destinado a agropecuária mais moderna voltada para a exportação, isso acabou gerando pressão nos espaços tradicionais e ocupados por imigrantes que desde o início da construção de Brasília foram alocados em espaços rurais que tinham como objetivo impedir o avanço urbano conforme descrevem Bertolini (2015) e Moura Filho (2016).

Na terceira fase, expansão urbana metropolitana, que se inicia em 1985, podemos salientar algumas informações desse período trazidas por Souza (2010) que mesmo trazendo uma escala mais local para a expansão urbana no Distrito Federal, ao citar dados publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para o ano de 2021, complementa que esse mesmo intervalo de tempo, vem sendo um período de grandes transformações, estas iniciadas por uma nova Constituição Federal (1988), onde os municípios passaram a ter maior autonomia, e é nesse momento que o Distrito Federal passa a escolher seus representantes. Com novas leis em aprovação, em 1992 entra em vigor o primeiro Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), com revisão decenal, com reforço da dinâmica policentralizada e investimentos em transportes de massa. Além disso, Neto e

Salgado (2015) afirmam que a construção de Brasília caracterizou-se como sendo um forte mecanismo de fragmentação dos municípios do entorno do Distrito Federal, uma vez que o processo migratório teria início, mantendo essa tendência nas décadas seguintes, com isso, a forte migração de pessoas de outros estados provocou o aumento da demanda por moradias o que resultou na instalação no território goiano de novas áreas urbanas margeando o contorno do Distrito Federal (esses centros urbanos hoje são conhecidos como cidades do entorno). É nesse contexto da terceira fase, que o fenômeno da expansão urbana se estende para a região metropolitana² e cidades goianas passam a integrar a dinâmica urbana do Distrito Federal.

3.2 Histórico de criação do Riacho Fundo I e seus aspectos socioeconômicos

No histórico apresentado sobre a Região Administrativa (RA) do Riacho Fundo I pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) de 2021, que é realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) a cada dois anos, traz um histórico informando que, antes de Brasília ser implantada, as terras do Riacho Fundo pertenciam ao município de Santa Luzia, hoje chamada de Luziânia-GO, sendo desapropriadas e passaram ao governo do novo Distrito Federal, que incentivou seu povoamento oferecendo grande parte das terras para a ocupação rural através de concessão a famílias de origem japonesa que se instalaram nas margens do Córrego Riacho Fundo, que deu origem ao nome da região. Como forma de planejar a ocupação, foram criados núcleos rurais e colônias agrícolas, dentre elas a Colônia Agrícola Kanegae (CAK), além de cinco Granjas-Modelo. Mas antes da RA ser implantada, o Governo do Distrito Federal (GDF) implantou na área um programa habitacional com o objetivo de atender a demanda e ordenar o espaço territorial do local, chamado de Setor Habitacional Riacho Fundo, que fazia parte do programa de erradicação de ocupações irregulares, antes o local era chamado de granja Riacho Fundo. Pouco tempo depois, com a Lei nº 620, de 15 de dezembro de 1993, criou-se a RA do Riacho Fundo (RA XVII), sendo esta desmembrada da RA do Núcleo

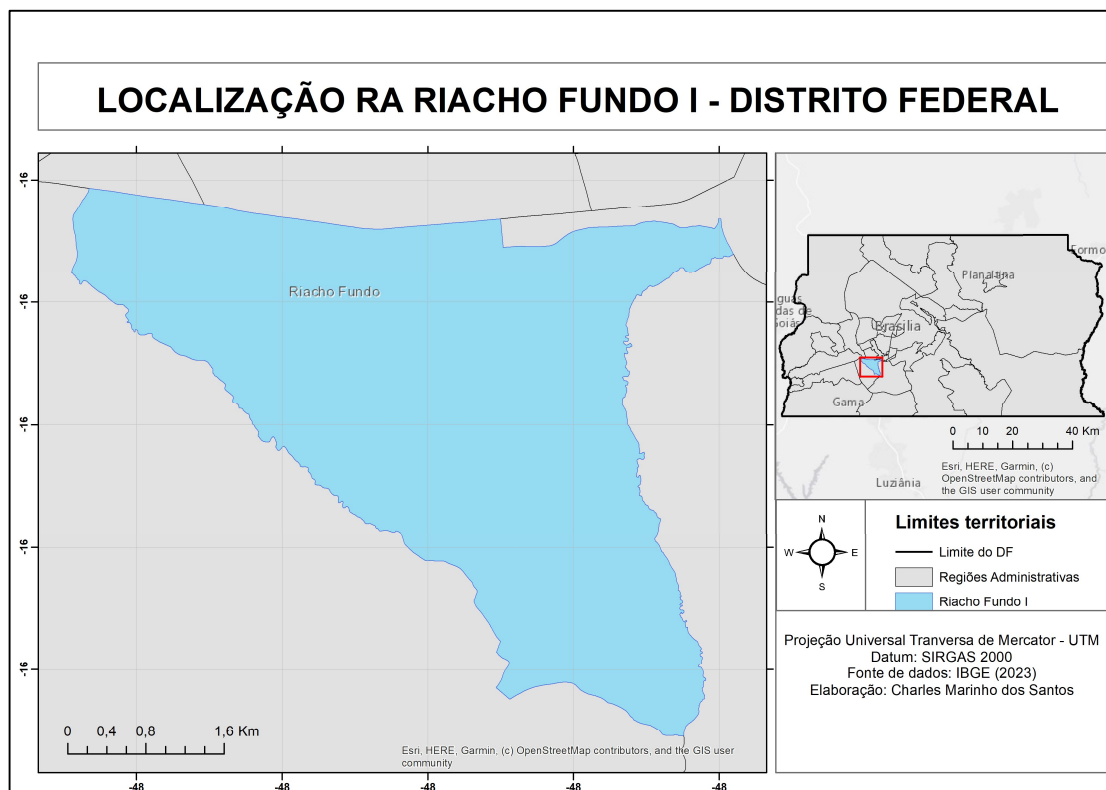
² Brasília oficialmente não possui região metropolitana, pois a mancha urbana presente no Distrito Federal cresceu para além dos seus limites territoriais, formando uma RIDE (Região Integrada de Desenvolvimento Econômico) juntamente com alguns municípios dos Estados de Goiás e Minas Gerais.

Bandeirante. Em 1994, outro programa habitacional foi criado (Riacho Fundo II) que em 2003 foi desmembrado do Riacho Fundo I, passando a ser A RA XXI.

Ainda, segundo o histórico da região trazida pela PDAD 2021, a Granja Riacho Fundo também foi sede da Residência Oficial dos Governos Militares, com o passar do tempo, foi requalificada e hoje funciona o Instituto de Saúde Mental. Mesmo com a existência do Instituto, a localidade é considerada uma Área de Proteção Ambiental (APA), pois no local existem nascentes de diversos córregos, incluindo o Córrego Riacho Fundo, além disso, é possível encontrar grande diversidade de fauna e da flora nativos da região, que ainda estão preservados. Ainda, é possível encontrar na área rural, as Colônias Agrícolas Sucupira e Riacho Fundo (mais conhecida como CAK), além da Fundação Cidade da Paz e o setor de pesquisa de produção de sementes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.

Na atualidade, a RA Riacho Fundo (**Mapa 01**) é uma das 35 Regiões Administrativas do DF e conta em seu território com área urbana consolidada e com uma extensa parte rural.

Mapa 01: Localização do Riacho Fundo I no Distrito Federal.



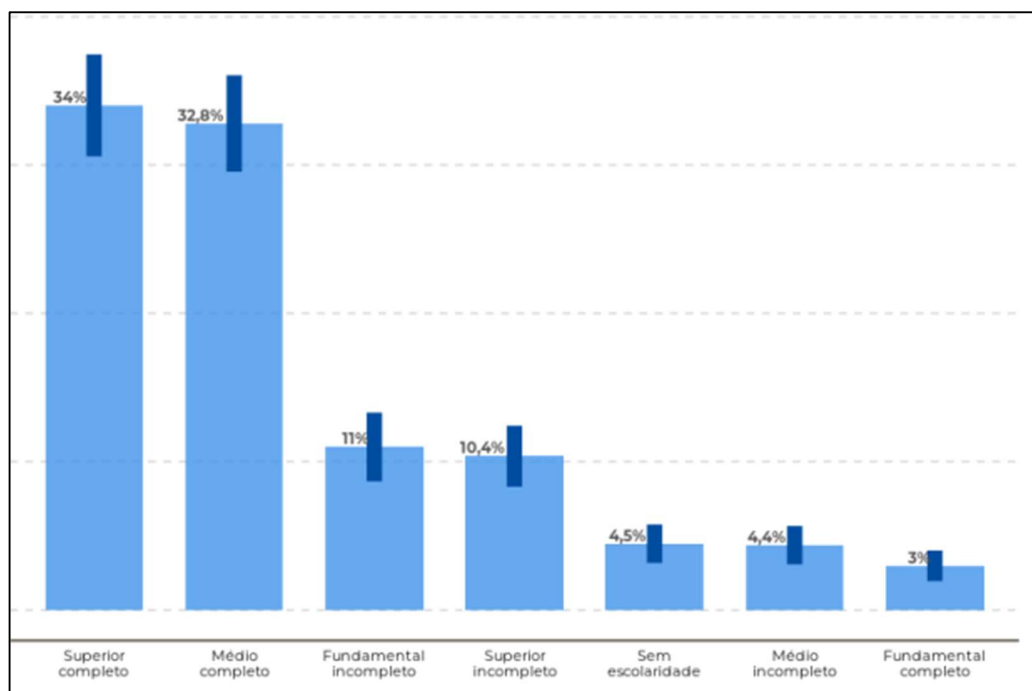
Fonte: IBGE, 2023.

Segundo dados da PDAD 2021, a população urbana do Riacho Fundo I era de 44.464 habitantes, desse total 52,6% do sexo feminino e 47,4% do sexo masculino. Sendo a idade média da população de 33 anos. Nesse contexto, temos como comparativo do crescimento da população os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2000 e 2010, que respectivamente apresentavam uma população de 22.135 e 35.684.

Quanto à distribuição da população por cor da pele, o Riacho Fundo I é composto por 46,7% de pardos e quase 39% de brancos, sendo pretos 11,5% e 2,6% de amarelos (asiáticos e seus descendentes).

Quando se fala em escolaridade, considerando os moradores com idade a partir de 6 anos ou mais, 96% dos moradores que souberam responder, declararam saber ler e escrever. Além disso, 42,8% das pessoas entre 4 e 24 anos de idade informaram frequentar escolas públicas, e 19,5% a rede particular, no entanto, 29,9% informaram que não estavam estudando, mas já frequentaram a escola no passado. Ainda, sobre escolaridade, das pessoas com 25 anos ou mais, em 2021, segundo a PDAD, 32,8% declararam ter o ensino médio completo, e uma porcentagem superior de 34% dos que informaram ter ensino superior completo (**Gráfico 01**).

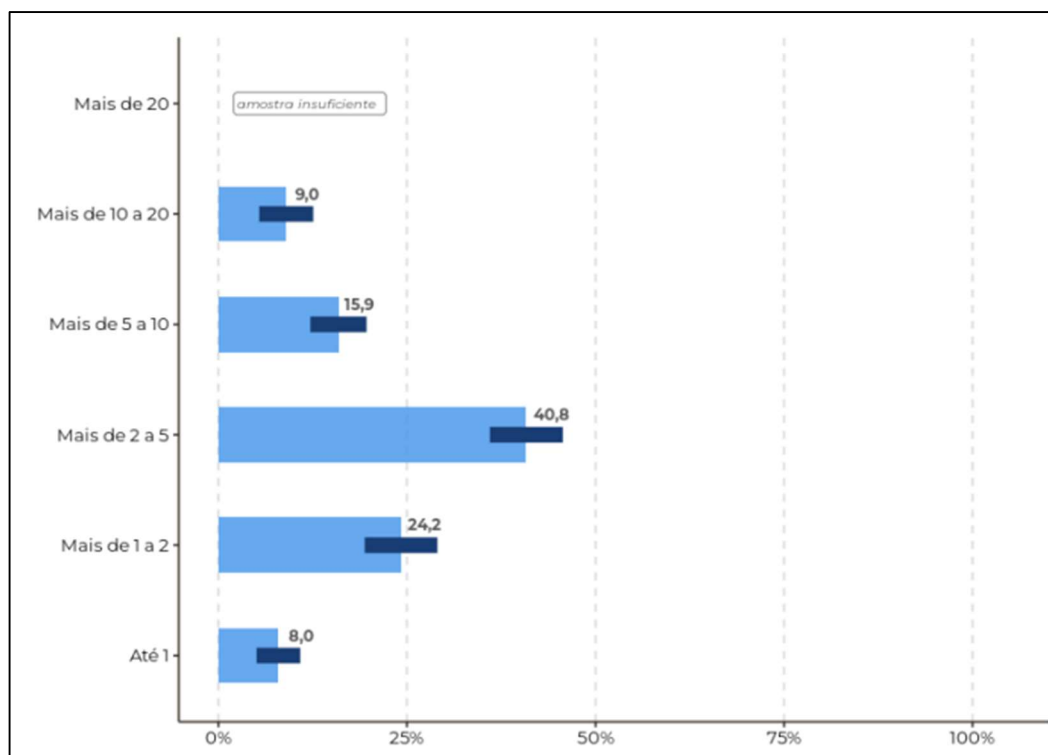
Gráfico 01: Escolaridade da população com 25 anos ou mais, Riacho Fundo I, 2021.



Fonte: PDAD, 2021.

Sobre a remuneração do trabalho principal, o valor médio apresentado pelo PDAD 2021 foi de R\$3.129,92. Já a renda familiar foi estimada em R\$ 5.101,60, dando uma média por pessoa de R\$ 2.060,20. A figura abaixo (**Gráfico 02**), apresenta a distribuição do rendimento domiciliar por faixa de salário-mínimo (considerando o valor de 2021, que era de R\$ 1.100,00), nela é possível perceber que mais de 40% dos domicílios possuem renda entre 2 e 5 salários-mínimos, mas 8% tinham renda de até 1 salário-mínimo.

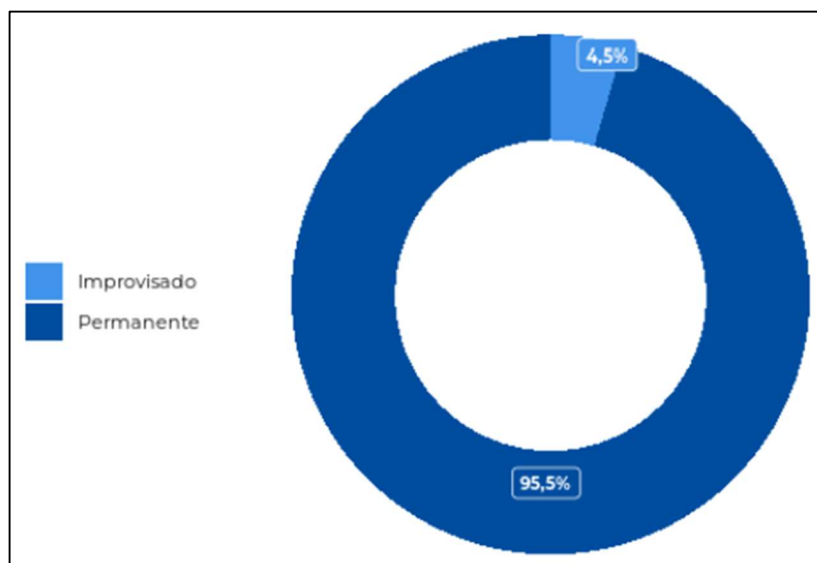
Gráfico 02: Rendimento domiciliar por faixas de salário-mínimo, Riacho Fundo I, Distrito Federal, 2021.



Fonte: PDAD, 2021.

Outro dado importante para ajudar a entendermos o espaço da pesquisa, diz respeito sobre a característica dos domicílios, onde foram levadas em consideração os domicílios particulares, com número estimado em 12.667 unidades ocupadas, e tendo uma média de 3,51 moradores em cada domicílio. Como podemos observar a abaixo (**Gráfico 03**), 95,5% dos domicílios são permanentes e 4,5% são improvisados.

Gráfico 03: Característica dos domicílios, Riacho Fundo I, Distrito Federal, 2021.



Fonte: PDAD, 2021.

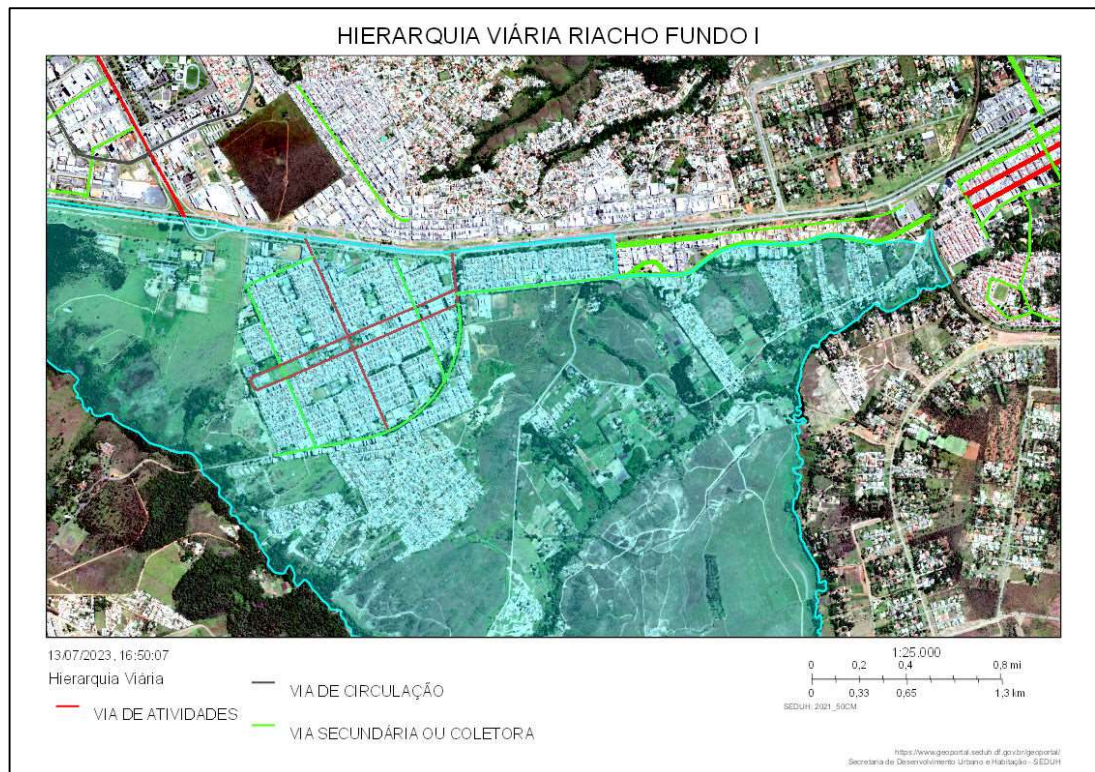
3.3 Os trabalhos de campo na RA Riacho Fundo I e na CAK

Durante a pesquisa, dois trabalhos de campo foram realizados, ambos com objetivos diferentes, o primeiro, com fins exploratórios, visou obter as primeiras percepções espaciais do território da RA e da CAK, no segundo, com fins mais concretos, foram aplicadas as entrevistas com os produtores para levantamento das informações necessárias para este trabalho.

3.3.1 Campo exploratório: as primeiras percepções sobre a RA Riacho Fundo I e a CAK

Dentro da pesquisa de campo exploratória na RA Riacho Fundo I, identificou-se a existência de três vias principais (**Mapa 02**), com grande circulação de carros e pessoas, duas delas possuem sentidos únicos e opostos, mas se localizam uma próxima da outra e com retornos nas quadras.

Mapa 02: Hierarquia urbana do Riacho Fundo I.



Fonte: Geoportal, 2023.

Nessas três avenidas, duas delas são paralelas uma à outra, sendo chamadas de CIn e Cls, respectivamente Comércio local norte e Comércio local sul, ambas localizadas de forma perpendicular à Qn 7 (Quadra Norte), que é a terceira rua de maior comércio no Riacho Fundo I (com acesso principal pela Estrada Parque Núcleo Bandeirante - EPNB). Nesse contexto, essas três avenidas, além de possuírem alta circulação de pessoas, carros e ônibus, também contam com a presença de vários estabelecimentos comerciais, como supermercados, academias, cursos de inglês, lanchonetes, perfumarias, loja de móveis, farmácias, padarias, lojas de roupas, postos de gasolina, um pequeno Shopping Center (Riacho Mall) além da Feira permanente do Riacho Fundo I, dentre outros seguimentos comerciais, que acabam atraindo ainda mais a circulação de pessoas pelo local.

Em continuidade, como possível ponto de escoamento para a produção da Colônia Agrícola Kanegae - CAK, apontamos os dois maiores supermercados da RA, Superbom e Supercei, ambos localizados na mesma via (CIn), com distância de 600 metros um do outro, além disso, em frente do Supercei, funciona a Feira Permanente

do Riacho Fundo I, ou seja, em apenas uma das vias, foi possível encontrar três possíveis pontos de venda para a produção da CAK.

Nessa perspectiva, a via Qn 7 (**Figura 01**) é apontada como a mais movimentada das três principais da RA, com grande fluxo de veículos e pessoas, em toda extensão da via existem diferentes segmentos comerciais, uns de grande porte e outros de menores, além disso, a via possui dois estacionamentos públicos e com espaço que poderia ser usado para colocação de alguma feira itinerante com produtos da CAK, pois durante a visita de reconhecimento, não identificamos nada nesse tipo de ação, além de ser possível identificar espaços vazios suficientes nesses estacionamentos para esse fim.

Figura 01: Via Qn7, foto panorâmica.



Fonte: campo exploratório, registro próprio, 2023.

Outro aspecto que chama bastante a atenção, trata-se da existência de vários condomínios (**Figura 02**), sobretudo na CIn e CIs, que são as duas vias principais com sentidos opostos da RA, no entanto, esses condomínios e prédios residenciais, também são encontrados em outras localidades da RA. Além disso, o Riacho Fundo margeia a BR-060 (importante via de ligação da capital Federal a Goiânia, dentro do DF é chamada de EPNB), possuindo trânsito intenso, sobretudo pela manhã e final da tarde, provocando engarrafamentos constantes, mas que poderão ser resolvidos com a construção em andamento de dois viadutos que servirão de retorno e de ligação para entrar com maior facilidade no Riacho Fundo I e conseqüentemente na CAK.

Figura 02: Via CIn, foto panorâmica.



Fonte: campo exploratório, registro próprio, 2023.

Além dos aspectos comerciais, a cidade possui boa infraestrutura, pois é possível encontrar: postos de saúde; parque ecológico; *skate park*, praças (**Figura 08**), quadras de esportes, Centro Olímpico, Terminal Rodoviário, Posto Policial, Corpo de Bombeiros, várias escolas públicas e particulares, além disso, foi possível perceber, que praticamente todas as vias são asfaltadas, sinalizadas e bem iluminadas.

Figura 03: Foto de praça arborizada e equipada com academia pública, Riacho Fundo I.



Fonte: campo exploratório, registro próprio, 2023.

Um outro ponto que chamou bastante a atenção, foi a existência da Associação Cultural Esportiva e Recreativa Nipo-Brasileira / *Nikkey-DF* (a expressão *Nikkey* significa descendentes nascidos fora do Japão), uma marca da presença japonesa na

região, pois descendentes ajudaram na ocupação e formação do Riacho Fundo I, sobretudo na colônia agrícola que foi formada antes mesmo da criação da RA. Além disso, está localizada na frente da Associação Nikkey, um grande memorial (**Figura 04**) em uma praça, que foi construído no estilo dos monumentos tradicionais japoneses, trata-se de um jardim japonês, batizado de Kasato Maru.

Figura 04: Foto panorâmica do Jardim japonês Kasato Maru, Riacho Fundo I.



Fonte: Campo exploratório, registro próprio, 2023.

Saindo um pouco da área urbana da RA, partimos em direção a região da Colônia Agrícola Kanegae - CAK, o próprio nome da colônia é uma homenagem a uma das primeiras famílias de agricultores, que lá se estabeleceram. Vale ressaltar, portanto, que a área de estudo, também pertence a RA, possuindo apenas três acessos, dois deles com asfalto em toda a extensão, um com acesso próximo ao IFB - Instituto Federal de Brasília (*Campus Riacho Fundo*) e o outro ao lado da UPA - Unidade de Pronto Atendimento (área da RA Núcleo Bandeirante), já a terceira via de acesso, é asfaltada e parte da RA Riacho Fundo II, passando por dentro de área de proteção, conforme apresentado no mapa abaixo (**Mapa 03**):

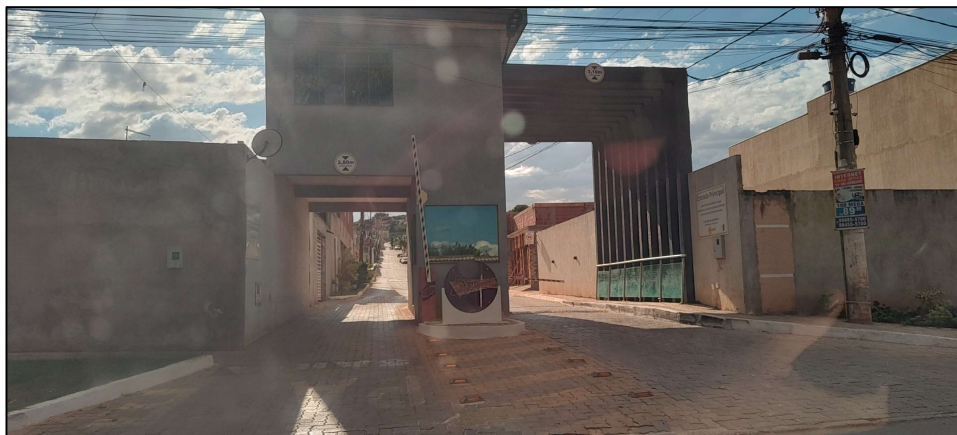
Mapa 03: Área de estudo e pontos de interesse.



Fonte: IBGE (elaborado pelo autor) 2023.

Na área apresentada no mapa acima, também é possível identificar a existência de oito condomínios, que surgiram no decorrer do tempo na área que antes era destinada à agricultura. O acesso a quase todos os condomínios é restrito a apenas os moradores e visitantes autorizados, contando com portaria de identificação (**Figura 05**).

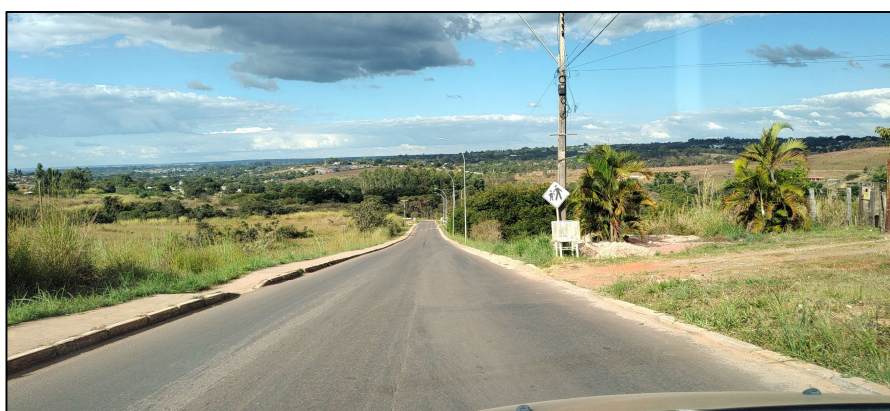
Figura 05: Foto da portaria do Condomínio Califórnia, dentro da área da CAK.



Fonte: Campo exploratório, registro próprio, 2023.

Além disso, na área, é possível identificar uma paisagem bem diferente da encontrada na área urbana do Riacho Fundo I, com terreno íngreme, alguns resquícios de vegetação do cerrado e um ambiente com aspecto bastante agrícola (**Figura 06**), com as chácaras e seus cultivos de hortaliças espalhada por toda a região, algumas inclusive nem contam com cercas de proteção, ou seja, um ambiente com paisagens do campo e localizado ao lado da grande área urbana da RA Riacho Fundo I

Figura 06: Foto panorâmica da paisagem de um dos acessos da CAK.



Fonte: Campo exploratório, registro próprio, 2023.

Além de condomínios fechados, foi possível identificar ocupações irregulares espontâneas, alguns problemas com descarte incorreto de lixo, e alguns serviços de melhorias sendo realizados, como melhoria do asfalto, construção de paradas de ônibus e lixeiras subterrâneas (**Figura 07**).

Figura 07: Foto de lixeira “papa lixo”, instalada na CAK.



Fonte: Campo exploratório, registro próprio, 2023.

Por fim, na visita de campo exploratória, alguns contatos foram feitos com lideranças locais e com produtores da CAK, sendo agendadas entrevistas com quatro pessoas da comunidade em horários diferentes e em locais diferentes, um inclusive, agendado para acontecer dentro da Administração Regional do Riacho Fundo I.

3.3.2 Campo com entrevistas: levantamento histórico de criação da CAK, atual inserção econômica produtiva da comunidade e os problemas levantados no contexto da expansão urbana

Esta etapa da pesquisa de campo, envolveu a participação de quatro produtores, sendo três das entrevistas realizadas no mesmo dia, mas em locais diferentes. A quarta entrevista, feita em dia diferente, contou com perguntas mais abertas, pois exigia certa rapidez, pois o entrevistado estava prestes a viajar, mas apesar disso, o momento acabou colaborando com o objetivo final da pesquisa, pois teve um direcionamento guiado. Outro ponto importante, relacionado aos dados apresentados neste trabalho, diz respeito à preservação da identidade dos entrevistados, pois alguns pontos levantados nos problemas percebidos pelo processo de expansão urbana (último tópico da entrevista), são, portanto, sensíveis, por isso, chamaremos os entrevistados (produtores) pelas letras A, B, C e D. Além disso, algumas lacunas sobre datas no histórico de criação da CAK foram preenchidas com informações levantadas por Silva (2019) em trabalho de pesquisa acadêmica feita anterior a este trabalho.

3.3.2.1 Histórico de criação da CAK e sua espacialidade

Conforme Ferreira (2016 *apud* Silva, 2019) as Colônias Agrícolas no Brasil foram criadas no início da década de 1940, através do Decreto-Lei nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, do Governo Federal. O objetivo dessas colônias era impulsionar a ocupação do interior do Brasil, mais especialmente do centro goiano, fortalecendo a integração do território nacional. Além disso, as Colônias Agrícolas proporcionavam abastecimento da população, que estava em crescimento na região, através da

produção de gêneros alimentícios. Com apoio governamental, esse modelo também foi muito utilizado no Distrito Federal, a exemplo da CAK, onde através de pesquisa realizada em dezembro de 2022, com o **Produtor D**, pertencente a uma das famílias de descendentes de japoneses que ajudaram a fundar a comunidade agrícola, informa que a colônia teve autorização de funcionar desde o ano de 1956, pelo presidente da República da época, Juscelino Kubitscheck. No ano seguinte, 1957, o governo convida algumas famílias descendentes de japoneses, que antes moravam em Goiânia. O objetivo da instalação era produzir no local hortifrutigranjeiro voltado ao abastecimento da população da nova capital do país, além de conter o avanço urbano desenfreado, formando cinturões verdes. Segundo o **Produtor D**, existe até um documento da época que foi assinado por Israel Pinheiro, então primeiro prefeito do Distrito Federal, que garantiria a permanência através do termo de concessão para os agricultores.

Ainda segundo Silva (2019), no total, foram implantadas 18 chácaras onde trabalhavam nisseis e sanseis, que ganharam o direito ao uso produtivo das terras. Sendo que as famílias iniciais se chamavam: Kanegae, Hayakawa, Ogawa, Ikeda e Okudi. Mas, com o passar dos anos, alguns chefes de família exerciam maior liderança política e, por isso, a região era mais conhecida pelo nome de Colônia Agrícola Kenegae (CAK), em homenagem a uma das primeiras famílias e por terem maior influência política na época. Essa liderança ocorre até os dias atuais, pois o antigo Administrador da RA Riacho Fundo I foi exatamente o Sr. Heltor Kanegae, onde atualmente, continua envolvido com trabalhos na Administração da RA.

Ainda, baseado em dados colhidos na entrevista com o **Produtor D**, sobre a existência de associação dos moradores, foi informado que existe um galpão na área da Escola Classe Kanegae - ECK, que se localiza na parte central da CAK, onde os moradores se reúnem eventualmente para resolverem alguma questão muito importante, mas que na atualidade as reuniões diminuiriam bastante. Essa associação foi criada em 1988, ficou um tempo desativada desde 2018 e atualmente o espaço é utilizado como área útil pela escola, mas quando necessário, é utilizada como local de encontro para debate com os produtores, a fim de resolverem certos embates importantes na comunidade. Nesse caso, é importante salientar, que a existência de uma associação de produtores da CAK, que funcione de forma coesa e efetiva, é de fundamental importância para o fortalecimento da comunidade, dando além de legitimidade, voz e oportunidade de defesa dos interesses locais.

Nesse contexto, a ECK está situada na Colônia Agrícola Fazenda Sucupira, na RA do Riacho Fundo I, da qual a CAK também faz parte, por essa razão, é classificada como uma escola agrícola, sendo mantida com recursos públicos. Mas, segundo o **Produtor D**, na verdade o nome oficial da comunidade é Colônia Agrícola Riacho Fundo, e que o nome Kanegae ficou mais forte por causa da escola, que também é uma homenagem a uma das primeiras famílias de produtores que ajudaram a fundar a colônia, soma-se a essa questão, o fato já mencionado, do nome Kanegae, estar vinculado a influência da família.

Além disso, a ECK (**Figura 08**) foi fundada 1969, tendo como objetivo atender aos filhos dos produtores de hortifrutigranjeiro. No entanto, com o passar do tempo e com o aumento da população do Riacho Fundo I, a escola deixou de atender apenas a comunidade rural, e hoje recebe os estudantes da zona urbana, que chegam até a escola através de transporte escolar cedido pelo governo do Distrito Federal, além de atenderem aos moradores dos condomínios que se instalaram na CAK.

Figura 08: Foto da área externa da Escola Classe Kanegae na CAK.

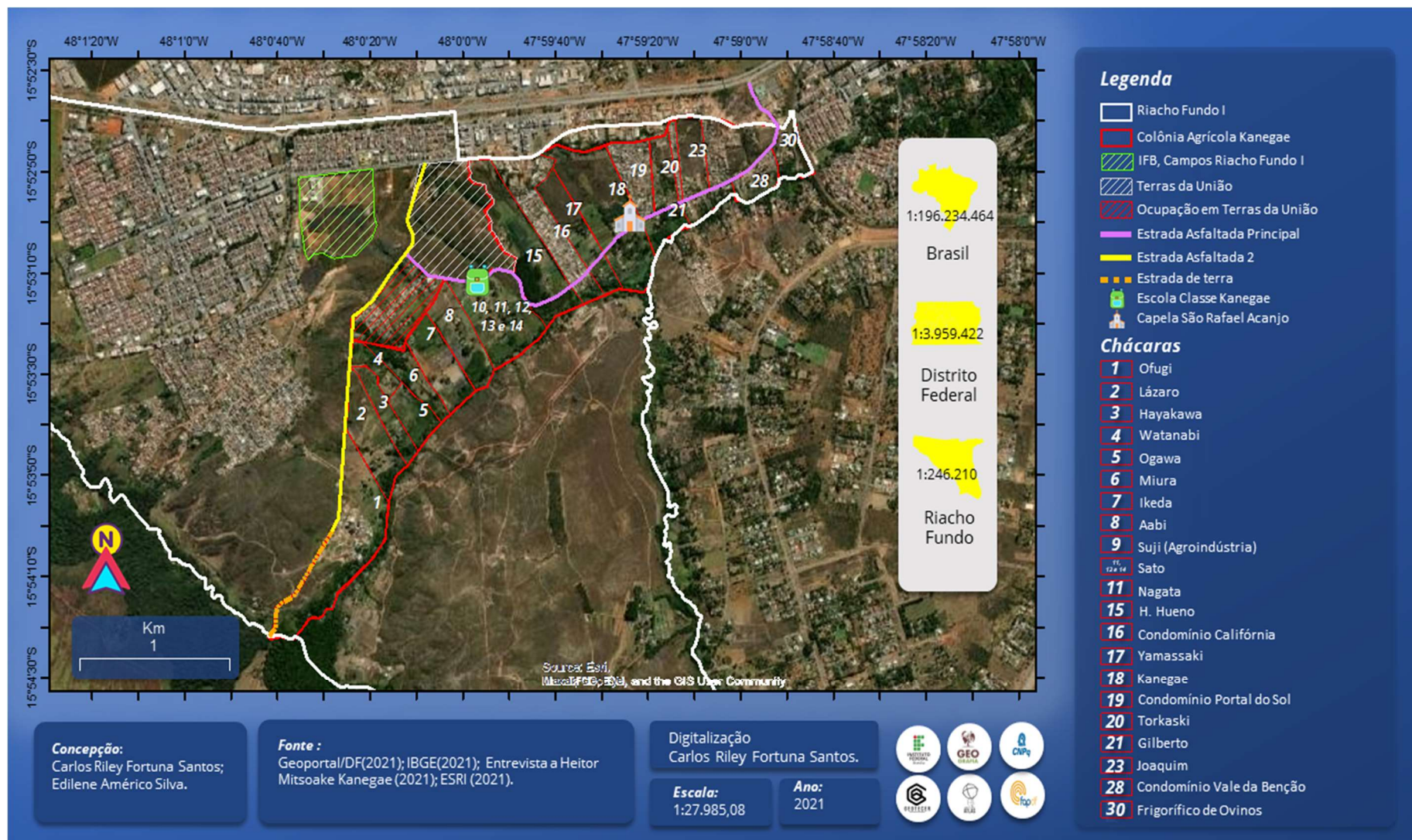


Fonte: registro próprio, 2022.

Outra questão relevante, se refere à quantidade de chácaras produtivas, que no início representavam 18 unidades, e com o passar do tempo alguns proprietários venderam para terceiros e posteriormente foram substituídos por condomínios, além

disso, muitos produtores deixaram de cultivar na terra, pois foram envelhecendo e os filhos foram morar e trabalhar em áreas mais centrais. Nesse contexto, atualmente temos a seguinte delimitação e divisão (**Mapa 04**) no espaço de localização da CAK:

Mapa 04: Delimitação da CAK e identificação das chácaras e condomínios.



Fonte: SILVA, E. A. e SANTOS, C.R.F., 2021. Com digitalização de SANTOS, C.R.F.

3.3.2.2 *Perfil dos produtores e características gerais da área produtiva*

Todos os produtores entrevistados trabalham em família, com apoio dos cônjuges, filhos ou netos, mas o grau de participação de cada membro familiar varia bastante, apesar disso, algumas chácaras contam com a participação de outros trabalhadores e outras famílias que trabalham em parceria em algumas chácaras com maior extensão de terra para cultivar, é o caso do **Produtor C**, onde a área produzida, segundo o entrevistado, equivale a 27 hectares, pelo tamanho do local, o entrevistado diz que outras famílias e empregados trabalham juntos (na chácara moram 35 pessoas e contam com trabalhadores que não moram lá). De forma diferente, os **Produtores A e B**, possuem área equivalente a 2 e 3 hectares, respectivamente, com trabalho exclusivamente familiar (totalizando 7 pessoas nas duas chácaras, que são próximas e existe parceria, pois são familiares). Já o **Produtor D**, também possui uma área grande de produção, pois a família trabalha em sistema de colaboração em três chácaras integradas (não soube informar o total da área).

Dito isto, dentre os quatro entrevistados, dois estão na atividade desde o início, o terceiro cerca de 24 anos e o quarto exatos 5 anos de atividade agrícola na CAK. Esta diferença ocorre, devido ao fato de muitos produtores iniciais já não produzirem mais na colônia, muitos deixaram seus filhos cuidando, ou mesmo irmãos, ou ainda chegaram a repassar/vendiam as terras para outros produtores. Nessa perspectiva, cabe salientar, conforme informado pelo **Produtor C**, que o acesso à terra foi feito através de arrendamento pela Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília), este, se tratando apenas de um título de posse, que dá direito ao uso da terra para a agricultura. Um ponto importante levantado pelo **Produtor D**, é o fato que no decorrer do tempo, outras famílias e produtores foram chegando e se instalando na redondeza, passando a produzir as mesmas coisas dos primeiros descendentes de japoneses, além de irem incluindo outras produções e criações, alguns até venderam de forma irregular as áreas para outros produtores ou mesmo para empresários do setor imobiliário, que posteriormente parcelaram a terra ou venderam para construtoras. Nesta questão, o **Produtor D e C**, possuem o título de posse de arrendamento e os **Produtores A e B**, compraram de terceiros a área onde produzem.

Quanto ao nível de escolaridade, a metade dos entrevistados possuem nível superior, a outra metade, apenas fundamental. Já sobre a renda informada entre os

entrevistados, gira em torno de até 3 para A e B, e mais de 5 salários-mínimos para C, D não respondeu.

Por fim, para melhor visualização dos dados aqui apresentados, trazemos abaixo um quadro comparativo (**Quadro 01**) de acordo com o produtor:

Quadro 01: Dados básicos dos produtores e da área produzida

Produtores	Acesso à terra	Área da propriedade	Nº pessoas na produção	Escolaridade proprietário	Renda da propriedade
A	Compra	2 hectares	4	Fundamental	Entre 3 e 4 salários-mínimos
B	Compra	3 hectares	3	Fundamental	Até 3 salários-mínimos
C	Arrendamento	27 hectares	35	Superior	Maior que 5 salários-mínimos
D	Arrendamento	Não soube	Não informado	Superior	Não informado

Fonte: pesquisa de campo, 2023.

3.3.2.3 Acesso a serviços públicos, apoio técnico e insumos

Quanto aos serviços públicos, em toda a área da colônia existe rede elétrica, com iluminação pública em quase todas as vias, além disso, as duas vias principais de acesso são asfaltadas. Nessas mesmas vias, existem paradas de ônibus com abrigo, pois contam com linha de ônibus urbano nº 172.7 com o seguinte trajeto: Riacho Fundo / Kanegae / W3 Sul / Rodoviária do Plano Piloto.

Quanto a coleta de lixo, existem caçambas onde os moradores deixam os rejeitos e o governo oferece o serviço de retirada, além disso, foi identificado duas lixeiras subterrâneas próximas a duas paradas de ônibus. Entre os produtores, a

maioria faz a separação do lixo seco e do orgânico (este aproveitado como alimento de animais ou adubo na produção). Já as embalagens de defensivos agrícolas, são coletadas pela EMATER-DF (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal).

Quanto a água para uso na produção, os **Produtores A e B**, captam de mina/nascente (fonte localizada a 2 km), e informam que não utilizam mais a água do córrego pois está poluída, já os **Produtores C e D**, utilizam água além de nascentes, também de poço artesiano e do Córrego Ipê (próximo da CAK). Mas, em relação a esgotamento sanitário, todas as chácaras utilizam fossa séptica, pois a comunidade ainda não conta com sistema de esgoto apropriado, inclusive os condomínios. Já sobre a água para consumo, chegam através da encanação instalada pelo GDF.

Perguntados quanto a oferta de auxílio técnico, apoio na compra de insumos e crédito rural, os produtores entrevistados informaram que é ofertado, alguns não necessitam e por isso recusam, outros até precisam, mas acham o processo de concessão bastante burocrático e acabam desistindo. Outros serviços, como cursos e palestras, sempre são bem-vindos e os produtores participam, mas foi informado que os cursos estão relacionados não apenas para a produção da agricultura, existem também cursos de pintura, produção de doses etc., com o objetivo de aumentar a renda das famílias. A exemplo da aplicação de conhecimento adquirido nos cursos, foi apontado a utilização de cercas vivas, uma espécie de cana que é plantada e cresce ao redor das plantações para evitar insetos e pragas.

Por fim, a aquisição de insumos como sementes, mudas, fertilizantes, são realizadas pelos produtores em locais especializados e viveiros em Brasília, já os defensivos são comprados com fornecedores localizados no estado de São Paulo (depende da marca e do preço) ou também em Brasília em casas agropecuárias.

3.3.2.4 Destino da produção

Segundo informado pelo **Produtor D**, nem todas as chácaras estão efetivamente produzindo com destino a comercialização, mas cerca de 15 chácaras produzem na colônia e contam com diversidade produtiva, pois existem locais com criação de cabras, vacas leiteiras, galinha e porco, mas a maioria está envolvida com

hortaliças (alface, couve, coentro, feiro-verde, espinafre, cebolinha e cenoura, dentre outras).

Já os **Produtores A e B**, além dos mencionados pelo **Produtor D**, também produzem brócolis, almeirão (uma variedade de chicória), mostarda, mandioca e outras frutas como banana, limão e mamão, que são para consumo próprio, pois a terra não é muito propícia para o cultivo de frutas para venda, pois devido a algumas deficiências do solo, ficam com aspecto visual ruim. Além do cultivo, eles criam galinhas e possuem uma pequena criação de mel, também para consumo próprio. Um fato curioso, é que ambos os produtores (**A e B**), cultivam em parceria, uma planta de onde extraem uma espécie de cipó que usam como barbante orgânico para a amarração dos maços de cheiros-verdes e de couves.

Sobre o cultivo do **Produtor C**, além do já mencionado pelo **Produtor D**, também produz frutas para consumo próprio, como manga, abacate e limão, bem como animais, como galinha, pato e porco.

Agora que já foi enumerado os principais itens produzidos (**Figura 09**), é importante mencionar, que os produtores só podem comercializar os itens que constam na classificação dada para a propriedade, pois cada produtor recebe uma carteirinha onde informa o tipo de produção da chácara, como folhagens e tubérculos, mas quase todos optam por folhagens, pois a demanda é maior e já tem destino e compra garantida.

Figura 09: Composição de fotos com alguns produtos cultivados e meio de transporte da produção utilizado em algumas chácaras.



Fonte: elaborado pelo pesquisador, 2023.

Segundo o **Produtor D**, quase toda a produção vai diretamente para a CEASA-DF (Centrais de abastecimento do Distrito Federal), mas um montante é vendido na própria comunidade da CAK, pois muitos moradores da área já conhecem a rotina de colheita dos produtores e já pedem pra deixar uma parte separada. Além disso, existe uma pequena parte que é vendida em supermercados espalhados pelo Riacho Fundo I e nas regiões vizinhas mais próximas como Núcleo Bandeirante, Candangolândia e Riacho Fundo II, e outra que é entregue aos trabalhadores das chácaras, eles utilizam as terras para produzir e ficam com uma parte da produção, esses trabalhadores acabam vendendo uma parte do que conseguiram em feiras e em supermercados próximos. O que chega no CEASA-DF, já existe comprador garantido, onde o produtor se sente seguro, produzindo dentro da capacidade de demanda, evitando assim, prejuízo. Esse processo já é feito há muito tempo, sendo algo tradicional na comunidade, tanto que até o trabalho de colheita na colônia, é feita nas datas em que os vendedores da CEASA-DF preferem receber novos produtos, que é na quinta e no sábado, pois o movimento é maior.

Já o **Produtor C**, vende para restaurantes e varejões, onde a venda também é facilitada, pois já existem compradores certos, com trabalho de parceria. Mas, como tem muitos concorrentes nesse setor, muitas vezes os compradores ficam barganhando os preços, querendo melhores condições. Já para supermercados, não considera muito bom trabalhar com eles, pois exigem troca do produto em caso de não vender ou estragar, gerando prejuízo.

No caso dos **Produtores A e B**, ocorre algo diferente, pois a logística de escoamento da produção é toda direcionada para o consumidor final, que ocorre através da montagem de barraca em local público no centro do Riacho Fundo I, preferindo vender para o público direto, pois já conquistaram uma clientela boa, e acreditam que a via seja bastante movimentada e propícia para venda. Eles alegam ainda, que os clientes gostam porque é tudo de qualidade e bem fresco, tudo colhido no mesmo dia. Informam ainda, que possuem autorização da Administração Regional de trabalharem nesse local aberto, e só não trabalham na feira da RA Riacho Fundo I, pois acham que lá não tem muito movimento. Sobre o funcionamento da barraca, eles informam que expõem os produtos em dois dias na semana (terça-feira e sábado) das 8 às 13 horas. Por essa razão, alguns supermercados próximos tentaram barrar a venda no local, pois os veem como concorrentes diretos. No local, trabalham outros produtores, pois viram que o ponto é bom de venda, e quando não é possível produzir

tudo o que o cliente procura, alguns itens são comprados no CEASA-DF para serem revendidos nas bancas, como tomate, cebola, cenoura, batata, dentre outros. Além disso, quando a produção de folhagens passa por alguma perda, seja por pragas ou excesso de chuvas, busca-se repor com produção de outros produtores da CAK.

3.3.2.5 Dificuldades enfrentadas pelos produtores devido ao processo da expansão urbana

Segundo o **Produtor A e B**, existem vários problemas decorrentes do avanço da parte urbana (condomínios, casas e invasões), um deles é a preocupação com a poluição do córrego principal do Riacho Fundo, pois mesmo que na atualidade o esgoto dos condomínios não seja jogado no córrego, a água dos bueiros com lixo, vão direto para o leito fluvial, pois escorre varrendo toda a sujeira das ruas com o lixo que é descartado de forma irregular pelos moradores das invasões. Além disso, segundo o entrevistado, teve um episódio em que o córrego amanheceu com uma espuma branca de poluição, acreditando que tenha origem em uma fábrica de refrigerante que fica mais acima na Estrada Parque Núcleo Bandeirantes - EPNB (sentido Samambaia), o produtor acredita que eles aproveitam e despejam os rejeitos químicos de madrugada, quando não tem ninguém fiscalizando, isso é um crime ambiental e precisa ter fiscalização constante para evitar tal prática. Além disso, em época de chuva, os entrevistados informam que já viram descer sofá, e outros rejeitos domésticos.

Ainda, **segundo o Produtor A**, sobre a questão da segurança no local, isso se trata de uma questão bastante complicada, pois acabaram perdendo a privacidade na própria propriedade, uma vez que, com o crescimento de condomínios e invasões, aumentou a circulação de pessoas, juntando a isso, o fato que em algumas chácaras não possuem cercas, tem pessoas que entram sem permissão e já ocorreu casos de furto. Dessa forma, o produtor e sua família se sentem inseguros.

Em continuidade, o **Produtor A**, aproveita para fazer uma denúncia, devido à falta de fiscalização do governo, alega que tanto os condomínios como as invasões contam com a participação de pessoas com o objetivo de aumentar patrimônio, de pessoas que chegam e invadem terras próximas da colônia e que pertencem a União, são pessoas que sabem o que estão fazendo, algumas, conforme o entrevistado, são funcionários públicos, e usam pessoas carentes como pretexto para conseguirem que

as invasões permaneçam no local. Alega ainda, que estão fazendo comercialização de lotes para pessoas carentes de forma parcelada, abaixo do valor de mercado e de forma irregular. Esse tipo de coisa, acabou ganhando força com a abertura de uma nova estrada (ainda não asfaltada), mas esta, foi uma demanda dos produtores para melhorar o escoamento da produção, apesar disso, a estrada acabou facilitando a entrada de invasores, pois melhorou o acesso e por isso começaram a invadir. Ainda, conforme o entrevistado **Produtor A**, alguns responsáveis, líderes dessas ações, são policiais. No momento, os produtores não sabem o que fazer, pois já denunciaram várias vezes, mas passaram a ter medo de sofrerem represália.

Todo esse esquema, segundo o entrevistado, funciona da seguinte forma: os líderes trazem pessoas carentes, de preferência famílias com filhos, e depois que o pessoal está instalado, a fiscalização vem e são proibidos de retirarem a população, alegando que existem crianças, idosos, deficientes, mulheres grávidas e pessoas com deficiência. Dessa forma, conseguem impedir a desocupação imediata, pois entendem de leis que podem barrar tudo isso, ou ainda possuem conhecidos poderosos, que ajudam a deixar o processo lento. Junto com o pessoal carente, os líderes acabam reservando lotes maiores e vendendo parcelado para outras pessoas, e com isso conseguem permanecer no local e aumentar seus patrimônios, pois estão camuflados no meio de quem necessita mais. Ainda, devido à falta de fiscalização, ocorreu algo parecido com os condomínios que se instalaram na comunidade, muitas chácaras foram vendidas de forma irregular e foram loteadas, depois que já está tudo construída fica mais difícil de retirarem os moradores, então o governo vem instalar melhorias (água, energia, esgoto, asfalto etc.) para depois legalizar.

Além disso, segundo o **Produtor C**, conforme aumentaram os condomínios e as invasões, diminuíram as nascentes, por causa do desmatamento e poluição do solo, pois todos eles fazem fossas sépticas, uma vez que, ainda não existe um sistema de esgotamento sanitário adequado na CAK, poluindo os lençóis freáticos que alimentam as nascentes e conseqüentemente abastecem o córrego. Além, é claro, a questão da segurança e violência que aumentaram muito com o aumento de novos moradores.

Outra preocupação relevante e informado pelo **Produtor D**, é o fato de cada vez mais pessoas estarem interessadas em morar na comunidade, pois o governo tem feito melhorias significativas na região, melhorando a infraestrutura, mesmo beneficiando a todos, acaba atraindo mais moradores, aumentando a urbanização,

resultando em mais problemas enfrentados pela comunidade. Ainda, segundo o entrevistado, esse processo tende a aumentar, pois existem notícias que outras chácaras foram vendidas de forma irregular, provavelmente com o objetivo de serem parceladas, pois a produção agrícola nelas já estavam paradas.

3.4 Planejamento territorial no Distrito Federal e sua influência no espaço da CAK

Brasília apresenta desde a sua fundação, muitos instrumentos legais em torno do planejamento territorial, que no decorrer do tempo se alteraram e funcionam de forma conjunta, como é o caso do Plano Piloto de Brasília, de Lúcio Costa; o Plano Estruturador de Organização Territorial (PEOT), de 1977; o POT (Plano de Ordenamento Territorial), de 1985; o POUSO (Plano de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal), de 1986; os Planos Diretores de Ordenamento Territorial (PDOT) dos anos 1992, 1997 e 2009, além das alterações feitas em 2012, 2019 e mais recentemente em 2021. Além desses, temos também o Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal - PAD/DF; a Lei de Uso e Ocupação dos Solos (LUOS) e o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Diante dos planejamentos mencionados, optamos por abordar com profundidade o uso do PDOT, pois este é o principal instrumento que norteia o planejamento territorial do DF e oferece um material técnico bastante completo. Além disso, a data de lançamento do primeiro PDOT foi um ano antes da criação da RA Riacho Fundo I, trazendo um paralelo mais próximo e possível de realizar comparativos no decorrer do tempo, uma vez que o PDOT vai se atualizando conforme a dinâmica territorial vai exigindo novas alterações no planejamento do espaço. Portanto, traremos abaixo uma análise histórica e atual da correlação do PDOT com a expansão urbana na área da CAK, localizada no Riacho Fundo I.

3.4.1 A relação dos PDOTs e a expansão urbana no Riacho Fundo I e na CAK

Segundo a SEDUH – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), é o instrumento básico da política territorial, pois orienta os agentes públicos e privados que trabalham na produção e gestão das localidades urbanas, de expansão urbana e rural do território do Distrito Federal, sendo portanto, um mecanismo legal que determina a localização dos assentamentos humanos e das atividades econômicas e sociais da população que nela habita, conforme estabelecido pela Lei Orgânica do DF (LODF).

Nesse sentido, os Planos Diretores são regidos por lei e são assegurados pela Constituição Federal de 1988, no art. 182 e §1º, para municípios com mais de 20 mil habitantes. O Distrito Federal também é obrigado a ter seu Plano Diretor, pois se equipara a município. Atualmente o PDOT em vigor é o de 2009, que posteriormente foi alterado pela Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012 e mais recentemente tiveram mais duas alterações, uma pela Lei Complementar nº 951 de 25 de março de 2019, e por último pela Lei Complementar nº 986 de 30 de junho de 2021. Todas essas alterações, ocorreram por motivos variados, seja um ponto declarado inconstitucional, ou alterações de anexos e mapas, ou ainda processos de regularização fundiária. Cabe ressaltar que o PDOT é o principal meio de controle da expansão urbana.

Nesse contexto, o primeiro Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) do DF foi aprovado no ano de 1992, unificando diretrizes estabelecidas pelo Plano de Ocupação e Uso do Solo (POUSO) de 1986; do Sistema Normativo de Uso e Ocupação do Solo do DF de 1985; e do Plano Estruturador de Organização Territorial (PEOT) de 1977.

No capítulo I, que trata dos Objetivos e Conteúdo do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT/92, o que nos chama a atenção é o quinto objetivo que fala pela primeira vez sobre os Planos Diretores Locais (PDL), estes deveriam ser criados em cada Região Administrativa do DF, como forma de descentralizar o planejamento urbano nas RAs, mas, segundo dados atuais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, não existe

nenhum Plano Diretor Local para o Riacho Fundo I, cabe lembrar que a RA foi estabelecida em 1993, apenas um ano depois da instauração do PDOT/92.

Ainda sobre o PDL, estes foram por muito tempo deixados de lado, pois na atualidade, apenas 8 (oito) Regiões Administrativas do DF contam com os seus, conforme lista abaixo informada no endereço eletrônico da SEDUH em 2022:

- 1 Águas Claras;
- 2 Candangolândia;
- 3 Ceilândia;
- 4 Gama;
- 5 Guará;
- 6 Samambaia;
- 7 Sobradinho;
- 8 Taguatinga.

As outras Regiões Administrativas, incluindo Riacho Fundo I, que não tiveram seus Planos Diretores Locais aprovados no PDOT/92 e nem tão pouco nos planos seguintes, continuam obedecendo as Normas de Edificação, Uso e Gabarito, Projetos de Urbanismo, além do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), no caso da área tombada, e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), para as demais Regiões Administrativas que não possuem um PDL em vigor. Além disso, segundo a SEDUH, o Plano Diretor Local (PDL) é um instrumento complementar ao Plano de Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), estes estão atrelados as Regiões Administrativas (RAs) previsto pela Lei Orgânica do DF.

Nesse sentido, segundo dados levantados pela ZEE/DF de 2017, os problemas que tornam o PDL inviável passam por diversas causas, dentre as principais é possível citar:

- 1 Ter que demandar a participação da sociedade, de técnicos de outros órgãos e das Administrações Regionais, tornando o processo bastante burocrático;
- 2 Longo tempo de elaboração;
- 3 Trata-se de Regiões Administrativas e não de municípios, onde algumas apresentam características de bairros;

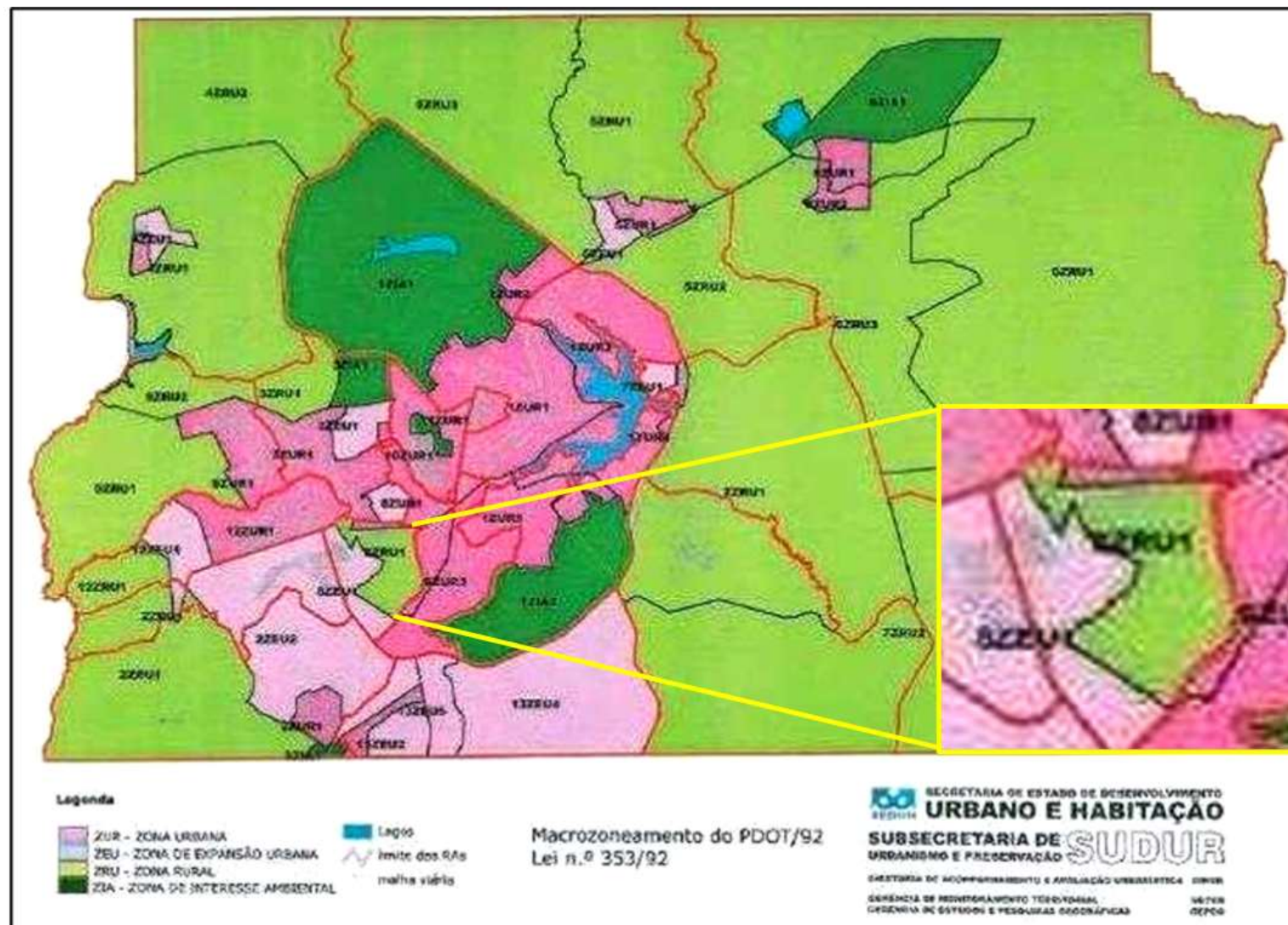
4 Subdivisão constante do território em novas Regiões Administrativas.

Outro ponto interessante encontrado nesta lei, em seu artigo 4º da Seção II do Capítulo II do PDOT/92, foram os avanços que atualizaram a delimitação e classificação do macrozoneamento do Distrito Federal, cujo território passou a se dividir nas seguintes zonas:

- a) Zonas Urbanas – ZUR
- b) Zonas de Expansão Urbana – ZEU
- c) Zonas Rurais – ZRU
- d) Zonas de Interesse Ambiental – ZIA

Na imagem do macrozoneamento (**Figura 10**) do PDOT/92, podemos identificar que o Riacho Fundo I possui grande extensão classificada como sendo rural e cercada de zonas urbanas, parecendo uma verdadeira “ilha rural”, isolada e encravada dentro das zonas urbanas do DF, tornando o território muito visado aos interesses do setor imobiliário e conseqüentemente, suscetível a pressões do avanço urbano. Em outras palavras, desde o primeiro PDOT, já podemos identificar que a área rural do Riacho Fundo I, apresenta uma configuração territorial bem peculiar e única, isso quando levamos em consideração as outras zonas rurais do Distrito Federal, uma vez que as demais se localizam nas bordas das zonas urbanas e não no meio dela.

Figura 10: Macrozoneamento do PDOT/92.



Fonte: PDOT/1992.

Já o segundo PDOT do Distrito Federal foi aprovado pela Lei Complementar nº 17, de 28 de janeiro de 1997 (PDOT/1997), sendo elaborado de acordo com as diretrizes da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), que dizia que o Plano Diretor teria dois níveis:

- 1- O PDOT deve abranger todo o território do DF;
- 2- Os Planos Diretores Locais - PDL devem abranger as áreas urbanas e de expansão urbana.

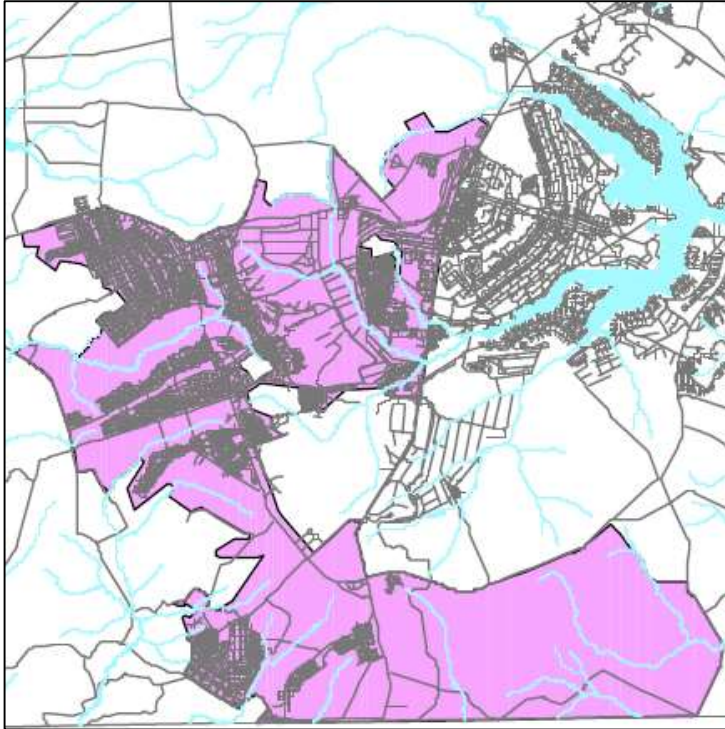
Sobre o zoneamento, o Riacho Fundo I passa a ter em seu território duas zonas (**Figura 11** e **Figura 12**). A primeira chamada de Zona Urbana de Dinamização e a segunda de Zona Rural de Uso Controlado. Essas mudanças nas nomenclaturas refletem estudos mais detalhados e preocupações com o avanço desordenado da malha urbana.

Com isso, segundo relatório avaliativo do PDOT, promovido pela SEDUH, a Zona Urbana de Dinamização, compreende a área já urbanizada e aquela que será urbanizada e destinada para a expansão urbana, portanto, deveria ser promovido na área as seguintes ações:

1. O desenvolvimento de programas habitacionais;
2. Priorizar a realização de investimentos públicos em infraestrutura, equipamentos, serviços urbanos e comunitários;
3. Promover o adensamento do uso e da ocupação do solo ao longo da linha do metrô e nas proximidades;
4. A diversificação e flexibilização de usos e induzir a ocupação de áreas urbanizadas ociosas.

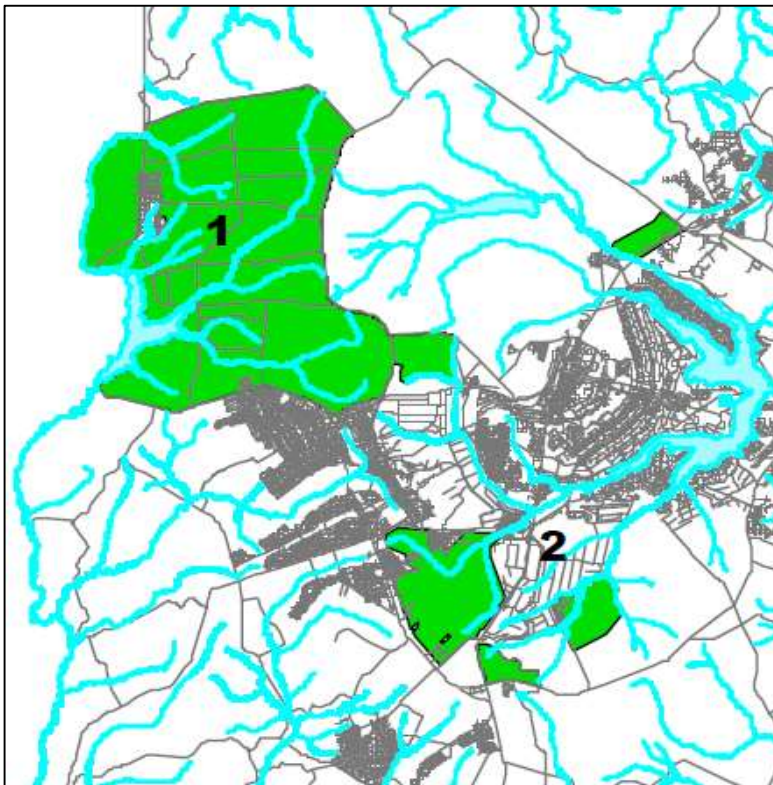
De outro modo, a Zona Rural de Uso Controlado presente no Riacho Fundo I, foi definido que esta seria caracterizada pela importância da preservação e gestão dos principais recursos hídricos do Distrito Federal: representado na **Figura 12** como o Lago do Descoberto (1) e o Lago Paranoá (2). A prática da agricultura deve obedecer a critérios capazes de garantir a preservação de cursos d'água e das margens de córregos lá existentes, no caso do Riacho Fundo, existem áreas de captação de água que alimentam o lago Paranoá. Portanto, é importante perceber nessas duas zonas presentes no Riacho Fundo, duas necessidades essenciais, de um lado a preservação do meio ambiente e de outro o atendimento da demanda por novas habitações.

Figura 11 – Zona Urbana de Dinamização.



Fonte: PDOT 1997.

Figura 12 – Zonas Rurais de Uso Controlado.



Fonte: PDOT 1997.

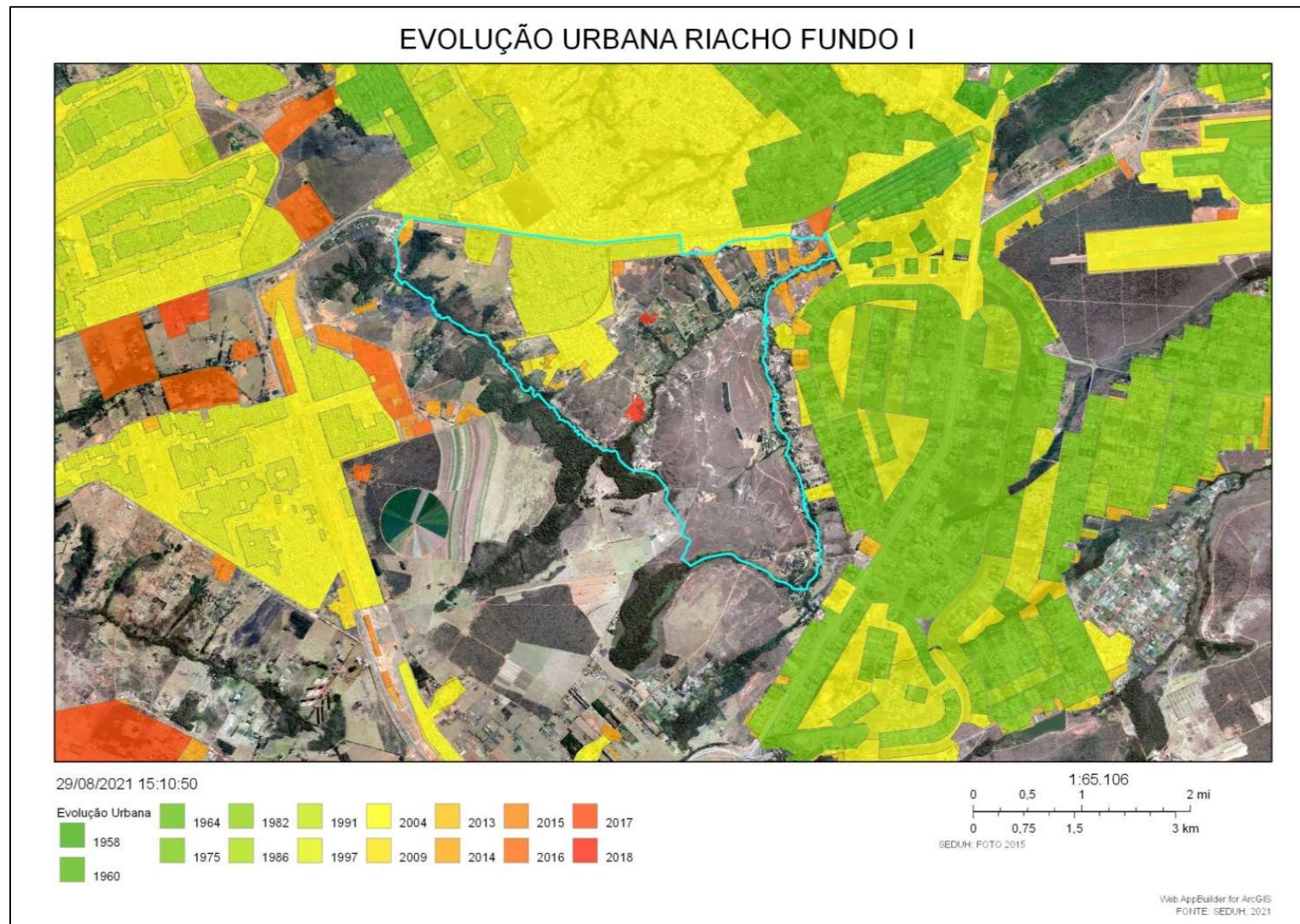
No meio deste processo, tivemos a incorporação de prazos para a vigência de um PDOT, pois através da Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal – ELO nº 49/2007, determinou-se o prazo 10 (dez) anos de vigência de um PDOT, mas podendo ser revisado a cada 5 (cinco) anos ou em prazos diferentes. Esta mudança nos prazos de elaboração e revisão, garantiria uma das diretrizes presentes em todos os PDOTs, que é incorporar a consolidação das demandas advindas do processo de desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

Na mesma Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal – ELO nº 49/2007, foi observado que ficou de fora os Planos Diretores Locais (PDL), estabeleceu-se então a obrigatoriedade de ter apenas uma única Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) para todo o território do DF, do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) e de Planos de Desenvolvimento Local.

Apesar disso, segundo dados técnicos disponibilizados em 2017 pelo Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEEDF), no período de vigência da Lei Complementar nº 17/97, grande parte das Ações, Programas e Projetos Prioritários instituídos pelo PDOT, presentes no art. 36, não foram totalmente implantados ou sequer implementados. Com a gestão inadequada dessas áreas, prevaleceu em muitos casos o parcelamento irregular do solo, especialmente nas Áreas Rurais Remanescentes, como é o caso da área em estudo do Riacho Fundo I, em especial a CAK.

Nesse sentido, a expansão urbana se configura no caso do PDOT/97 como algo negligenciado pelo setor público, uma vez que, para o caso do território do Riacho Fundo I, no ano de 2004, durante a vigência da PDOT/1997, tivemos forte avanço da urbanização através da ocupação irregular de parte da Fazenda Sucupira, no Riacho Fundo I da qual a CAK também faz parte (**Mapa 05**).

Mapa 05: Evolução Urbana no Riacho Fundo I no período de 1958 a 2018.



Fonte: Geoportal/SEDUH, 2022.

Na imagem do mapa acima, é possível identificar vários pontos de ocupações recentes, mostrados nas cores vermelha e laranja, sendo possível percebermos novos núcleos de ocupação surgindo na área.

Por fim, é importante salientar que a falta de efetividade de um Plano Diretor pode mudar drasticamente a finalidade de uso e ocupação de uma área, como exemplo podemos citar o caso da Colônia Agrícola Vicente Pires que segundo o documento técnico do Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF), publicado em 2017, existem diversos fatores que colaboraram para a expansão urbana na área e podemos salientar, pela comparação, que praticamente todas essas razões também estão presentes no caso da CAK, tais como:

- 1 - A ausência do Programa de Monitoramento Integrado do Território, previsto no Plano;
- 2 - Término da vigência dos contratos de concessão de uso;
- 3 - Consequentes dificuldades na obtenção de crédito agrícola;
- 4 - Proximidade com o principal eixo de deslocamentos do Distrito Federal;
- 5 – Estado ausente na fiscalização desta.

Ainda com o exemplo da área de Vicente Pires no Distrito Federal, podemos destacar que todos esses fatores contribuem para a situação de irregularidade e consequente ocupação urbana não planejada na região, mas com o tempo são regularizadas com os novos PDOTs, uma vez que a ocupação urbana no local já se encontra em estágio avançado, dificultando por definitivo a ação de remoção da população do local, tanto que em 2009 a área de Vicente Pires vira RA através da Lei nº 4.327, de 26 de maio 2009, mesmo ano de lançamento da PDOT/2009 que ainda se encontra em vigência. Esse fato, indica qual poderá ser o futuro da CAK, caso o poder público não atue com efetividade no processo de planejamento urbano no Distrito Federal.

Como já mencionado anteriormente, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial em vigor é o PDOT/2009, instituído pela Lei Complementar nº 803 de 2009, que passou por pequenas atualizações nos anos de 2012, 2019 e 2021. Muitas dessas alterações, segundo o Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEEDF), ocorreram não apenas por simples atualizações, mas pela existência de erros identificados e que precisavam ser corrigidos. Mas, é preciso lembrar que o

PDOT tem um prazo de vigência de 10 anos, portanto chegamos ao final de 2023 e não tivemos a implantação de um novo Plano Diretor. Novas demandas sociais surgiram em 14 anos, algumas foram sanadas com as atualizações feitas, mas o processo de elaboração de um PDOT é demorado e leva em consideração a realidade socioeconômica da época em que se estuda a sua nova implantação. Apesar disso, já existem algumas iniciativas voltadas para a elaboração de um novo PDOT, como oficinas oferecidas à população, estudos direcionados e consultas de demandas nas comunidades do DF, conforme divulgado no site PDOT da SEDUH³.

Uma importante mudança no plano de 2009, foi a introdução da categoria de Zona Urbana de Contenção, formada por áreas localizadas nos limites entre as macrozonas urbana e rural, que sofrem maior pressão por urbanização, o objetivo dessa nova zona é de amortecimento entre o uso urbano mais intenso e a zona rural. Essas mudanças incorporadas atendem a uma série de problemas levantados durante o processo de elaboração do novo PDOT.

Nesse sentido, o quadro abaixo mostra uma síntese com os principais conflitos no PDOT/97 e as propostas de revisão do macrozoneamento do PDOT/2009 que impactam diretamente sobre as zonas do Riacho Fundo (**Quadro 02**).

Quadro 02 – Conflitos do macrozoneamento do PDOT/1997 e as propostas sugeridas de soluções no PDOT/2009.

	CONFLITO PDOT/97	PROPOSTA PDOT/2009
01	Eixo tradicional de dinamização saturado, com grande concentração de sobreposição de Áreas Especiais de Proteção.	Extinção da categoria Zona Urbana de Dinamização e substituição pela Estratégia de Dinamização de Áreas Urbanas.
02	Parcelamentos irregulares consolidados incidentes na Área de	Introdução da Estratégia de Regularização Fundiária, com definição de parâmetros de uso e

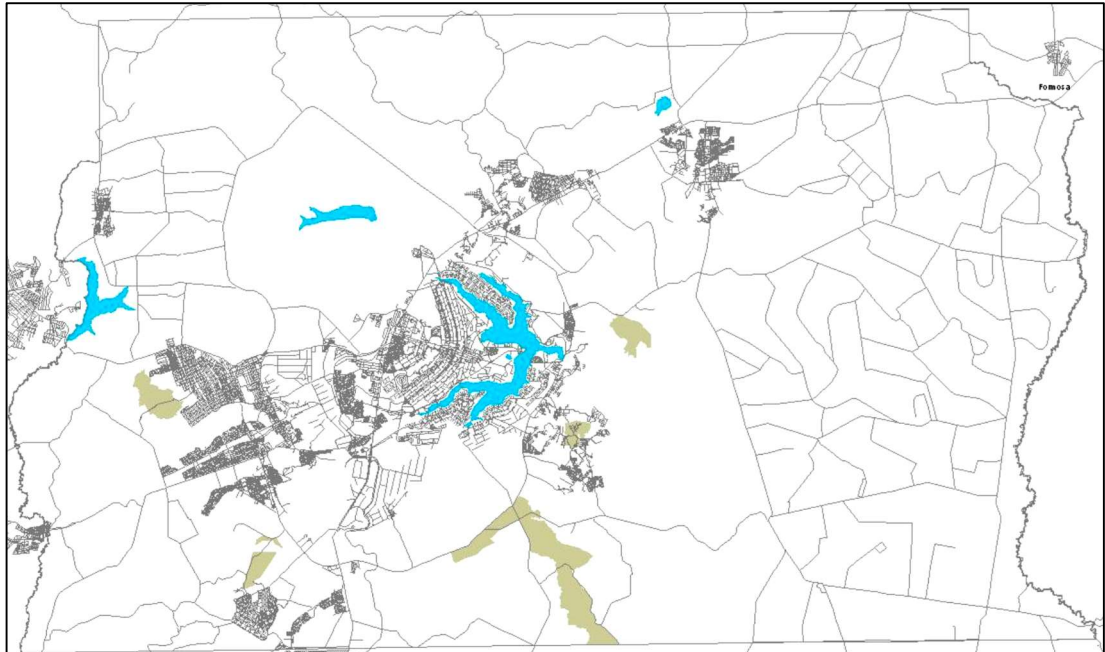
³ O site para consulta da agenda com as ações necessárias para a revisão do PDOT é <https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/PDOT>, nele é possível identificar que o processo segue uma metodologia em quatro etapas, a primeira é o Diagnóstico (estágio atual da revisão em novembro de 2023), em seguida passará por Prognóstico, Proposta e Consolidação. Não foi identificado um prazo exato para finalização de todo o processo da revisão.

	Monitoramento Prioritário / Não implementação do programa de regularização previsto no Plano	ocupação e delimitação de Setores Habitacionais de Regularização e Áreas de Regularização de Interesse Social e Interesse Específico. Conceito de Zona de Contenção Urbana proposto em substituição ao de Área de Monitoramento prioritário, onde ocorreu a maior incidência de parcelamentos irregulares.
03	Parcelamentos irregulares consolidados incidentes em Áreas Rurais Remanescentes (ARRs) e zonas rurais.	Eliminação dos polígonos de Áreas Rurais Remanescentes e reenquadramento em zona rural ou urbana.
04	Incidência da Zona Urbana, sobre remanescentes de vegetação nativa do cerrado, sem previsão de instrumentos adequados de proteção.	Previsão na Estratégia de Integração Ambiental do Território de áreas destinadas à articulação interinstitucional, visando à criação de novas unidades de conservação e espaços protegidos nas áreas de remanescentes de vegetação nativa.

Fonte: ZEEDF, 2017.

Como pode ser observado no quadro acima, uma das propostas para o PDOT/2009 traz um conceito novo, que é a Zona de Contenção Urbana, e esse conceito se encaixa perfeitamente em nossa área de estudo, o Riacho Fundo I e a CAK. No entanto, o PDOT 2009 não classificou parte do Riacho Fundo I nessa zona (**Figura 13**). Esse tipo de classificação, associado a políticas de fiscalização mais eficientes poderiam ajudar a conter o avanço da expansão urbana na CAK. Outro ponto observado foi o tamanho das zonas de contenção urbana, sendo pequenas e localizadas em áreas afastadas, não interligadas entre si.

Figura 13 - Zona de Contenção Urbana.



Fonte: PDOT 2009.

Diante disso, no PDOT/2009, as Zonas inclusas no território do Riacho Fundo I e conseqüentemente na CAK são demonstradas no mapa de zoneamento (**Mapa 06**), onde apresentam 4 (quatro) zonas definidas:

- 1 Zona Rural de Uso Controlado;
- 2 Zona Urbana Consolidada;
- 3 Zona Urbana de Expansão e Qualificação;
- 4 Área de Interesse Ambiental.

Como pode ser constatado no mesmo mapa, o Riacho Fundo não contou com um mecanismo de contenção do avanço da urbanização, mas ganhou uma nova Zona Urbana de Expansão e Qualificação, mostrando que a legislação apenas serviu para oficializar as ocupações irregulares com a entrega de títulos de propriedade e conseqüentemente valorização dos imóveis lá instalados.

Nesse sentido, no texto da lei que instituiu o PDOT/2009, Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009, consta qual é a composição e a definição das novas zonas da qual o Riacho Fundo faz parte, conforme transcrição literal dos artigos abaixo:

“Art. 72. A Zona Urbana Consolidada é composta por áreas predominantemente urbanizadas ou em processo de urbanização, de baixa, média e alta densidade demográfica, conforme Anexo III, Mapa 5, desta Lei Complementar, servidas de infraestrutura e equipamentos comunitários.

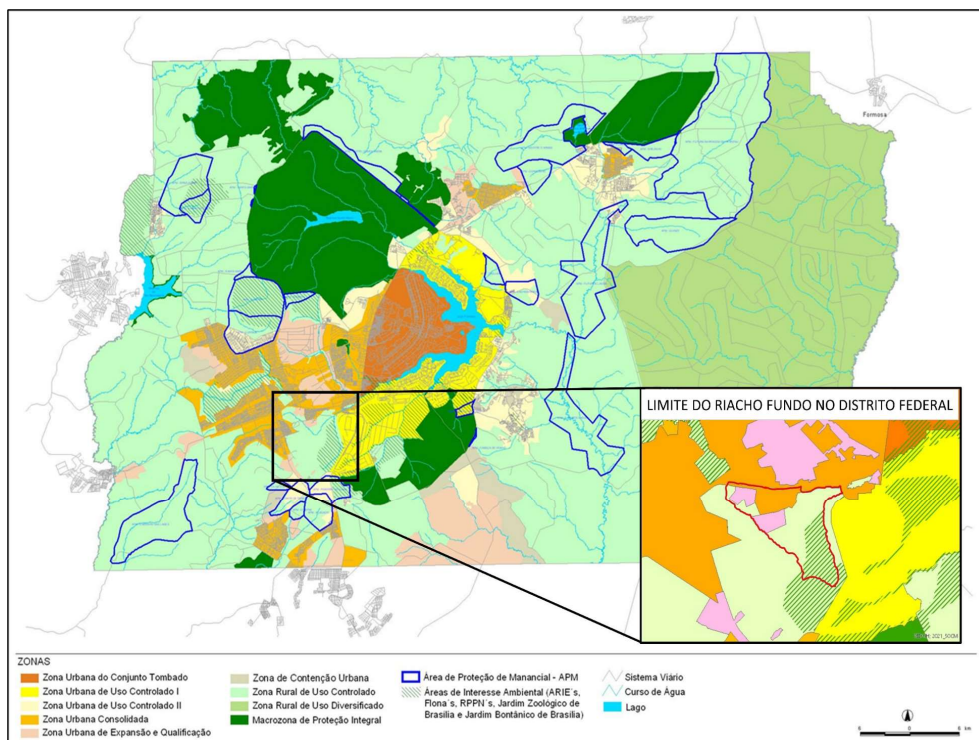
(...)

Art. 74. A Zona Urbana de Expansão e Qualificação é composta por áreas propensas à ocupação urbana, predominantemente habitacional, e que possuem relação direta com áreas já implantadas, (...), sendo também integrada por assentamentos informais que necessitam de intervenções visando a sua qualificação.

(...)

Art. 87. A Zona Rural de Uso Controlado é composta, predominantemente, por áreas de atividades agropastoris, de subsistência e comerciais, sujeitas às restrições e condicionantes impostos pela sua sensibilidade ambiental e pela proteção dos mananciais destinados à captação de água para abastecimento público. (Caput com a redação da Lei Complementar nº 854, de 2012.)” (DISTRITO FEDERAL, 2009)

Mapa 06: Zoneamento do PDOT 2009.

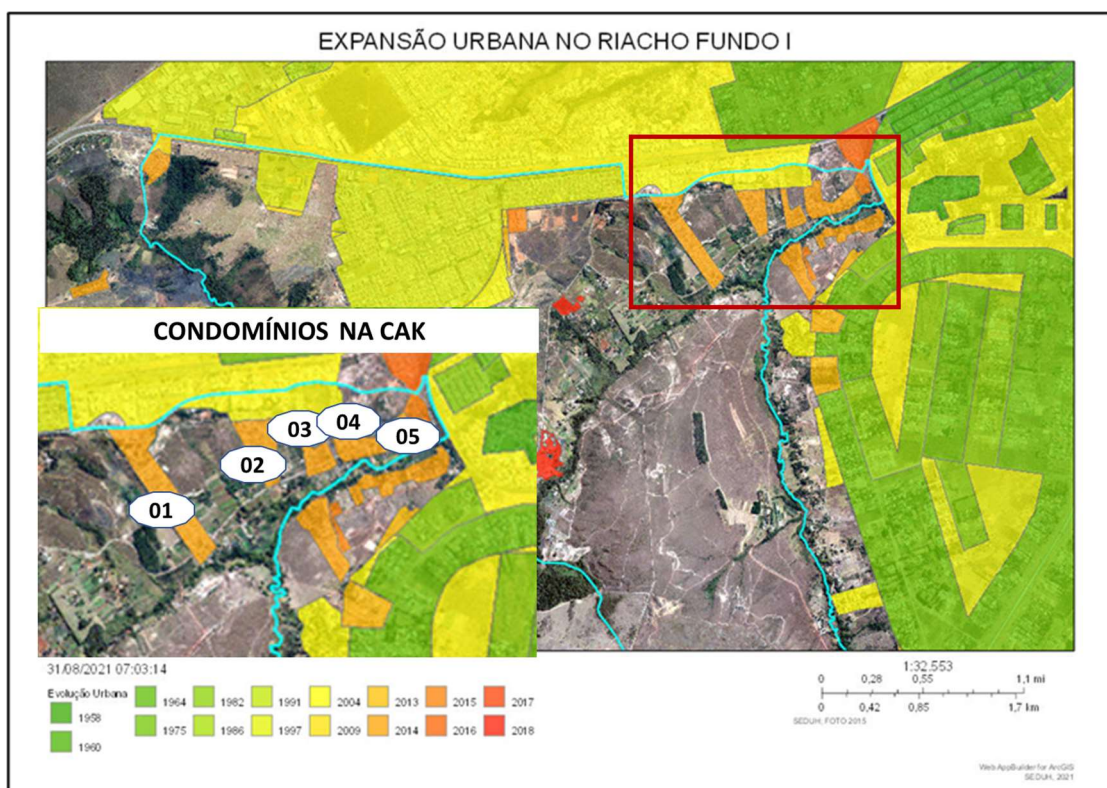


Fonte: PDOT, 2009.

3.4.2 A estranha coincidência na relação da expansão urbana e o planejamento territorial feito pelos PDOTs

Conforme dados disponibilizados pela SEDUH, dentre os anos 2013 a 2018 (período de vigência da PDOT/2009) a área da CAK sofre novo processo de expansão urbana, conforme detalhado abaixo (**Mapa 07**):

Mapa 07: Expansão Urbana no Riacho Fundo I e a presença de Condomínios.



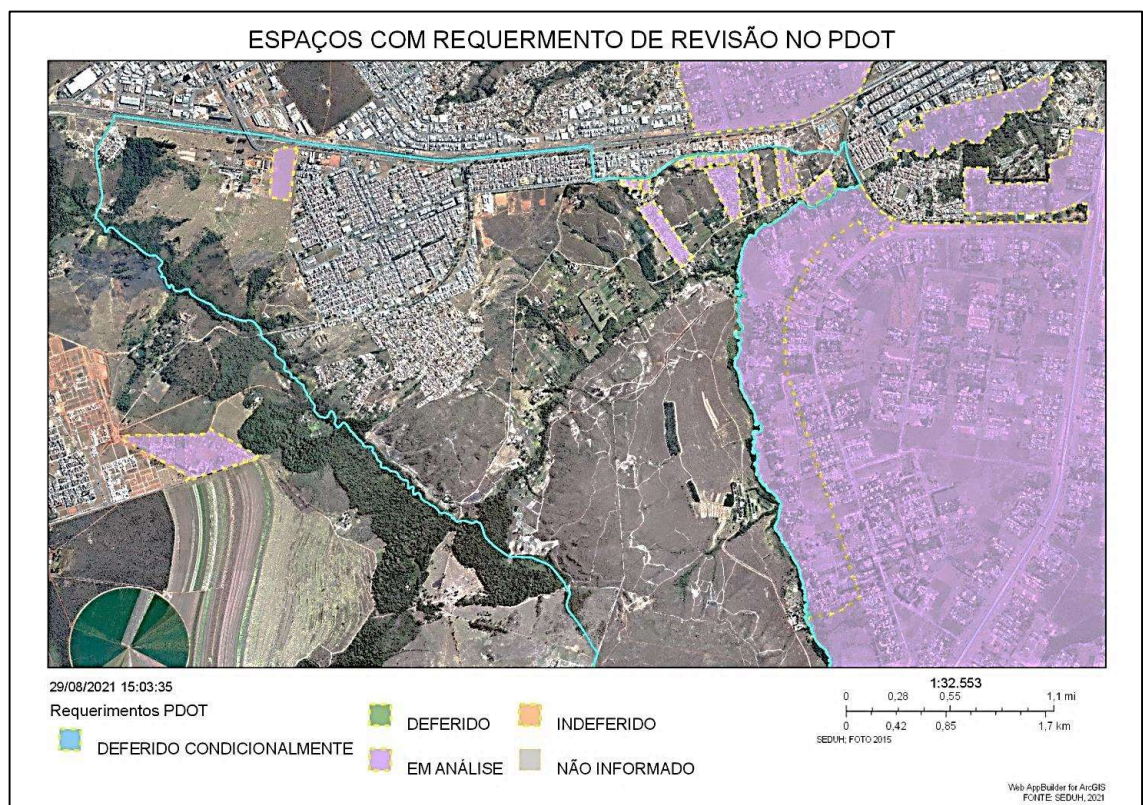
Fonte: Geoportal/SEDUH, 2022.

Como é possível ver na área da CAK, antigas delimitações de chácaras produtivas foram parceladas e viraram os seguintes condomínios:

- 01 – Condomínio Califórnia;
- 02 – Condomínio Portal do Sol;
- 03 – Residencial Vitória Régia;
- 04 – Residencial São Pedro;
- 05 – Condomínio Vale da Benção.

Como já se passaram 14 anos de existência do PDOT/2009, essas mesmas áreas onde estão localizados os condomínios, segundo a SEDUH, aparecem como espaços inclusos em requerimentos de revisão e legalização (**Mapa 08**), que devem ser incluídos no próximo PDOT, programado para ser lançado nos próximos anos.

Mapa 08: Espaços com necessidades de revisão na CAK para o próximo PDOT.



Fonte: Geoportal/SEDUH, 2022.

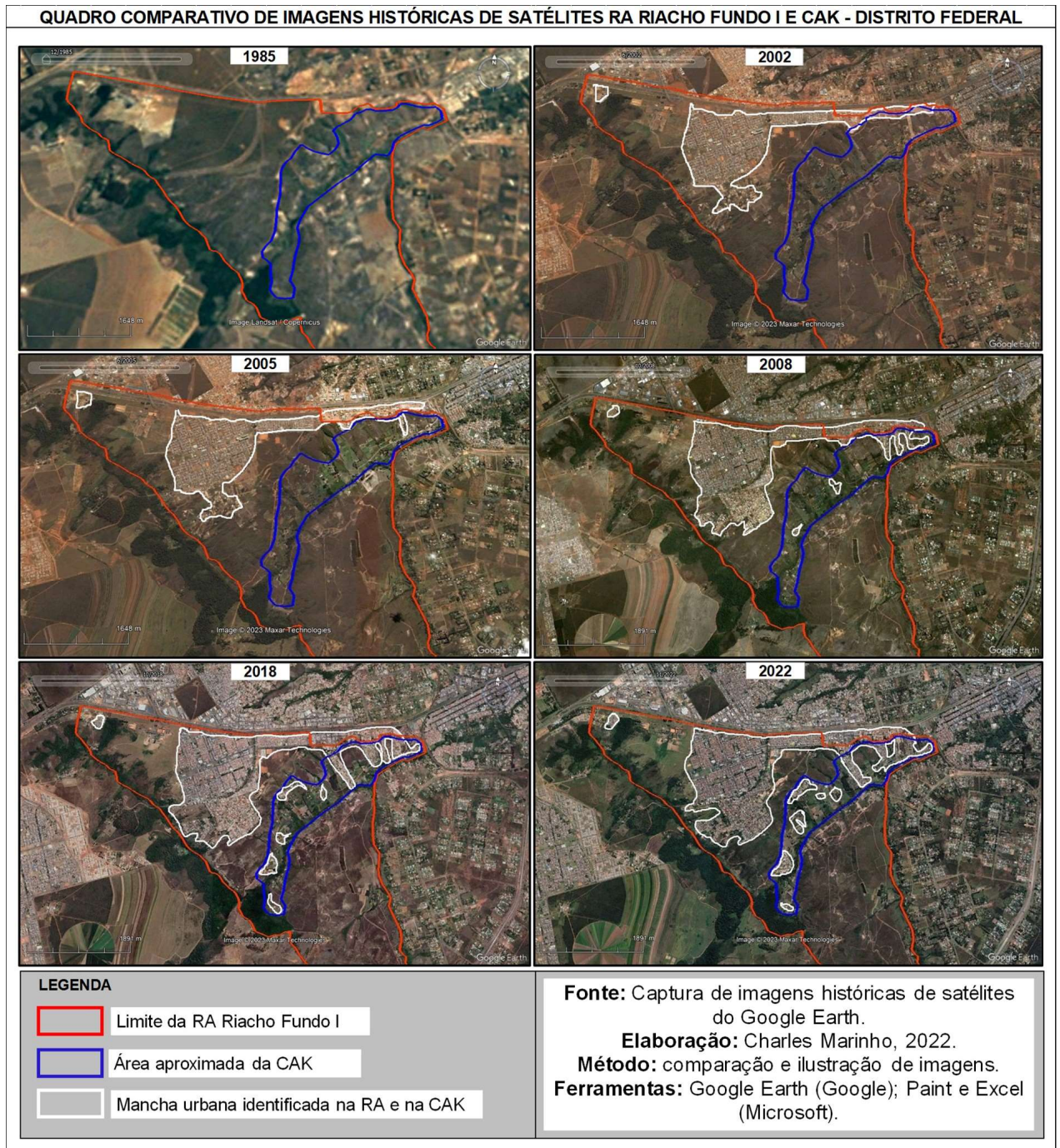
Nesse sentido, identificamos uma estranha coincidência no processo de legalização das áreas ocupadas durante o lançamento de um novo PDOT, pois no espaço da CAK existe uma correlação entre o período próximo de lançamento de um novo plano diretor e o avanço da ocupação urbana. Em outras palavras, sugere-se que existem agentes interessadas em intensificar o parcelamento de lotes e a construção de casas e condomínios nos períodos próximos de revisões do plano diretor, com o objetivo de entrar no processo de revisão e garantir a legalização da área. Essa informação, também foi apontada na entrevista de campo, ao mencionarem a atuação de lideranças com interesses de viabilizarem o parcelamento

e venda de chácaras na região da CAK. Cabe lembrar, que os chacareiros possuem apenas a concessão de uso, e não o título de propriedade, já os moradores dos condomínios, mesmo comprando as casas ou os lotes, também não possuem o título de propriedade e aguardam a regularização pelo GDF através da revisão do PDOT.

Para dar embasamento a essa informação, abaixo temos um compilado de imagens de satélite (**Figura 14**) mostrando a evolução no decorrer do tempo do avanço da mancha urbana na área da CAK. Na primeira imagem de 1985, vemos que é predominante a produção agrícola e espaços com vegetação nativa, mas em 1992 foi lançado o primeiro PDOT e logo no ano seguinte foi fundada a RA Riacho Fundo I. Em seguida, 1997, um novo PDOT entra em vigor, e então podemos ver que em 2002 já temos uma área urbana bem consolidada no Riacho Fundo I, onde 3 anos depois (2005), essa configuração continua praticamente inalterada, mas em 2008 ocorre uma “explosão” de novos condomínios e novas ocupações. Coincidentemente, em 2009 é lançado novo PDOT, e como já mencionado, passou por pequenas adequações em 2012, 2019 e 2021.

Além disso, como já sabemos, um PDOT tem validade de 10 anos, mas estamos há 14 anos com o mesmo documento, isso significa que em pouco tempo deve ser lançado um novo PDOT (mesmo com atrasos) e coincidentemente vem acontecendo a mesma estranha coincidência que ocorreu em 2008, quando se intensificaram o surgimento de novas ocupações e condomínios quando próximo de entrar em vigor um novo PDOT, como pode ser visto na imagem do ano de 2022, com novas ocupações sobretudo na parte central da CAK.

Figura 14: Comparativo de imagens históricas de satélite mostrando a expansão urbana na RA Riacho Fundo I e na CAK.



Fonte: Elaborado pelo autor com imagens do Google Earth, 2022.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa, foi possível perceber que entender a dinâmica territorial da comunidade constituída pela Colônia Agrícola Kanegae - CAK, bem como seu contexto de formação e inserção produtiva, é uma forma de colaborar para o resgate histórico e social da população que lá vive. Além disso, o resultado desta pesquisa vem contribuir na ampliação dos estudos da temática da relação campo-cidade, bem como mostrar como vem ocorrendo esse processo de ocupação e expansão urbana na área estudada.

Diante disso, a pesquisa teve como objetivo geral, compreender o histórico da produção e da inserção econômica da CAK no contexto da relação campo-cidade e da expansão urbana da RA Riacho Fundo I no Distrito Federal. Nesse sentido, constatou-se que o objetivo geral foi atendido, porque efetivamente o trabalho conseguiu apresentar um levantamento histórico de implantação da comunidade, e ainda, apontar a dinâmica econômica e o destino da produção, exatamente dentro da relação campo-cidade. Por fim, foi possível demonstrar que existe um processo de expansão urbana na CAK e que este vem se intensificando no decorrer do tempo.

Mas, para alcançar o objetivo geral, foi preciso delimitar três objetivos específicos, o primeiro encarregado de realizar levantamento de informações que permitiriam reconstruir o histórico do processo de implantação e inserção da Colônia Agrícola Kanegae no DF. Para tanto, pode-se dizer que ao buscar este objetivo específico, através das pesquisas bibliográficas, das visitas de campo, juntamente com as entrevistas feitas com os produtores, foram imprescindíveis para levantar a história do local pesquisado, bem como a dinâmica socioeconômica existente na área. Tudo isso impactando de forma positiva, pois além de sintetizar aquilo que já estava exposto sobre a localidade, ampliamos o conhecimento da sua realidade espacial, trazendo novos elementos que enriquecem a história de formação da CAK, podendo este trabalho, com base na narrativa e nos dados aqui apresentados, compor como elemento físico documental algum acervo que possa existir dentro da comunidade, isto mediante, uma maior organização da associação dos moradores, que atualmente se encontra pouco articulada.

O segundo objetivo específico, visava analisar o processo da expansão urbana no Riacho Fundo I e suas implicações sobre o espaço da Colônia Agrícola Kanegae,

tal direcionamento também teve êxito, pois através das análises dos Planos Diretores de Ordenamento Territorial (PDOT), bem como a análise de mapas comparativos que constatarem o avanço urbano na CAK, foi possível dar sustentação ao trabalho. Além disso, através das entrevistas, foi possível entender as implicações sociais, econômicas e ambientais sofridas pela comunidade como consequências da expansão urbana. Nesse sentido, tivemos como resultado uma possível correlação com o aumento de parcelamento das terras, invasões e ocupações irregulares na CAK em períodos próximos da revisão dos PDOTs. Tudo isso, transforma-se em informação relevante, sendo inclusive uma fonte possível para embasar estudos dirigidos no processo de construção para o lançamento do novo PDOT.

Já o terceiro objetivo específico, era analisar através da função produtiva as relações existentes entre a Comunidade Agrícola Kanegae e os espaços urbanos já consolidados nas suas proximidades. Isso também foi atingido, sobretudo através das entrevistas aplicadas, pois constatou-se a interdependência econômica entre produtores e compradores, quais são os principais itens produzidos e os principais destinos da produção. Além disso, identificamos uma iniciativa do IFB como forma de dar retorno a comunidade da CAK, iniciando logo após as primeiras pesquisas no local, através da disponibilidade do espaço da instituição para a realização da feira do produtor. Este tipo de iniciativa, torna-se vital e importantíssima para o fortalecimento e permanência da CAK, mas é preciso avançar com mais retorno e apoio à comunidade, pois não basta direcionar pesquisas no território sem dar uma satisfação ou uma devolutiva para a população que lá vive e produz.

Dito isto, como resposta a nossas dúvidas de pesquisa, foi possível levantar juntamente com os produtores rurais, algumas possíveis estratégias do mercado imobiliário, como parcelamento e venda indevidas de terras públicas e de antigas chácaras produtivas, além de aproveitamento da legislação e da falta efetiva de fiscalização para conseguir que condomínios e invasões ocupadas irregularmente possam ser reguladas posteriormente, além de sugerir quem são os atores envolvidos nas ocupações irregulares na área da CAK. Com isso, tais acontecimentos ganham força devido a ações governamentais de melhorias na região, como asfalto, iluminação elétrica, água encanada, coleta de lixo e transporte público, gerando ainda mais interesses do mercado imobiliário e da ida de novos moradores para a área.

Diante da metodologia utilizada e dos resultados apresentados, percebeu-se que o trabalho poderia ter sido realizado com uma pesquisa mais ampla na legislação

que rege os planos de uso e ocupação de solo, além de maior aprofundamento nas particularidades dos Planos Diretores, a fim de expor uma gama maior de diferenciações, com avanços e retrocessos nos planos, além de trazer dados mais consistentes sobre o processo de revisão e elaboração de um novo Plano Diretor.

Além disso, a coleta de dados para a pesquisa poderia trazer informações mais consistentes, se contasse com um número maior de entrevistados, pois teve apenas quatro entrevistas, algo que ocorreu principalmente pelo tempo limitado, recursos financeiros insuficientes e pela dificuldade em encontrar mais produtores dispostos a colaborar com a pesquisa.

Outra dificuldade encontrada, foi o acesso a documentos e mapas com as delimitações oficiais da área da CAK, pois não tinha nada disponível na Administração Regional do Riacho Fundo I, nem tão pouco em sites de órgãos e secretarias do GDF.

Dentro das limitações e dificuldades expostas, fica como recomendação a necessidade de ampliar o tema da pesquisa, acessando outras literaturas na área da agricultura urbana e da expansão urbana. Além disso, acredita-se que ter um contato com a EMATER-DF seria importante para tentar levantar se existe uma lista de cadastro com os produtores rurais da CAK, além de pesquisar com maior exatidão quais os critérios de oferta de crédito rural na comunidade, podendo inclusive, tentar identificar mapas com a delimitação mais exata das chácaras, com tamanhos de todas as propriedades e dados quantitativos sobre a produção.

Por fim, seria necessária uma nova tentativa de contato com a Administração Regional para tentar pedir informações sobre onde poderia conseguir mais dados referentes à CAK, pois é possível que não se tenha contatado a pessoa certa na primeira e única tentativa feita naquele momento, ou ainda, seria recomendado ir até a sede da SEDUH e ver o que eles poderiam trazer de informações relevantes e que ficaram de fora da pesquisa na área. Mas, essas sugestões ficam a critério de novos investigadores interessados em continuar a árdua tarefa de trazer luz sobre esse importante espaço rural no Riacho Fundo I.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO: **Retorno do Brasil ao mapa da fome da ONU preocupa senadores e estudiosos**. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

ALMADA, E. D.; SOUZA, M. O. **Quintais como patrimônio biocultural**. In: ALMADA, E. D.; SOUZA, M.O. Quintais - Memória, resistência e patrimônio biocultural. Belo Horizonte, Editora UEMG, 2017. p. 15-29

AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PERXACS, Helena; ALIÓ, Maria Angelis. **Dimensão social da agricultura urbana e periurbana**. Mercator. Fortaleza, v. 19, feb. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4215/rm2020.e19005>>. Acesso em 13 novembro de 2021.

BERTOLINI, V. A. **Para onde vai o rural no DF? – Análise de processos socioespaciais ocorridos nas áreas rurais do Distrito Federal – de 1960 à 2000**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BRASÍLIA (Distrito Federal). Lei Nº 353, de 18 de novembro de 1992. **Aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, institui o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal e dá outras providências**. Brasília, DF: Diário Oficial do Distrito Federal, 1992.

_____. Lei Complementar Nº 17, de 28 de novembro de 1997. **Aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal – PDOT e dá outras providências**. Brasília, DF: Diário Oficial do Distrito Federal, 1997.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Distrito Federal (ZEE-DF) – Documento Técnico**. Brasília: GDF, 2017.

_____. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUMA). **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT) – Documento Técnico**. Brasília: GDF, Versão Final, 2009.

_____. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH). **Histórico do PDOT**. Disponível em: <<http://www.seduh.df.gov.br/historico-do-pdot/>>. Acesso em 21 de novembro de 2022.

_____. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH). **Como participar do processo de revisão do PDOT**. Disponível em: <<https://sistemas.df.gov.br/PDOTSEDUH/ComoParticipar>>. Acesso em 03 de novembro de 2023.

CALBINO, D.; BORGES, I.; ANDRADE, L.; ABREU, C.; GONÇALVES, F. **Avanços e desafios das hortas comunitárias urbanas de base agroecológica: uma análise do município de Sete Lagoas**. COLÓQUIO (TAQUARA), v. 14, p. 59-80, 2018.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidades contemporâneas**: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2012.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (CODEPLAN). Observatório ODM – Distrito Federal, Área Metropolitana de Brasília. 2012. Disponível em: <www.codeplan.df.gov.br/>. Acesso em 10 julho de 2022.

_____. PDAD 2021. Disponível em: <<https://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2021-3/>>. Acesso em 20 de junho de 2023.

DOURADO, A.C. G. **A agricultura urbana no Distrito Federal**: contextos e reflexões sobre as ruralidades em meio urbano. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ENDLICH, Ângela Maria. **Perspectivas sobre o urbano e o rural**. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre rural e urbano. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Horticultura y diversificación. Disponível em: <https://www.fao.org/agriculture/crops/mapa-tematica-del-sitio/theme/horticulturayladiversificacion/en/>. Acesso em 09 de dezembro de 2022.

FERREIRA, Lara C. Gomes. **A paisagem regional na Microrregião Ceres (GO)** – das Colônias Agrícolas Nacionais ao agronegócio sucroenergético. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FERREIRA, J. da S. R., SILVA, E. A. e SANTOS, C. R. F. O desenvolvimento da agricultura familiar na Colônia Agrícola Kanegae, Riacho Fundo I/DF: caracterização dos territórios produtivos e dos atores sociais envolvidos. In.: **XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO. Anais...** Rio Claro, UNESP, 2021. Virtual. Disponível em: <https://6102ec1c-b36f-4478-9ded-a3746a7b6f4e.filesusr.com/ugd/e63aa8_e73aa929c5334f4b968cba1d44c2470e.pdf>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha Municipal**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/todos-os-produtos-geociencias/15774-malhas.html>>. Acesso em 17 de outubro de 2023.

JACOBS, J. **La economia de las ciudades**. Barcelona: Edição 62 S/A, 1971. 287 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LENCIONI, Sandra. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano.** GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2008.74098. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098>. Acesso em: 18 nov. 2022.

LIMA, F. N.; PACENTCHUK, F.; SANDINI, I. E.. **Fazendas urbanas: novo negócio surge nas cidades.** Campo & Negócios: revista online, 2019. Disponível em: <<https://revistacampoenegocios.com.br/fazendas-urbanas-novo-negocio-surge-nas-cidades/>>. Acesso em 18 de novembro de 2022.

MARAFON, G J. **Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade.** Campo-Território: revista de Geografia Agrária. Edição especial do XXI ENGA – 2012, p. 1-13, 2014.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Agricultura Urbana.** Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-urbana/agricultura-urbana/agricultura-urbana-1>. Acesso em 25 de dezembro de 2022.

MOURA FILHO, C. H. **Dinâmica Territorial no Distrito Federal: os casos dos Núcleos Rurais Lago Oeste e Vargem Bonita.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MOUGEOT, L. J. **Urban agriculture: Definition, presence, potentials and risks, and policy challenges. Cities feeding people series; rept. 31.** 2000. Disponível em: < <https://idl-bnc-idrc.dspacedirect.org/server/api/core/bitstreams/a0cf4b0d-b96c-4124-a1de-f006d4a97f00/content>>. In: AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PERXACS, Helena; ALIÓ, Maria Angelis. Dimensão social da agricultura urbana e periurbana. Mercator. Fortaleza, v. 19, feb. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4215/rm2020.e19005>>. Acesso em 13 novembro de 2021.

NETO, O. P. A.; SALGADO, T. R. **Rede urbana de Goiás: análise das interações espaciais dos centros na rede urbana.** In: XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11., 2015, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: Anais do XI ENANPEGE, 2015. p. 4443-4454. Disponível em <<https://docplayer.com.br/amp/10168438-Rede-urbana-de-goias-analise-das-interacoes-espaciais-dos-centros-na-rede-urbana.html>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2023.

PENNA, N. A. **Política Urbana: A Ação do Estado no Distrito Federal.** 149f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 1991.

PLANOS DIRETORES LOCAIS – PDLS. Disponível em: <<https://www.seduh.df.gov.br/planos-diretores-locais-pdls/>> Acesso em 31 de agosto de 2022.

PRODANOV, C. C. ; FREITAS, E. C. . **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RUA, J. **Urbanidade, urbanidades, urbanidades no rural**: uma construção para melhor compreender a unicidade do espaço geográfico. In: FERREIRA, Á.; RUA, J.; MARAFON, G.; SILVA, A.C.P.(orgs.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO (SEDUH-DF). **Geoportal**. Disponível em: <<https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/geoportal/>>. Acesso em agosto de 2022.

SILVA, E. A. **Desenvolvimento sustentável e serviços ambientais na Colônia Agrícola Kanegae**, Riacho Fundo/DF: desafios e perspectivas frente ao crescimento urbano de Brasília/DF. 20f. Projeto de pesquisa. Instituto Federal de Brasília, Brasília, 2019.

SILVEIRA, Rogério L. L. da; BERGAMASCHI, Eliza; OLIVEIRA, Gabriel A. S. de; BOZZETTI, Jonis. **Os processos de urbanização e expansão da estrutura urbana nos aglomerados urbanos de Lajeado-Estrela e Santa Cruz do Sul-Venâncio Aires-Vera Cruz**. In: CAMPOS, Heleniza A.; SILVEIRA, Rogério L. L. da. (Org.) *Valorização do solo e reestruturação urbana: os novos produtos imobiliários na Região dos Vales - RS* [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.

SOUZA, Tatiana Silva. **Urbanização contemporânea face as informalidades no rural**: um olhar a partir dos loteamentos clandestinos e irregulares de Uberlândia – MG. 2020. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.14>. Acesso em 12 de outubro de 2022.

SOUZA, S. M. C. **Expansão urbana, centralidade e constituição de subcentros no Distrito Federal**. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2010

_____. **Expansão metropolitana de Brasília**: um estudo da polarização dos municípios da Área Metropolitana de Brasília (AMB). In: ENANPUR, 17., 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos**... São Paulo: Anais do XVII ENANPUR, v. 17 n. 1, 2017. p. 1 - 20. Disponível em: <<http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1870>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2023.

**APÊNDICE A — INVESTIGANDO A INSERÇÃO PRODUTIVA COM
PRODUTORES DA CAK: ROTEIRO DE ENTREVISTA**



**INSTITUTO
FEDERAL**
Brasília

Instituto Federal de Brasília
Campus Riacho Fundo I
Licenciatura em Geografia

**Roteiro de entrevista com produtores
Identificação da inserção produtiva na Colônia Agrícola Kanegae (CAK)**

Data da coleta: ___/___/___

1. Identificação do entrevistado:

Primeiro Nome: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Origem: _____

Tempo que mora na mesma propriedade: _____

Grau de instrução:

- () Fundamental completo () Fundamental incompleto
() Ensino médio incompleto () Ensino médio completo
() Ensino Técnico () Superior completo () Superior incompleto

Número de pessoas que moram na residência/chácara: _____

Renda da família:

- () < 1 salário mínimo () de 1 a 2 salários mínimos
() de 2 a 3 salários mínimos () de 3 a 4 salários mínimos
() de 4 a 5 salários mínimos () > 5 salários mínimos

Relação com o lugar do estudo: _____

2. Identificação do estabelecimento produtivo dentro da CAK:

Nº da chácara: _____

Você sabe quantos hectares ou m² tem a área?

- () Sim. Quantos? _____ () Não

Qual a forma de acesso à terra?

() Compra () Posse () Arrendamento

() Outro:

O que é produzido na chácara?

() Agricultura de hortaliças. Quais? _____

() Pomar. Quais frutas? _____

() Pecuária. Quais? _____

() Extrativismo. Quais? _____

() Beneficiamento de Produtos. Quais? _____

() Outros. Quais? _____

Há quanto tempo a atividade está sendo praticada no local? _____

Quantas pessoas cultivam/criam/produzem na área? _____

Existe trabalho terceirizado? Quais? _____

Se não. Como são contratados os trabalhadores?

Como você classificaria o trabalho no local?

() Familiar () Produção de baixa renda () Subsistência () Outro.

Qual? _____

3. Acesso a serviços públicos:

De onde vem a água utilizada nas atividades?

() Água da Caesb () Poço () Rio/Riacho () Água da Chuva () Outros.

Quais? _____

De onde vem a energia elétrica utilizada nas atividades?

() Fornecida pela NEOENERGIA () Não se utiliza energia elétrica () Outros.

Quais? _____

Para onde vai o lixo produzido nas atividades?

- Coletado pelo SLU Jogado em terrenos Jogado nos rios
 Enterrado Queimado Reciclado
 Outros.

Quais? _____

Para onde vai o esgoto das residências?

- Sistema da Caesb Fossa escavada no solo Mato Rio, riacho
 Outro. Qual? _____

4. Acesso a auxílio técnico, insumos e a crédito produtivo:

As atividades recebem apoio externo?

- Sim Não

Se Sim, de quem?

- Governo do DF ONG: _____
 Governo Federal Outros: _____

Que tipo de apoio é recebido:

Onde é adquirido o insumo necessário para a produção?

Sementes/mudas: _____

Fertilizantes: _____

Defensivos: _____

Existe crédito de financiamento da produção?

- Sim Não

Se sim, de qual instituição?

- Bancos Cooperativa Associação Capital próprio
 Outros. Quais? _____

5. Destino e escoamento da produção:

Qual o destino da produção?

() Consumo próprio () Comercialização () Troca () Outros.

Se há comercialização, onde são feitas as vendas?

() Supermercados () Em feiras livres () CEASA () Outros.

Quais? _____

A venda é facilitada? Tem comprador garantido? _____

Tem concorrentes? _____

Qual a sua percepção quando a existência de condomínios e invasões na comunidade, isso gera algum problema na produção? Se sim, como?

APÊNDICE B — ENTREVISTA TRANSCRITA COM O PRODUTOR RURAL A

Tempo de gravação: 40 min. e 58s.

Data da Realização: 06 de fevereiro de 2023.

ENTREVISTA 01

1 – Alguns dados do Produtor Rural:

Entrevistador: Dados omitidos com o intuito de preservar a identidade do informante.

2 – Alguns dados de identificação do estabelecimento:

Entrevistador: Você sabe quantos hectares ou metros quadrados essa área tem?

Produtora Rural A: São 2 hectares.

Entrevistador: E qual foi a forma de acesso à terra?

Produtora Rural A: Dados omitidos com o intuito de preservar a identidade do informante.

Entrevistador: Ok, mas em relação ao acesso da terra pelo seu pai, como ele conseguiu?

Produtora Rural A: Ele comprou a chácara, e passou a produzir no local. Já tinha um produtor aqui antes, que vendeu ao meu pai e ele só fez continuar a produção. Eu acho que antes era o irmão dele que produzia aqui e depois vendeu para ele.

Entrevistador: Sobre a produção da chácara, que tipo de produto é cultivado aqui?

Produtora Rural A: Produzimos alface, couve, cebolinha, brócolis, almeirão, mostarda, mandioca, banana e outras frutas que produzimos para consumo próprio, pois não tem uma aparência e sabor interessante para vender. Tem também a criação de galinha, mas também é para consumo próprio.

Entrevistador: E quantas pessoas cultivam ou criam ou produzem na área? Além de você? vocês trabalham com ajudantes?

Produtora Rural A: Não trabalhamos com ajudantes externos, é tudo familiar. Aqui nas nessa chácara, só eu que produzo, mas a família toda é envolvida, seja no transporte ou na venda direta da produção. Além disso, meu pai tem um pequeno trator que ajuda muito no preparo da terra nas duas chácaras. Mas basicamente é

meu pai que está mais envolvido, pois ele vai atrás das mudas, planta e rega, eu ajudo muito ele nessas tarefas, já a comercialização fica mais a cargo do restante da família, pois tenho mais duas irmãs que não moram aqui, mas dirigem um pequeno caminhão do meu pai, este é utilizado para transportar a produção até o local de venda, temos também um carro pequeno que ajuda.

Entrevistador: Como você classificaria o trabalho local. Ele é um trabalho familiar? É uma produção de baixa renda? É de subsistência ou outro?

Produtora Rural A: É produção familiar de pequeno porte, onde grande parte é para a venda e uma pequena parte fica para consumo próprio.

3 – Acesso a serviços públicos:

Entrevistador: E quanto ao acesso a serviços públicos? de onde vem a água que é utilizada nas atividades da produção e para consumo próprio?

Produtora Rural A: A água vem da mina que fica a 2 km, não utilizamos mais água do córrego, pois está imprópria. A mina é a mesma coisa de nascente, fazemos uma caixa e ela acumula e então captamos com bomba. ela nasce embaixo de uma árvore aí a gente fez um caixote no pé pra não ter acesso porque tem muito macaco, tem muito bicho aí pra dentro. A gente fez o caixote, como se fosse uma caixa d'água e aí vai canalizar direto nessa caixa d'água e ela tem pressão suficiente para todo mundo aqui, pois não é só nessa chácara que a água vem, essa fonte abastece quatro chácaras, incluindo a minha aqui e a do meu pai.

Entrevistador: E de onde vêm a energia elétrica?

Produtora Rural A: É tudo da Neoenergia, tudo regularizado, tem o contator eletrônico e todo mês vêm conta de energia para pagar.

Entrevistador: E sobre o lixo? Para onde vai o lixo produzido nas atividades aqui que vocês fazem?

Produtora Rural A: O Lixo orgânico, por exemplo, as sobras dos alimentos, das hortaliças, tudo é aproveitado como alimento para os animais, porco e galinha, que são criados para consumo próprio. Já o lixo seco, nós juntamos e levamos para as caçambas que estão espalhadas pelas vias da comunidade, pois a coleta do lixo não vem até aqui na nossa chácara, por isso precisamos levar até a caçamba mais próxima, é um pouco distante, acumulamos e vamos deixar de carro, não queimamos nada aqui e nem enterramos.

Entrevistador: Para onde vai o esgoto doméstico?

Produtora Rural A : Tudo aqui vai para a fossa séptica que temos nos fundos.

4 – Acesso a auxílio técnico, insumos e a crédito produtivo:

Entrevistador: Vocês recebem algum auxílio técnico, insumos e crédito produtivo?

Produtora Rural A: É ofertado, não usamos pois o crédito é caro e bastante burocrático, exigem muitas coisas, então resolvemos trabalhar com o que temos. Essa oferta de apoio vem da EMATER (Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural do Distrito Federal), com projetos e outras iniciativas como cursos e novas técnicas de produção, um desses cursos foi feito pela minha mãe, que foi pintura em tecido, como forma de aumentar a renda, mas foi só isso. A EMATER é um órgão do governo federal responsável juntamente com a Secretaria de Agricultura de Agricultura, por dar auxílio para quem vive da terra. E esse auxílio é diverso, desde cursos, recolhimento de vasilhames de inseticida e pesticida. Além disso, nós temos uma carteirinha de agricultor e eles fornecem auxílios inclusive com informações de técnicas de cultivo. Ainda sobre o crédito, a EMATER é o órgão que entra junto para viabilizar o trâmite, ele entra como se fosse um intercessor junto ao banco e te auxiliar com todo o projeto, você monta o projeto, se aprovado eles te liberam como se fosse uma carta de indicação, nela diz que você pode pegar um determinado valor em um banco conveniado ao projeto do governo. Ou seja, eles vêm aqui fazer um estudo para saber como é que está a produção, fazendo um mapeamento para ver o que você quer plantar e aí eles veem qual é a viabilidade.

Entrevistador: E vocês já chegaram a recorrer alguma vez a esse tipo de crédito?

Produtora Rural A: Já tentamos, mas não deu certo. Pois não é fácil na prática, somente na teoria. A burocracia é grande. Mas as demais assistências oferecidas pela EMATER nós recebemos.

Entrevistador: Sobre os insumos necessário para produção? Por exemplo, semente, mudas, fertilizantes, defensivos. Onde é adquirido?

Produtora Rural A: As sementes, mudas e fertilizantes são compradas em locais especializadas e em viveiros aqui mesmo em Brasília, já os defensivos compramos de fornecedores de São Paulo.

Entrevistador: Então vocês utilizam produtos pra eliminar pragas nas lavouras? Quer dizer, aqui não tem produção orgânica?

Produtora Rural A: Utilizamos um pouco de remédios para evitar pragas, senão teríamos perdas na produção.

5 – Destino da produção:

Entrevistador: Sobre o destino e a escoamento da produção. Onde é vendido o que vocês produzem aqui?

Produtora Rural A: Nós vendemos direto ao cliente final (consumidor final). A gente monta uma barraquinha no Riacho Fundo mesmo, fica lá no centro, temos uma autorização dada pela administração junto a AGEFIS DF (Agência de Fiscalização do Distrito Federal), e que a gente produz aqui a gente vende lá. Nós preferimos vender para o cliente final e temos uma clientela boa, (...) Dados omitidos com o intuito de preservar a identidade do informante.

Entrevistador: Existe também alguma parceria com outros produtores para a venda direta ao consumidor?

Produtora Rural A: Nem sempre temos os produtos que o cliente mais quer comprar, por exemplo, para poder vender e fazer nosso cheiro-verde, quando falta, nós buscamos em outras chácaras. Além disso, vamos buscar também no CEASA na segunda e quinta-feira comprar o que a gente não produz, como tomate, cebola, abóbora e batata. Por isso aumentamos os itens ofertados, e facilitamos o pagamento com cartão, pois se não fizéssemos isso, o cliente preferiria ir ao supermercado e comprar tudo junto e passar o cartão. Quando chegamos com os produtos da CEASA, embalamos tudo para vender durante a semana. A produção dos chacareiros é mais direcionada para as folhagens, por isso precisamos ir ao CEASA comprar o que não é produzido na colônia, mas apesar disso, temos algumas exceções, pois tem pessoal aqui que vende leite, cultiva quiabo. Além disso, fazemos troca entre os chacareiros com as folhagens, por exemplo, quando falta couve, compramos a preço de custo de outro produtor daqui, ou também vendemos a preço de custo que quem precisar, é um ajudando o outro. No final, podemos dizer que é bem fácil vender tudo o que produzimos, temos o destino certo, muitas das vezes a dificuldade está na produção, com perdas devido à chuva, granizo, pragas etc.

Entrevistador: Aqui no Riacho existem vários supermercados, não existe nenhuma parceria de fornecimento com eles?

Produtora Rural A: Não, pois na banca que montamos é oferecido um preço mais barato para o consumidor final, e no nosso caso os supermercados nos veem como ameaça, tanto que já tentaram tirar a gente de lá. Teve uma época que ali perto teve o supermercado SUPERCEI e outros mercados. Na verdade, todos, dos mercadinhos pequenos aos grandes, todos fizeram um abaixo-assinado para tirar a gente. Eu acho que foram mais de vinte assinaturas. Está lá na autenticação do arquivo da Sede Administrativa da RA do Riacho Fundo. Na época que tentaram nos tirar, foi um momento bem pesado, mas a gente tem catorze anos que vende lá, e essa solicitação para tirar a gente de lá é antiga, pois tem cinco anos que isso aconteceu. Cinco anos. Na época a gente não tinha autorização porque a AGEFIS não queria mandar autorização, nessa época até a polícia foi para tirar a gente de lá, parecia que a gente era bandido, a gente foi trata como bandido nesse dia, a polícia fez uma corrente em volta da nossa banca. O interessante que foram só na nossa banca, mesmo tendo outros vendedores por lá.

Entrevistador: Então vocês não trabalham sozinhos nesse local?

Produtora Rural A: Não, existem outros produtores que antes vendiam direto no CEASA, mas depois que viram que aqui era boa a venda, resolveram ficar por aqui também. A nossa clientela é muito forte. A gente tem uma clientela muito grande, graças a Deus. E quando eles fizeram esse abaixo-assinado eles já foram certos do que iam fazer. A gente era um ponto forte, e quando a polícia chegou, corremos na Administração, deixamos a polícia lá. Quando chegou lá na administração eles nem sabiam que a polícia iria, então fizeram uma autorização imediatamente para trabalharmos lá. A autorização não é permanente, então a gente tem que renovar e pagar por ela, mas é um valor baixo, menos de cem reais por ano.

Entrevistador: Teve uma época que dentro do IFB funcionava um projeto de uma feira do produtor, onde alguns chacareiros da Colônia Agrícola Kanegae (CAK) comercializavam seus produtos. Vocês também pretendiam atuar lá?

Produtora Rural A: A gente não participou, pois, esse tipo de evento só vai mexer com quem está lá dentro, alunos e professores, sendo difícil uma pessoa que está passando na frente entrar pra comprar. Muita gente não tinha conhecimento, pois não foi divulgado muito bem.

6 - Problemas percebidos com a construção de condomínios na CAK:

Entrevistador: Qual sua percepção quanto a existência de condomínios e invasões na comunidade da CAK? Isso gera algum problema na produção? Se sim, como?

Produtora Rural A: Existem vários, um deles era a preocupação com a poluição do córrego, mas hoje o esgoto dos condomínios não vai mais direto para o córrego, mas toda a água dos bueiros com lixo vai cair tudo dentro, pois vem varrendo toda a sujeira das ruas com lixo que é descartado de forma irregular lá na parte de cima. E já teve uma vez que meu pai que acorda de madrugada devido ao trabalho, porque é a hora que ele acorda pra colher as verduras, né? Então ele viu uma espuma branca de poluição, e acreditamos que vem da Coca-Cola, essa fábrica que fica mais acima na Estrada Parque Núcleo Bandeirantes, acho que eles aproveitam e despejam de madrugada que não tem ninguém fiscalizando. Época de chuva, desce sofá, tudo quanto é treco que você pensar já desceu, se andar por aí procurando, vai encontrar muita coisa.

Entrevistador: Sobre a questão da segurança no local, como está a situação no momento?

Produtora Rural A: Isso é algo muito complicado, pois perdemos a privacidade, pois com o crescimento de condomínios aumentou a circulação de pessoas, como não tem cercado, tem gente vem aqui e entra aqui como se fosse deles, entram ali pelo fundo da chácara e já teve até roubo. Então, tem episódios de roubo, violência e falta de segurança mesmo, não nos sentimos mais seguros. Outro dia, roubaram a bomba de água que a gente usava para fazer a irrigação, além de uma bicicleta que estava na varanda. Nosso sossego vai acabando e não temos controle sobre isso.

Entrevistador: Como vocês percebem a atuação do governo distrital para fiscalizar e coibir as invasões no local?

Produtora Rural A: Esse é um assunto que muito nos incomodam, pois aqui na área além dos condomínios (construídos e planejados), existem também as invasões construídas de forma precária. Por falta de fiscalização essas duas formas de ocupação crescem rapidamente. Mas existem pessoas envolvidas nisso aí, com o objetivo de aumentar patrimônio. Aqui em cima desse morro já está tudo piquetado com cercas. Tem também uma chácara que a gente sabia que não tinha dono, mas da noite para dia acabaram acharam dono pra ela. São pessoas que sabem o que

estão fazendo, são funcionários públicos, a maioria que estão ali, mas que usam pessoas de laranja. Estão fazendo comercialização de lote para pessoas carentes. Esse tipo de coisa, acabou ganhando força com a abertura dessa estrada que dá acesso por aqui por cima, no início foi difícil conseguir essa estrada, então a comunidade foi na justiça, pois a Embrapa não queria autorizar, mas era importante para podermos escoar nossa produção. Apesar disso, a estrada acabou facilitando a entrada de invasores, pois melhorou o acesso e por isso aí começou as invasões. E esse pessoal responsável, que estão no topo, são policiais, mas a gente não sabe o que podemos fazer, porque se a gente for denunciar como a gente já fez várias vezes a gente pode sofrer represálias, pois eles conhecem a nossa rotina. (...) Dados omitidos com o intuito de preservar a identidade do informante. Depois que o pessoal está instalado, a fiscalização vem e são proibidos de retirarem o povo, pois alegam que não pode, pois são famílias pobres, que tem filhos, idosos, pessoas com deficiências físicas e com problemas de saúde. E aí eles colocam para segurar, porque eles sabem que seguram, eles entendem sobre as leis, eles entendem sobre os negócios mesmo. E aí quando fizeram uma reunião aqui, eles falaram assim, qual o problema? Eu já sei que não vai dar problema nenhum para mim. Eles falaram sentada na mesa do meu pai lá. “O mundo é dos espertos”, falou isso na nossa reunião que a gente fez. O que vocês estão querendo? A gente quer estrada nova para a gente ter liberdade de ter o nosso lote.

Entrevistador: Essa informação é muito importante para entendermos como funciona o avanço da urbanização na área. Nesse sentido, o que mais vem atraindo pessoas interessadas em vir morar aqui?

Produtora Rural A: Outro dia a gente deu carona para um pessoal que estava esperando na estrada, vemos que são pessoas carentes, essas pessoas antes pagavam aluguel de 500 a 600 reais, mas aqui eles pagam prestação de lote de 500, 400 e até 300 reais, na esperança de regularizarem e terem algo próprio. Além disso, é possível pagar no cartão de crédito essas parcelas. Tudo para no futuro ficarem livre de aluguel. Mas essa estratégia de vender lote barato pra pessoas pobres é uma estratégia maior, pois o que os grandes querem é gerar pressão imobiliária, se os pequenos ficarem, eles também ficam e depois vendem bem caro os vários lotes maiores. Isso é uma espécie de investimento para eles. E não duvidamos que exista gente ainda maior lá no governo, segurando as coisas, mexendo o dedo para ajudar

esse povo com isso. Essa questão é tão séria, que eles querem vender só para famílias que tenham crianças, pois aí fica mais difícil para derrubarem as casas.

Então eles pensam o seguinte: eu preciso que do meu lado e na minha frente existem outras casas menores pra poder eles serem autorizados e com isso autorizem a minha também. Esse mesmo pensamento, foi o que ocorreu naqueles condomínios lá de cima. É o Califórnia, o Portal do Sol, entre outros menores, que antes eram todos chácaras, foram parcelados e viraram condomínios. A hora que você sair daqui você vai ver, tem o Califórnia, tem o Portal do Sol, tem o Fortaleza, Vitória Régia, tem o São Pedro e vários outros que estão aparecendo de cima pra baixo, morro abaixo. Entende? Agora quem está na chacara está se sentindo acuado. Então, daqui a pouco teremos registros roubados, encanação puxando a água que usamos para a irrigação, acaba nossa privacidade, segurança, sossego, acaba tudo. Ainda tem a questão do lixo, eles não possuem nenhuma organização, existe muito descarte irregular, tudo isso é muito ruim para quem produz aqui. Sem falar no desmatamento da mata ciliar que provoca erosão.

Entrevistador: Com a vinda desses condomínios tiveram algumas melhorias na infraestrutura feita pelo governa na área?

Produtora Rural A: Eles mudaram o asfalto, colocaram lixeiras subterrâneas e estão colocando paradas de ônibus, tudo isso é bom, mas também ajuda a atrair mais gente para a região e com isso os problemas se agravam.

APÊNDICE C — ENTREVISTA TRANSCRITA COM O PRODUTOR RURAL B

Tempo de gravação: 30 min. e 55s.

Data da Realização: 06 de fevereiro de 2023

ENTREVISTA 02

1 – Alguns dados do produtor rural:

Entrevistador: Vamos entrevistar agora um proprietário e produtor que mora há quase 24 anos no local, com origem do estado do Paraná, 54 anos, tem formação fundamental incompleta, na chácara moram 3 pessoas, e juntos recebem por volta de 3 salários-mínimos. Na entrevista iremos chamá-lo de Produtor Rural B.

2 – Alguns dados de identificação do estabelecimento:

Entrevistador: Você sabe informar quantos hectares ou metros quadrados essa área tem?

Produtora Rural B: São 3 hectares.

Entrevistador: E qual foi a forma de acesso à terra?

Produtora Rural B: Comprei há muito tempo do meu irmão que também era produtor e só fiz continuar a produção.

Entrevistador: Sobre a produção da chácara, que tipo de produto é cultivado aqui?

Produtora Rural B: Produzimos alface, couve, cebolinha, brócolis, almeirão, mostarda, mandioca, e algumas frutas para consumo próprio.

Entrevistador: E quantas pessoas cultivam ou criam ou produzem na área? Além de você? vocês trabalham com ajudantes?

Produtora Rural B: Não trabalhamos com ajudantes, é tudo familiar. Aqui nas nessa chácara, só eu que produzo, mas a família toda é envolvida, seja no transporte e na venda direta.

Entrevistador: Como você classificaria o trabalho local. Ele é um trabalho familiar? É uma produção de baixa renda? É de subsistência ou outro?

Produtora Rural B: É produção familiar de pequeno porte, onde vendemos quase toda a produção o restante consumimos aqui.

3 – Acesso a serviços públicos:

Entrevistador: E quanto ao acesso a serviços públicos? de onde vem a água que é utilizada nas atividades da produção e para consumo próprio?

Produtora Rural B: a água vem de uma nascente, bombeamos até aqui.

Entrevistador: E de onde vêm a energia elétrica?

Produtora Rural B: Da Neoenergia

Entrevistador: E sobre o lixo? Para onde vai o lixo produzido nas atividades aqui que vocês fazem?

Produtora Rural B: parte do material orgânico serve de alimento para os animais, e o lixo seco, nós juntamos e levamos para as caçambas que estão espalhadas pelas vias da comunidade, pois a coleta do lixo não vem até aqui na nossa chácara.

Entrevistador: Para onde vai o esgoto doméstico?

Produtora Rural B : Para a fossa séptica que temos nos fundos.

4 – Acesso a auxílio técnicos, insumos e a crédito produtivo:

Entrevistador: Vocês recebem algum auxílio técnico, insumos e crédito produtivo?

Produtora Rural B: É ofertado apoio pela EMATER, mas não usamos, tentamos, mas não conseguimos. A EMATER viabiliza e indica o crédito pelo banco, eles também realizam ações de coleta e embalagens de insumos para evitar contaminações. Temos também contato direto com o pessoal da EMATER, e eles fazem visitas periódicas, são duas pessoas que são responsáveis pelo Riacho. Eles visitam, conversam, oferecem cursos sobre inseticida, e cursos extras para aumentar a renda de quem fica em casa e não trabalha direto com a produção, como pintura em tecido, crochê, além disso, oferecem vacinação de animais e de pessoas.

Entrevistador: Sobre os insumos necessário para produção? Por exemplo, semente, mudas, fertilizantes, defensivos. Onde é adquirido?

Produtora Rural B: as sementes, mudas e fertilizantes são compradas por aqui mesmo em Brasília, e os defensivos pedimos em São Paulo.

5 – Destino da produção:

Entrevistador: Sobre o destino e a escoamento da produção. Onde é vendido o que vocês produzem aqui?

Produtora Rural B: Nós vendemos direto ao cliente final em uma banca que montamos em uma feira livre aqui mesmo no Riacho Fundo, fazemos isso junto com a minha filha que tem a chácara de cima. Tem também alguns produtores que levam a produção ao CEASA e para alguns supermercados, mas quem faz isso, é porque tem uma produção grande e ainda se junta com outros produtores para levar tudo pra lá e dar volume. Nós aqui não temos tanto volume assim.

Entrevistador: Existe também alguma parceria com outros produtores para a venda direta ao consumidor?

Produtora Rural B: Sim, pois as vezes faltam alguns produtos. Além disso, vamos buscar também no CEASA aquilo que não produzimos aqui, como tomate, cebola, abóbora e batata.

Entrevistador: Aqui no Riacho existem vários supermercados, não existe nenhuma parceria de fornecimento com eles?

Produtora Rural B: Não, preferimos vender direto ao consumidor, o lucro é maior.

6 – Problemas percebidos com a construção de condomínios na CAK:

Entrevistador: Qual sua percepção quanto a existência de condomínios e invasões na comunidade? Isso gera algum problema na produção? Se sim, de que forma?

Produtora Rural B: Violência, desmatamento, poluição e lixo que prejudicam nossa produção, mas também tem coisas boas, aumentou a iluminação, o asfalto está chegando, água encanada, lixeiras, transporte público e paradas de ônibus.

APÊNDICE D — ENTREVISTA TRANSCRITA COM O PRODUTOR RURAL C

Tempo de gravação: 20 min. e 47s.

Data da Realização: 06 de fevereiro de 2023

ENTREVISTA 03

1 – Alguns dados do produtor rural:

Entrevistador: vamos entrevistar agora um dos pioneiros na fundação da comunidade agrícola kanegae, proprietário e produtor de 65 anos, é conhecido como o primeiro descendente de japoneses que nasceu no Distrito Federal, tem formação superior completa, na chácara moram 35 pessoas (entre familiares e trabalhadores aproximadamente), a renda familiar ultrapassa de 5 mil reais. Na entrevista iremos chamá-lo de Produtor Rural C, a fim de preservar sua identidade.

2 – Alguns dados de identificação do estabelecimento:

Entrevistador: Você sabe informar quantos hectares ou metros quadrados essa área tem?

Produtora Rural C: São 27 hectares.

Entrevistador: E qual foi a forma de acesso à terra e quanto tempo produzem na área?

Produtora Rural C: Arrendamento pela Terracap, temos apenas o título de posse, que dá o direito ao uso da terra, estamos no local há cerca de 60 anos.

Entrevistador: Sobre a produção da chácara, que tipo de produto é cultivado aqui?

Produtora Rural C: Produzimos alface, couve, cebolinha, cheiro-verde, e algumas frutas para consumo próprio, como manga, abacate e limão. Produzimos também alguns animais para consumo, como galinha, porco, pato, mas não pode produzir para comercializar, pois cada produtor tem uma classificação e recebe uma carteirinha com o tipo de produção, e a minha é de folhagens, então não posso comercializar outra coisa a não ser folhagens.

Entrevistador: E quantas pessoas cultivam ou criam ou produzem na área? Além de você? vocês trabalham com ajudantes?

Produtora Rural C: temos 20 pessoas trabalhando no cultivo, essa chácara que possuo é bem grande e ela está subdividida entre outras famílias. Alguns são posseiros que usam a terra para cultivar e entregam parte da produção como pagamento pelo uso. Então, eu tenho várias famílias que trabalham para mim e se beneficiam de parte da produção. Achei melhor trabalhar assim, pois gera mais oportunidades e mais renda, além de conseguir usar todo o potencial da propriedade. No total são 8 famílias, totalizando 35 pessoas envolvidas, aproximadamente.

Entrevistador: Existe algum trabalho terceirizado na propriedade?

Produtora Rural C: Não, pois todo o trabalho é feito pelas famílias envolvidas na produção da chácara. Essas famílias, são chamadas de meeiros, que são conhecidos como aqueles agricultores que trabalham em terras de outro indivíduo no final reparte sua produção com o dono dessas terras, que sou eu, isso é uma espécie de parceria produtiva. Mas na verdade, a gente divide as despesas e os lucros, compramos juntos as sementes e os insumos, e o resultado é dividido meio a meio.

Entrevistador: Como você classificaria o trabalho local. Ele é um trabalho familiar? É uma produção de baixa renda? É de subsistência ou outro?

Produtora Rural C: É produção familiar e de médio porte.

3 – Acesso a serviços públicos:

Entrevistador: E quanto ao acesso a serviços públicos? de onde vem a água que é utilizada nas atividades da produção e para consumo próprio?

Produtora Rural C: a água vem de poço e de nascentes, além do córrego Ipê.

Entrevistador: E de onde vem a energia elétrica?

Produtora Rural C: Da Neoenergia e da energia solar (geração própria).

Entrevistador: E sobre o lixo? Para onde vai o lixo produzido nas atividades aqui que vocês fazem?

Produtora Rural C: As embalagens de defensivos são coletadas pela Emater e o resto do lixo seco é coletado da SLU (Superintendência de Limpeza Urbana), o material orgânico serve de adubo e alimento para os animais.

Entrevistador: Para onde vai o esgoto doméstico?

Produtora Rural C : Para a fossa séptica na propriedade.

4 – Acesso a auxílio técnicos, insumos e a crédito produtivo:

Entrevistador: Vocês recebem algum auxílio técnico, insumos e crédito produtivo?

Produtora Rural C: É ofertado apoio pela EMATER-DF (Empresa de Assistência técnica e extensão Rural do Distrito Federal), como cursos e treinamentos. Sobre o crédito, é oferecido pelos bancos, mas não necessito.

Entrevistador: Sobre os insumos necessário para produção? Por exemplo, semente, mudas, fertilizantes, defensivos. Onde é adquirido?

Produtora Rural C: Na Agropecuária Casa do Produtor, aqui mesmo no DF.

5 – Destino da produção:

Entrevistador: Sobre o destino e a escoamento da produção. Onde é vendido o que vocês produzem aqui?

Produtora Rural C: Nós vendemos para restaurantes e varejões (sacolão, estabelecimento onde só vendes frutas, verduras e legumes).

Entrevistador: A venda é facilitada? Existe parceria com outros produtores para ganhar força de venda?

Produtora Rural C: Sim, a venda é facilitada, pois já existem os compradores certos. Mas, como tem muito concorrente nesse setor, muitas vezes os compradores ficam barganhando os preços, querendo melhores condições. Sobre a parceria, as vezes acontece, pois se tivermos algum problema na produção, recorremos a outros produtores para não ficarmos sem o produto para nosso cliente.

Entrevistador: Aqui no Riacho existem vários supermercados, não existe nenhuma parceria de fornecimento com eles?

Produtora Rural C: Não, não gostamos de vender para supermercados, pois eles exigem troca em caso de não vender e ficar estragado o produto, aí é prejuízo.

6 – Problemas percebidos com a construção de condomínios na CAK:

Entrevistador: Qual sua percepção quanto a existência de condomínios e invasões na comunidade? Isso gera algum problema na produção? Se sim, de que forma?

Produtora Rural C: Diminuiu muito as nascentes depois que esses condomínios chegaram, além disso, tem a poluição do solo, pois todos eles fazem fossa para

atender os moradores, ainda não tem esgoto do governo nesses condomínios. Tem também a questão da segurança e violência.

APÊNDICE E — ENTREVISTA TRANSCRITA COM A PRODUTORA RURAL D

Tempo de gravação: 30 min. e 55 s.

Data da realização: 09 de novembro de 2022.

Observação: esta entrevista foi realizada sem o auxílio de um guia com perguntas, mas, por conter informações relevantes para a pesquisa, optou-se em manter toda a entrevista no apêndice.

ENTREVISTA 04

Entrevistador: Bom dia, hoje é dia 09 de novembro de 2022. Meu nome é Charles Marinho e são 7:23 da manhã. Eu estou aqui na Comunidade Agrícola Kanegae, mais exatamente na escola Classe Kanegae, e eu vou fazer uma pequena entrevista com o Produtor Rural “D”. Com autorização da gravação que tem como objetivo apenas colhermos informações e dados para poder compor um trabalho de conclusão de curso, do curso de geografia do IFB. Então a gente vai começar agora, pedindo para falar um pouco sobre o histórico de como é que se deu a vinda para essa região aqui de Brasília e como é que foi esse processo de consolidação aqui.

Produtor Rural D: Bom dia, bom é em 1956 para 1957 foi trazido pelo presidente JK cinco famílias de japoneses de fora de Brasília para cá, pra essa região, não tinha nada aqui nessa região na época, não tinha nada nessa época, né? Era só uma área, um terreno aberto, foi dividido, distribuído para as famílias, né? Existe até um documento da época que foi assinado pelo Israel Pinheiro, não lembro o que que ele era na época. E eles começaram a trabalhar a terra né? E a produzir né? E a intenção realmente era formar realmente um cinturão Verde de produção agrícola pra atender as demandas de fornecimento dentro de Brasília.

Entrevistador: Diante disso, a gente sabe que você passou um tempo na direção aqui da única escola da comunidade. Nesse sentido, na construção dessa escola qual foi a importância dela para a comunidade e qual a relação dela com os produtores, os produtores forneciam parte dessa produção para a merenda aqui? existe alguma parceria ou foi apenas para trazer educação pra comunidade?

Produtor Rural D: A escola ela foi construída a pedido de uma família, a família Kanegae, que via a necessidade dos trabalhadores, os filhos dos trabalhadores estudarem. Então foi pedido para construir essa escola, e era bem pequena, né? Na

verdade, só existia uma sala que era multisseriada e pouquíssimos alunos. Mas assim, além de atender os filhos dos trabalhadores atendeu a maioria dos filhos dos próprios agricultores donos das chácaras né? Inclusive eu mesma fui uma das alunas aqui. A escola foi fundada em 1962, mas o funcionamento dela de fato ocorreu entre 1968 e 1969, que foi quando realmente existe um documento de funcionamento. Em relação aos produtores agrícolas ajudarem na merenda escolar, nunca teve uma ajuda muito relevante, mas os chacareiros sempre colaboraram, né? Na medida da necessidade da escola, né? Era só conversar, pois existe uma associação aqui dos Chacareiros e sempre a gente obteve essa ajuda, né? Principalmente na época de festa junina, festa da primavera, então a gente mandava os convites, né? Já com aquela dedicação mesmo de chegar na casa e entregar, né? O convite é entregue especialmente na mão dos produtores e eles sempre compareceram, quando não ficavam aqui na festa pelo menos vinham buscar algumas coisas, mas na intenção realmente de colaborar né com a venda das comidas típicas.

Entrevistador: Uma outra coisa que observamos aqui na comunidade é o fluxo de carros, né? Que é bem intenso principalmente esse horário devido ao trabalho. A gente consegue ver também de longe, que tem alguns condomínios perto da escola, além de casas e outras ocupações construídas de forma precárias e provavelmente são irregulares. Como a Sra. encara essa situação aqui na comunidade? Traz algum benefício para a comunidade? Existe algum malefício também? Como você enxerga isso?

Produtor Rural D: Bom, no início, né? A gente sendo criança não notava tanta essa diferença que hoje eu vejo aqui né? De 1985 para cá, quando começou a surgir a questão do asfaltamento. E aquela região ali onde foi construída a unidade de saúde UPA (Unidade de Pronto Atendimento). As pessoas lá, lá de cima da BR começaram a usar aqui como um atalho. E realmente começou a aumentar bastante o fluxo de carros nessa região. Né? E quando foi asfaltado o fluxo aumentou ainda mais. Então esse asfalto beneficiou bastante né? Para fugir realmente do engarrafamento lá em cima eles passaram a descer e usar aqui como atalho. E agora com essa quantidade de condomínios e algumas outras áreas que são invadidas também, o fluxo de carros aumentou muito. E não é só o fluxo de carro, a quantidade de alunos na escola aumentou muito. Porque onde vai aumentando casas tem crianças, né. Além disso, a escola realmente é bem estruturada, né? Bem administrada, portanto, ela oferece realmente uma boa condição de estudo, de educação, hoje ela trabalha inclusive com

uma escola integral participando de atividades lá na Escola Parque do Núcleo Bandeirante. E as famílias ficam bem interessadas mesmo em trazer as crianças pra cá, até mesmo pessoas de fora da comunidade matriculam aqui, tudo isso faz aumentar ainda mais o fluxo de carros nesse horário.

Entrevistador: A senhora falou que existe uma associação de chacareiros, que algumas vezes se encontram. Nesse sentido, como está hoje essa relação deles? Existe realmente uma liderança forte, existe algum projeto pra poder fortalecer essa associação e onde é que ela funciona?

Produtor Rural D: A associação ela existe já há muitos anos, da época que meu pai era vivo, né? E alguns outros chacareiros. E assim, é claro que é devido à idade, né? Nós fomos perdendo aqueles líderes natos, né? Que são os donos das chácaras, que são realmente os patriarcas de cada chácara. Nós, os filhos deles tentamos manter a associação. Infelizmente está bem devagar. Existe ainda a associação. Ela é regularizada. Ela tem uma boa participação junto a Emater, junto a Embrapa, mas aquela aproximação que a gente tinha na época que os nossos pais eram vivos já não existe, pois diminuiu bastante, né? A gente se conhece, somos amigos de infância, né? Quando a gente se encontra, realmente é uma festa, é muito bom. Mas atividades mesmo é só quando tem aquela necessidade urgente, né? Que é o nosso canal de irrigação, que é um problema sério, e está desativado agora, ou ainda quando tem que consertar o asfalto, ter algum benefício realmente pra toda a comunidade. A gente tenta junto ao governo, né? Alguma ajuda, alguns deputados realmente nos visitam, a gente se reúne, conversa, mas é mais ou menos nessas questões, né? Não tem uma atividade assim com muita frequência. A sede da associação é aqui na escola mesmo né? Tem um salão que é localizado bem atrás do prédio da escola e ele foi construído pela associação. Hoje ela é usada pela escola como uma área de convivência, né? Quando tem necessidade a gente usa.

Entrevistador: Então diante disso a próxima pergunta é a seguinte, essa escola inicialmente ela foi construída com recursos da comunidade ou foi com recurso público?

Produtor Rural D: O Governo chegou aqui para construir. Eu acho que houve realmente o pedido, né? Através da família Kanegae, juntamente com o governo, né. Essa família Kanegae já era bem diretamente ligada realmente ao governo, né? A casa deles era como se fosse uma sede antes da inauguração de Brasília, era como se fosse uma sede de encontros, né? Do presidente JK, do Bernardo Sayão e outras

autoridades. E nessas conversas, né? Foi colocado que tinha necessidade realmente de uma escola aqui, que foi escolhido a área tentaram centralizar o máximo né? Entre as chácaras e teve ajuda realmente da família Kanegae, mas com certeza teve ajuda também do governo na época não era o Governo do Distrito Federal ainda, né? Mas do Governo Federal.

Entrevistador: Como aqui é uma área classificada como rural de uso controlado, já que também possui uma relevância para a preservação do meio ambiente, mesmo assim, existem muitas pessoas que moram aqui, mas com o adensamento urbano a gente consegue identificar problemas de poluição e descarte irregular de lixo?

Produtor Rural D: Sim, tem um lixão ali em cima, tem problema de poluição das nascentes, né? E destruição de algumas espécies, isso devido a ação humana.

Entrevistador: Dentro dessa escola Kanegae existe alguma atividade de educação ambiental envolvendo o espaço ao redor dela.

Produtor Rural D: É, a escola ela trabalha bastante envolvendo toda a comunidade né? Tanto que é dentro da escola pela área ser pequena a gente não consegue desenvolver muito a parte de hortas, mas as famílias dos chacareiros eles deixam sempre em aberto pra que as crianças façam as visitas, pra ver como é que é produzido, ver pra onde é que eles fazem o escoamento realmente da produção. E conhecer a realidade, né, uma vez que hoje a maioria dos alunos são alunos oriundos da cidade. Né? Não são mais filhos dos trabalhadores das chácaras e nem dos próprios chacareiros. Então assim, é interessante pra eles conhecerem isso.

Já em relação a questão ecológica, isso é verdade né? Que é essa questão das invasões né? Que estão cada vez mais frequente em toda a região aqui do Riacho Fundo e do DF, eles têm realmente dificultado bastante a produção devido a poluição das águas nas nascentes né? Existe muita briga aqui na comunidade com os invasores que constroem casas muito próximas das nascentes, utilizam a água indevidamente né? Diminuindo realmente essa vazão da água pra chácaras como era antigamente.

O problema da água é tão sério, que foi preciso o governo trazer investimentos na área, tanto que até aqui na escola e na maioria das chácaras que existem lá do Bandeirante até aqui na escola, já são abastecidas pela água da CAESB. Porque as nascentes realmente elas estão bem poluídas. Então assim, o trabalho que é feito na escola é mais em questão realmente da conscientização ecológica mesmo, né?

Porque muitas vezes o próprio aluno mesmo, ele não entende diretamente o que está acontecendo aqui né?

Entrevistador: Bom, a gente sabe que essa região é uma região grande, né? E quando a gente olha no Google Maps, a gente vê que ela está totalmente cercada pela área urbana, além disso, como podemos identificar mais abaixo e lá na parte de cima, novos condomínios e novas invasões estão se instalando. Como é que a senhora como uma das primeiras pessoas a chegarem aqui veem o futuro desse espaço com a chegada de novos moradores?

Produtor Rural D: É, realmente bem preocupante, né? Essa questão de ser urbanizado. Por quê? Porque tudo pode ser mudado, né? Vai ser mudado, eu acho que agora em pouco tempo e hoje eu vejo aqui, né? Que a própria administração construiu paradas de ônibus, bem na frente da escola, ali na entrada da Chácara 01 e a Chácara 07, também já existem paradas de ônibus, né? Tá tendo realmente o recapeamento do asfalto para melhorar o trânsito, e a gente sabe que isso tudo valoriza entre aspas né? O terreno. Então assim, muita gente fica interessada em vir morar por aqui. Nas chácaras na verdade eram só dezoito chácaras inicialmente que formava a associação. Das dezoito chácaras eu acredito que metade fez aquela venda indevida. A venda irregular para poder construir os condomínios. Os condomínios grandes que é o Califórnia, o Portal do Sol e várias outras que existem lá perto da Chácara dezoito e dezenove elas são irregulares, mas eles são bem estruturados, né? E que a gente sabe que que vão ser mantidas e regularizados né? E isso tudo tá acontecendo também da Chácara 07 pra lá. As que ainda conseguem manter como chácaras são entre essas duas áreas, da chácara 07 até a chácara 15. Né? A chácara 16 já foi vendida, a 17 ainda mantém também. Então assim, são pouquíssimas chácaras que ainda mantem realmente o formato original né? E inclusive várias dessas chácaras não tem nem cerca né? Não tem muro, não tem cerca, não tem divisões. Isto está assim, porque a gente ainda tá mantendo como era antigamente. Mas aí essa preocupação realmente da ocupação irregular, do aumento realmente da população, né? Cria realmente um pouco de receio, de medo também deles estarem invadindo é até para mexer nas coisas que pertencem a gente. Né? Graças a Deus não está tendo muita ocorrência, né? Pois de um tempo pra cá está bem tranquilo por enquanto. Além disso, com a construção de novos condomínios, aumentou muito trânsito de veículos, tanto que já pedimos ao DETRAN para pôr placas de sinalização no local.

Entrevistador: Na pesquisa prévia que tentei fazer sobre a comunidade do Kanegae encontrei pouca coisa que retrate a história do local. Não existe um acervo local onde possamos conhecer um pouco mais sobre a colônia?

Produtor Rural D: Os nossos pais eles não fizeram esse arquivo né? Pode ser que na oralidade né? Tudo era muito só na base da conversa. Desse documento que eu citei que existe dizendo que a gente tem toses da terra também é um documento que eu não sei até onde existe validade. Tem assinatura, é registrado, mas nós na verdade nem somos donos, nós somos assentados pelo governo para poder estar.

Entrevistador: A Sra. falou que inicialmente, que tinha dezoito chácaras produtivas. Atualmente quantas delas são produtivas ainda?

Produtor Rural D: Atualmente hoje são quinze chácaras que são produtivas.

Entrevistador: Quais itens são produzidos aqui na Colônia Agrícola Kanegae?

Produtor Rural D: Na verdade não é Colônia Agrícola Kanegae, o correto é Colônia Agrícola Riacho Fundo né? O Kanegae ele é usado mais como uma referência devido a escola devido a família Kanegae né? Mas o nome oficial é Colônia Agrícola Riacho Fundo. Colônia Agrícola aí foi formado por dezoito chácaras. Hoje nós temos, se for contar todos, dá 42 chácaras, mas são várias atividades, é diversificada. Não é exatamente de agricultura. Às dezoito foram voltados realmente pra agricultura. Depois chegaram outras pessoas, aí tem o pessoal que cria cabra lá no final, tem outro que tem uma pequena criação de boi, outros de galinha e porco, mas a maioria está envolvida com hortaliças (alface, coentro, feiro-verde, espinafre, cebolinha, cenoura, dentre outros).

Entrevistador: E para onde vai essa produção atualmente? Onde é vendido?

Produtor Rural D: “Quase toda a produção vai diretamente para o CEASA, existe alguns que vendem na própria comunidade, mas não é sempre. Além disso, existe uma pequena parte que são entregues em supermercados pertos daqui. Existe também uma pequena parte que é entregue ao trabalhador da chacara, ele utiliza as terras para produzir e fica com uma parte da produção, esses trabalhadores acabam vendendo uma parte do que conseguiram em feiras e supermercados próximos, mas os chacareiros praticamente todos enviam a produção para o CEASA.

Entrevistador: Como grande parte dessa produção vai para o CEASA, quando chega lá já existe um comprador garantido onde o produtor se sente seguro?

Produtor Rural D: Sim, eles vão para lá porque já é uma atividade que eles fazem há anos e anos né? Então já tem tradição, pois a colheita deles é bem voltada para as

datas que a CEASA funciona, que é na quinta e no sábado, né? Então assim, é realmente uma venda garantida, e que vale a pena. Até mesmo os dias de colheitas são feitos nas datas que funcionam o CEASA.

Entrevistador: O governo dá algum suporte técnico para os produtores da colônia?

Produtor Rural D: Então, assim, a EMATER-DF (Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural do Distrito Federal) se mobilizava bastante para atender. Mas a EMATER vai em todas as chácaras, conhece bem a produção de cada um né? Dar toda assistência quando necessita, mas o escritório deles é lá na Vargem Bonita. Então fica assim um pouco distante né? Para a gente estar fazendo contato né? Com mais frequência e a área de abrangência deles é muito grande, até chegar aqui é bem complicado.